



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**IMPrensa e Instrução na Parahyba do Norte: Cultura
Educacional e Culturas Políticas nos Anos de 1880**

THIAGO OLIVEIRA DE SOUZA

Orientadora: Prof^{fa}. Dra. Cláudia Engler Cury
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

JOÃO PESSOA – PB
Maio de 2013

**IMPrensa e Instrução na Parahyba do Norte: Cultura
Educativa e Culturas Políticas nos Anos de 1880**

THIAGO OLIVEIRA DE SOUZA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Parahyba, em cumprimento as exigências para a obtenção do título de Mestre em História

Orientadora: Prof^a. Dra. Cláudia Engler Cury

Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

JOÃO PESSOA – PB

Maio de 2013

S729i Souza, Thiago Oliveira de.
Imprensa e instrução na Parahyba do Norte: cultura educacional e culturas políticas nos anos de 1880 / Thiago Oliveira de Souza.-- João Pessoa, 2013.
106f.
Orientadora: Cláudia Engler Cury
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHL
1. História - Brasil. 2. Imprensa oitocentista. 3. Parahyba do Norte. 4. Cultura educacional. 5. Culturas políticas.

UFPB/BC

CDU: 981(043)

**IMPrensa e Instrução na ParaHyba do Norte: Cultura
Educacional e Culturas Políticas nos Anos de 1880**

THIAGO OLIVEIRA DE SOUZA

Dissertação de Mestrado avaliada em ____/____/____, com conceito_____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Cláudia Engler Cury
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientadora

Prof^a Dr^a Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno

Prof. Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro
Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Externo

Prof^a Dr^a Solange Pereira da Rocha
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno - Suplente

Prof^a Dr^a Mauricéia Ananias
Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Externo - Suplente

Agradecimentos

Agradeço a minha família por todo suporte oferecido ao longo desses anos. A minha irmã Thais Oliveira de Souza pelo companheirismo e apoio. A Efigênia Oliveira de Souza, minha mãe, pessoa de um coração sem tamanho que sempre procurou me dar forças e me fez acreditar que tudo isso seria possível. A José Venâncio de Souza Filho, meu pai, pelo apoio e dedicação. Obrigado por tudo.

Ao Grupo de Pesquisa em História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO), grupo ao qual faço parte desde fins de 2008 e considero como um segundo lar. Agradeço pela utilização das fontes e todo o acompanhamento recebido. Carrego todos vocês comigo.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de pesquisa concedida. Esse financiamento foi de grande importância para minha formação acadêmica.

Durante os dois anos de mestrado atuei junto ao Reuni como monitor do Profº Damião de Lima e da Profª Serioja Mariano. Agradeço pelo suporte oferecido. Foi uma experiência importante e a orientação de ambos ajudou a desempenhar essa função da melhor forma possível. Muito obrigado.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História pela confiança concedida e aos professores que participaram da minha formação ao longo dos dois anos de mestrado acadêmico.

A Itacyara Viana Miranda, pessoa a quem deposito profunda consideração e estima, pelas contribuições e ajuda no entendimento de alguns temas. Sua pesquisa foi de grande contribuição.

Agradeço a minha orientadora Profª Cláudia Engler Cury, que me acompanha desde a graduação. A você devo minha formação como pesquisador e todo o suporte oferecido durante todos esses anos. A dissertação só foi possível graças a sua ajuda. Seu apoio nos

momentos mais difíceis me ajudou a enxergar os caminhos possíveis para finalização desse trabalho. Obrigado pela orientação e amizade sinceras.

Resumo

Nessa dissertação discutimos a forma pela qual a instrução/educação era retratada na imprensa paraibana oitocentista, evidenciando os aspectos da cultura educacional e das culturas políticas na Província da Parahyba do Norte. O *corpus* documental utilizado como suporte para este trabalho foi os editoriais presentes nos jornais paraibanos, localizados no Instituto Histórico Geográfico Paraibano e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Também utilizados, em proporção menor, temos os Relatórios dos Presidentes de Província da década de 1880. O recorte proposto para a escrita desse trabalho compreendeu os anos de 1881 a 1889. Em virtude das características das nossas fontes este foi o momento em que foi possível delimitar um debate educacional entre os Partidos Conservador e Liberal. Buscamos apreender a cultura educacional difundida pelos agentes políticos e jornalistas paraibanos através dos seus escritos. Observamos as falas de conservadores e liberais, apontando suas divergências e similaridades. Levando em consideração a acessibilidade ao material impresso da época, podemos dizer que a imprensa oitocentista teve um alcance considerável, sendo responsável pela divulgação de ideias e discursos, além de, provavelmente, ter sido um dos únicos meios de comunicação deste período. Em suas páginas era retratado o cotidiano da sociedade, principalmente os temas ligados à política e as disputas partidárias. Entre os temas abordados a instrução assumiu o protagonismo em inúmeros momentos, sendo assunto recorrente e palco de intensos debates. Nosso trabalho está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, na linha de Ensino de História e Saberes Históricos.

Palavras-chave: Imprensa Oitocentista; Cultura Educacional; Parahyba do Norte; Culturas Políticas.

Abstract

In this dissertation we discussed the form that the education/instruction was considered in the press of Paraíba in the nineteenth century, point out the aspects of the educational and political cultures in the Province of *Parahyba do Norte*. The documental corpus used as support for this work was the editorials of the newspapers of Paraíba, available in the Historical and Geographic of Paraíba Institute and in Digital Hemeroteca of the National Library. Also used, in a smaller proportion, were the Province Presidents' Reports in the decade of 1880. The range proposed for the elaboration of the present work is the years started from 1881 until 1889. Due the characteristics of our sources this was the moment in that was possible to delimit an educational debate among conservator and liberal parties. Our goal was to understand the educational culture spread through the texts of the political agents and journalists of Paraíba. We observed the speeches of conservatives and liberates, pointing out the divergences and similarities between them. Taking into account the accessibility to the impressed material of the epoch, we can say that the press of the nineteenth century had a considerable broadcast, being responsible for the popularization of ideas and speeches, besides, probably, it was one of the only channel of communication of this period. In the pages of the nineteenth century press was presented the everyday of the society, in special the themes related to the politics and the disputes of the parties. Among the considered themes, the instruction was the protagonist in several moments, being a frequent subject and source of intense debates. This work is related to the Program of Masters degree in History of the Federal University of Paraíba, in the branch of History Teaching and Historical Known.

Keywords: Press Nineteenth Century; Educational Culture; North Parahyba; Political Cultures.

Lista de Quadros

- **Quadro 1:** Jornais pesquisados e suas características.....19

Sumário

Resumo.....	VI
Abstract.....	VII
Lista de Quadros.....	VIII
Sumário.....	IX
CAPÍTULO I.....	10
Os jornais como fonte para os estudos de história da educação	
oitocentista.....	10
1.1 A configuração do objeto da pesquisa.....	11
1.2 Da universidade aos arquivos.....	13
1.3 Estudos sobre a relação entre imprensa e educação.....	19
1.4 Os jornais paraibanos oitocentistas e sua utilização para a História da Educação.....	25
CAPÍTULO II.....	31
A Instrução nas vozes do Partido Conservador: Editoriais do Jornal da	
Parahyba.....	31
2.1 Instrução popular.....	32
2.2 A Escola Normal	43
2.3 Ensino primário obrigatório.....	47
CAPÍTULO III.....	56
A Instrução nos Jornais Liberais.....	56
3.1 <i>O Publicador</i> e a questão do ensino secundário.....	56
3.2 <i>Diario da Parahyba</i> : “Órgão de todas as classes”	68
3.3 <i>Gazeta da Parahyba</i>	73
3.4 <i>O Arauto Parahybano</i> e a instrução dos libertos.....	76
4. Considerações Finais.....	82
5. Fontes.....	86
6. Referências.....	87
7. Anexos.....	92

CAPÍTULO I – OS JORNAIS COMO FONTE PARA OS ESTUDOS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO OITOCENTISTA

Este capítulo introdutório busca ambientar o leitor e proporcionar uma visão mais ampla do nosso trabalho. Desse modo, começaremos expondo nossa trajetória de pesquisa e as motivações que levaram a escolha do tema. Em seguida, apresentamos um estudo que fizemos sobre trabalhos e pesquisas que se pautaram na relação entre a história da educação na imprensa, indicando alguns trabalhos nacionais e locais. Por último, finalizamos com a exposição do nosso aporte teórico e um breve resumo de cada capítulo. Propomos uma leitura, dentre as muitas possíveis, sobre a imprensa paraibana oitocentista e sua relação com a instrução.

O objetivo geral que norteou nossa pesquisa foi o de discutir o papel desempenhado pela imprensa paraibana oitocentista como um importante meio de divulgação de ideias, discursos e práticas sobre a instrução, bem como apreender os discursos conservador e liberal e identificar suas diferenças e aproximações no que diz respeito às proposições e críticas que faziam acerca da instrução. Entendemos que o intuito de conservadores e liberais era o de inculcar valores e constituir uma cultura educacional para o período. Simultaneamente, por meio das ideias e ações propostas nos editoriais dos jornais também procuramos apreender as tensões e acomodações que liberais e conservadores empreenderam na última década do império.

A partir desse objetivo geral elaboramos algumas questões submetidas à investigação, quais sejam: 1º) Apreender o discurso instrucional conservador no periódico *Jornal da Parahyba* 2º) Observar o movimento liberal nos temas ligados à instrução nos jornais que seguiam essa tendência 3º) Buscar similaridades e disparidades entre as ideias conservadoras e liberais nos jornais, tomando por base os editoriais sobre a instrução.

A partir dessas considerações iniciais convidamos o leitor a acompanhar nosso texto dissertativo. A instrução era debatida na imprensa e a mesma se constituía com uma forte faceta educativa, desse modo, utilizamos o recorte de 1881 até 1889 para contar essa história.

1.1 – Da universidade aos arquivos

A construção da história enquanto disciplina e ciência é algo que vem sendo feito desde o século XIX, em um processo longo que gerou intensos debates. Desde a *magnum opus* de Varnhagem intitulada de *História Geral do Brasil*, o papel do historiador e a utilização das fontes sofreram intensas mudanças em seu estatuto. De colecionador de documentos, o historiador se tornou um agente partícipe de transformação da sociedade. Se na época daquele historiador a única fonte passível de veracidade era aquela oriunda dos meios oficiais, hoje temos uma pluralidade de abordagens e temas, engendrados a partir dos estudos marxistas passando pelos *Annales* e o amplo espectro da chamada Nova História Cultural. Buscamos a partir dos nossos argumentos indicar um caminho de pesquisa, ao qual deu sustentação para a discussão aqui efetivada.

No entanto, a prática historiográfica é muitas vezes solitária. Mergulhamos em um mundo só nosso e incutimos valores, mesmo que de forma involuntária, no que Certeau (2008) chamou de influência do *lugar social*. No nosso caso, o elo com o passado foi feito por meio dos jornais. É a partir do nosso olhar que esta fonte de pesquisa se torna viva e nos mostra indícios de respostas sobre perguntas que fizemos ao passado oitocentista brasileiro e, mais particularmente, o paraibano. Novamente este lugar social delimitou nossas interpretações, pois não acreditamos na neutralidade do pesquisador.

Nossa trajetória acadêmica teve início no ano de 2006 quando ingressamos na Licenciatura Plena em História na Universidade Federal da Paraíba. Até a conclusão do referido Curso, ocorrida no ano de 2010, atuamos em algumas áreas da graduação. Tivemos a oportunidade no ano de 2008 de participar da monitoria na disciplina História Moderna II, tarefa que contribuiu sobremaneira para nossa formação.

Ainda no ano de 2008, começamos nossas atividades junto ao Grupo de Pesquisa em História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO) e ingressamos, no ano seguinte, no Programa de Iniciação Científica (PIBIC). Em relação ao PIBIC o consideramos de essencial importância, pois foi a partir daquele momento que tivemos contato direto com a pesquisa e com o objeto de estudo desta dissertação. No ano de 2009, aprofundamos os estudos e pesquisas sobre a imprensa e a instrução, realizando algumas interpretações sobre essa relação que se fizeram presentes nas páginas de alguns jornais do século XIX, na Parahyba do Norte.

O referido ano foi de intensas visitas aos arquivos localizados na cidade de João Pessoa. Assim logo percebemos que pesquisar o período imperial não era uma tarefa fácil, pois o acesso às fontes é restrito e, em muitos casos, até mesmo inexistente. Nossa primeira

visita foi realizada no Instituto Histórico Geográfico Paraibano (IHGP), instituição criada em 1905 e que abriga uma significativa parte da memória do nosso Estado. No que tange a imprensa oitocentista, este arquivo é um dos mais importantes, embora o acesso à documentação seja restrito em virtude do precário estado de preservação de alguns exemplares.

Em um segundo momento, pesquisamos junto ao Arquivo dos Governadores localizado na Fundação Casa de José Américo em João Pessoa/PB. Todo material jornalístico referente ao período imperial identificado nesse acervo é oriundo da Coleção Eduardo Martins, que foi um historiador dedicado aos estudos da imprensa paraibana e membro do IHGP. Após a sua morte a família doou seu acervo pessoal ao Governo do Estado.

Empreendemos também uma visita à Biblioteca Nacional na cidade do Rio de Janeiro, no intuito de coletar o maior número de jornais paraibanos. Acessamos os microfilmes referentes à Província da Parahyba do Norte, mas percebemos que todo o material constante naquele acervo já se encontrava na Paraíba, dessa forma, optamos por utilizar as versões originais localizadas nos arquivos paraibanos.

Outro acervo que serviu de fonte para a escrita do nosso trabalho foi a Hemeroteca Digital Brasileira¹, onde localizamos jornais paraibanos dos anos finais do império. Trata-se de um projeto da Biblioteca Nacional que visa disponibilizar por meio digital periódicos² extintos ou que já se encontram fora de circulação referentes aos séculos XIX e XX. Os exemplares estão disponibilizados de forma integral na internet e o acervo costuma receber atualizações constantes. O material que proporcionou a catalogação listada no anexo I é fruto da coleta de informações por meio dessa base documental.

No que diz respeito ao conteúdo das matérias jornalísticas selecionadas pela pesquisa, identificamos uma pluralidade de temas. Destacamos as leis, regulamentos, anúncios de professores oferecendo suas aulas, editoriais, atas da Assembleia Legislativa, instituições escolares, questões relativas aos professores, aos estudantes, anúncios de aulas particulares, dentre outros. Esta experiência foi de fundamental importância para nossa formação enquanto pesquisador, principalmente porque a partir dela tivemos a oportunidade de viajar e apresentar trabalhos em congressos, expandindo nossos conhecimentos. O contato com outros pesquisadores foi demasiadamente valioso para o crescimento da pesquisa.

A documentação elencada também serviu de base para a elaboração de um trabalho monográfico de conclusão de curso intitulado: “A instrução paraibana contada através dos

¹ <http://hemerotecadigital.bn.br/>

² Jornais, revistas, almanaques, anuários etc.

impressos jornalísticos do século XIX (1858 – 1889)”. Na monografia³ trabalhamos de forma bastante inicial algumas peculiaridades da imprensa oitocentista paraibana. Entre outras coisas, procuramos entender, inicialmente, de que forma o jornalismo da Paraíba imperial estava estruturado e quais periódicos circulavam no período, bem como as relações de poder e compadrio envolvidas nesse universo de divulgação de ideias.

Após o término da graduação submetemos nosso projeto de mestrado junto ao PPGH, intitulado: “Imprensa e instrução: a cultura educacional presente nos textos jornalísticos paraibanos do século XIX”, vinculado à linha de Ensino de História e Saberes Históricos, com a área de concentração do mestrado sendo História e Cultura Histórica. Com esta breve explanação da nossa trajetória acadêmica partimos para o próximo item do capítulo.

1.2. A Configuração do objeto da pesquisa.

As fontes por nós consultadas estão carregadas de significados e possuem suas especificidades. Diferente da documentação oficial, nosso *corpus* documental não foi produzido pelo poder provincial, pelo menos não diretamente. Sabemos, de antemão, que a imprensa foi utilizada em alguns casos como órgão oficial para divulgação de atos, decretos e leis governamentais. No entanto, cabe destacar que o discurso jornalístico oitocentista também serviu como meio de comunicação, senão popular, mas direcionado para uma parcela mais ampla da sociedade, na condição de leitores e assinantes dos jornais ou de forma indireta pelas conversas nas rodas que se formavam nas barbearias, feiras ou outros lugares de sociabilidade conforme discutimos em nossa monografia (SOUZA, 2010.b), ou mesmos nos estudos de Aranha (2005) tratando acerca das diversas formas de leitura para o mesmo período na Paraíba.

O jornal como fonte para os estudos históricos atingiu seu apogeu no século XX quando passou a figurar como um dos principais subsídios nas pesquisas históricas. Durante o século XIX foi desconsiderado por alguns historiadores como fonte por possuir, no entendimento deles, forte caráter ideológico, sendo colocado em suspeição. A busca pela verdade histórica permeava a historiografia do século XIX e parte do século XX. Escrever história era utilizar em larga medida fontes oficiais. Sobre esse aspecto, Luca (2005, p. 112) assinala:

³ Versões adaptadas dos capítulos da monografia, três no total, foram publicadas nos seguintes eventos: XIV Encontro Estadual de História – Anpuh-PB (2010); VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Infância, Juventude e Relações de Gênero na História da Educação (2010); IV Encontro Estadual de História - Anpuh-RN (2010).

Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo.

Escrever sobre um período tão longínquo da nossa história tem suas armadilhas, no entanto, julgamos ser possível, por meio da leitura dos textos dos jornais, uma aproximação com o que era debatido e quais temas estavam em foco no período estudado.

O processo de pesquisa é composto por fases, sendo o levantamento bibliográfico a primeira etapa. É um trabalho que se dá inicialmente antes da escrita com a finalidade de instrumentalizar a produção do texto. No entanto, cabe destacar, que tal movimento não possui um fim, sendo esse inerente a todo percurso de escrita historiográfica.

No que tange ao campo da História da Educação, propriamente dito, tomamos como referência a produção de Antonio Carlos Ferreira Pinheiro em relação a vários temas da história educacional paraibana, no entanto, aqui destacamos as contribuições do autor no que diz respeito aos seus escritos sobre a cultura educacional. Assim sendo, um de nossos objetivos foi o de observar os traços dessa cultura educacional nos textos publicados nos jornais, tentando apreender os principais temas debatidos e as influências que receberam de ideias americanas, francesas ou de outras nacionalidades. No entanto, o que representa esse conceito? Sobre este aspecto, destacamos que a cultura educacional, segundo Pinheiro (2009, p. 101):

[...] nos determos numa possível perspectiva analítica em torno da idéia de *cultura educacional* elaborada a partir das *experiências sociais, culturais* e permeada por *peculiaridades* historicoeducacionais envolvendo, mais especialmente, a concepção de *instrução* e *cultura escolar* do Oitocentos [...]

Entendemos, portanto, a cultura educacional como um conjunto de experiências sociais e culturais compartilhadas por aqueles que escreviam e liam os textos jornalísticos à época no que diz respeito à construção de um ideário sobre a instrução e que na nossa pesquisa foi passível de ser apreendida por meio da imprensa. Sobre a instrução, gostaríamos de observar que este termo é próprio do período oitocentista, sendo muitas vezes confundido com a educação. Desse modo, temos: “A história da formação do Estado imperial brasileiro oitocentista foi também a invenção da *instrução* e de sua emergência como uma temática

relacionada às políticas e às leis do Estado, que buscaria, através dela, civilizar e iluminar a nação.” (ABREU, 2002, p. 383)⁴.

Desse modo, entendemos que a cultura educacional é aqui utilizada como conceito, uma espécie de amálgama entre o que é produzido nos meios acadêmicos e as experiências culturais de uma determinada sociedade em determinado momento histórico. É um saber que admite várias origens, desse modo, consideramos que artistas, memorialistas, jornalistas e demais agentes são produtores de uma cultura educacional, marcada pela diversidade. O que norteia esse conhecimento ora científico, ora popular é o seu direcionamento para os temas ligados à educação e aos processos educacionais como um todo. No caso desta pesquisa são as lutas e tensões entre as posições de conservadores e liberais sobre a instrução que delinearam a cultura educacional para o período em questão.

A função da imprensa tem sido historicamente a de noticiar o dia-a-dia, sendo considerada a escrita do imediato. Ao escrever um texto jornalístico, um editorial, por exemplo, seus interlocutores buscavam comunicar um tema que, em nosso entendimento, está carregado de significados, mesmo que houvesse a pretensão de um caráter de neutralidade dos textos jornalísticos. Dessa forma, mesmo que involuntariamente, deixavam transparecer aspectos e discursos que nos ajudaram a reconstruir uma parcela do nosso passado instrucional. Ainda sobre cultura educacional, Pinheiro (2009, p. 109) posiciona esse conhecimento como sendo “[...] intra, extraescolares ou não escolares [...]”. Sendo assim, as matérias jornalísticas que trazem a instrução como protagonista estão inseridas nesse conjunto de produção educacional.

Em meio a uma pluralidade de notícias optamos pelos editoriais como subsídio para a escrita do nosso texto. Esta escolha ajudou a priorizar determinados aspectos e propor debates que só estavam presentes nesse tipo de matéria. Um editorial é um texto que deveria representar as ideias da direção do jornal⁵, portanto, trata-se de uma escrita que nos permite um contato mais direto com a forma de pensar de determinados atores sociais. Para nossa pesquisa essa escolha nos pareceu mais acertada na medida em que permitiu observar o posicionamento de cada jornal sobre a instrução⁶. Na maioria dos casos estavam situados na primeira página dos periódicos e eram identificados pelo título, que geralmente era o nome do

⁴ O verbete é de autoria da Marta Abreu e Alessandra Schueler.

⁵ É um tipo de escrita que evidencia a opinião de seus autores sem a preocupação de demonstrar imparcialidade. No caso da imprensa paraibana oitocentista a imensa maioria dos jornais possuía editorial, no entanto, fazer parte do partido da situação em alguns casos significava assumir uma postura de apenas divulgar atos oficiais.

⁶ Consultar Anexo II sobre a questão da localização dos editoriais.

próprio jornal permitindo ao pesquisador apreender as discussões sobre educação e instrução mergulhadas nas culturas políticas que se configuravam na província naqueles anos de 1880.

Destacamos agora, o uso que fizemos do conceito de culturas políticas. O nosso trabalho tem a pretensão, como já dito anteriormente, de observar a cultura educacional nos textos propagados pelos periódicos. No entanto, para proporcionar um melhor entendimento, inclusive das nossas fontes, consideramos necessário apreender o que seriam essas culturas políticas. Nos dizeres de Motta (2009) essa categoria foi sendo construída e moldada no século XX, sendo sua utilização amplamente difundida no período que coincide com a implementação da imprensa enquanto fonte histórica.

O conceito, oriundo da ciência política, começou a ser apropriado pelos historiadores no movimento conhecido como Nova História Política. Sendo assim, segundo Motta (2009, p. 21):

Uma definição adequada para cultura política, [...], poderia ser: conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.

Desse modo, entender as relações sociais que norteavam a sociedade paraibana oitocentista é de grande importância, tendo em vista que os discursos jornalísticos eram fruto de um meio, não estanque, e possuíam um destinatário. Se os jornais tributavam várias páginas aos temas políticos é porque, provavelmente, existia uma demanda para esse tipo de notícia. Nesse ponto, optamos em trabalhar no sentido de compreendermos as concepções, ideias e críticas produzidas por sujeitos vinculados ao partido Liberal e Conservador. Essa escolha nos permitiu perceber como foram delineadas as culturas políticas do período, percebendo sobre qual prisma a instrução era referida nesses debates. Os temas instrucionais que, em alguns casos, apareciam com uma frequência quase que diária nos permitiu inferir que a instrução era pauta do dia nas principais publicações e seu debate estava intimamente relacionado às posições e práticas políticas culturais de conservadores e liberais⁷.

Na direção de configurar ainda nosso objeto de pesquisa indicamos os recortes e escolhas – algumas vezes áridas – que tivemos que fazer. Toda pesquisa é dinâmica e durante o processo de escrita alguns ajustes foram praticados a fim de melhor trabalhar cada tema com

⁷ Trataremos mais adiante no texto o que entendemos para o período de tradições culturais partilhadas pelos dois grupos políticos referidos.

a dedicação e paciência que um trabalho dessa dimensão exige. Apresentamos a seguir, as razões da escolha dos anos de 1880.

A documentação sobre a instrução nos jornais é vastíssima, e como nosso objetivo foi o de apreender a constituição de uma cultura educacional que ao longo da pesquisa mostrou-se imbricada com culturas políticas decidimos, depois do contato com uma massa documental, eleger a década de 1880 - para a composição desse trabalho. Foi nesses anos que identificamos uma documentação mais consistente que nos permitiu acompanhar o movimento dos partidos políticos - conservadores e liberais, e comparar as discussões que travaram acerca da instrução e da educação nos editoriais. Iniciamos com o *Jornal da Parahyba* no ano de 1881. Tido como órgão oficial do Partido Conservador na província desde 1862⁸ mostrando-se como um persistente divulgador, em seus editoriais, de temas relativos à instrução, notadamente a de primeiras letras, mas também identificamos questões relativas à instrução popular; concursos para provimento de cadeiras para a instrução de primeiras letras e instrução secundária; questões relativas à Escola Normal; a obrigatoriedade do ensino primário e temas políticos variados.

Além disso, esse jornal foi o único que conseguimos trabalhar claramente vinculado ao partido Conservador, como já dissemos, e foi também porque apresentou uma quantidade significativa de editoriais superando a soma de todos outros jornais selecionados para a pesquisa. Não foi possível incluir outros jornais conservadores pelo número escasso de exemplares localizados e a ausência de editoriais sobre a instrução.

Encerramos o nosso recorte temporal no ano de 1889. Período de grandes mudanças na imprensa nacional e local, principalmente com o fechamento de alguns jornais. Temos o fim do regime monárquico que perdurou por mais de sessenta anos e a emergência da república no Brasil. Desse modo, o *corpus* documental foi composto pelos seguintes jornais: *O Publicador*, *O Diario da Parahyba*, *Jornal da Parahyba*, *Gazeta da Parahyba* e *Arauto Parahybano*. Dessa forma pudemos abranger o recorte temporal proposto para esse trabalho. Elegemos esses periódicos pela quantidade de textos editoriais disponíveis sobre instrução; pela acessibilidade atual aos diversos números; pela legibilidade por parte do pesquisador e pela variedade de discussões propostas.

Em todos os editoriais selecionados percebemos uma preocupação dos donos de jornais em colocar a instrução como protagonista, além de indicar suas propostas para possíveis soluções e superação de problemas. Portanto, a partir desse recorte temático e

⁸ Não encontramos exemplares das suas primeiras décadas de circulação.

temporal conseguimos vislumbrar as tendências do ideário de liberais e conservadores para a instrução primária e secundária na província.

Para contrapor o ideário do pensamento conservador selecionamos quatro jornais liberais dentre o universo daqueles que se autodefiniam claramente favoráveis a essa tendência política⁹. Ao contrário do *Jornal da Parahyba*, informamos que não foi possível trabalhar com apenas um jornal, tendo em vista a quantidade menor de textos encontrados e os anos disponíveis para consulta que não se encaixaram no recorte temporal proposto. Desta forma, a escolha recaiu sobre os seguintes jornais: o *Diário da Parahyba* foi importante para debater as questões relativas à população pobre e o ensino primário. Destacamos os debates referentes à construção de um colégio de educandos voltado para a formação de ofícios e os temas ligados à necessidade de se instruir a população escrava, tendo em vista sua postura abolicionista. Além disso, foi um dos poucos jornais a propor uma seção intitulada “instrução popular”¹⁰, onde eram debatidos diversos temas ligados às ciências e às artes.

O segundo jornal selecionado para o grupo de representantes das ideias liberais foi a *Gazeta da Parahyba* por tratar dos temas políticos que envolviam a instrução nos dois últimos anos do império. Buscamos com seus editoriais indicar as principais disputas políticas e que de forma a instrução figurava nessas contendas. Temas como demissão de funcionários, favorecimentos políticos e questões administrativas nos ajudaram a observar, mais uma vez, a cultura política que se pretendia formular e as culturas políticas do período.

O terceiro jornal foi *O Publicador*, que por sua vez, assumia uma postura de debater o ensino secundário. Sua preocupação era a de indicar o estado dessa modalidade de ensino e propor soluções para seu melhoramento. Questões como exames, métodos de ensino, contratação de professores foram recorrentes e de grande importância, tendo em vista que foi um dos poucos jornais que se deteve nas discussões sobre o ensino secundário provincial.

Por último, temos o *Arauto Parahybano* que foi um jornal abolicionista, trazendo para o debate a necessidade de instrução para a população recém liberta. Proporcionalmente foi um dos jornais entre os quais a instrução figurou de forma mais acentuada. Desse modo, temos:

⁹ Certamente outros jornais poderiam apresentar tendências liberais, mas preferimos por razões metodológicas adotar apenas aqueles que se assumiam como liberais de forma clara para os seus leitores. Aqui também vale salientar que não pudemos trabalhar com alguns dos jornais que atenderiam aos critérios elencados anteriormente como o leitor poderá acompanhar no Anexo I porque eles não se encaixaram nos critérios mais gerais como os de: acessibilidade; legibilidade; quantidade de editoriais sobre a instrução disponíveis; recorte e variedade de discussões propostas.

¹⁰ O jornal *A Opinião* (1877) também possuía uma seção intitulada “instrução popular” com as mesmas características do *Diário da Parahyba*.

Quadro 1: Jornais pesquisados e suas características

Jornais	Anos pesquisados	Editoriais sobre a instrução
Jornal da Parahyba	1881/82/83/86/87/88/89	50
O Publicador	1884/85/86	9
Arauto Parahybano	1888	12
Diario da Parahyba	1884/85	11
Gazeta Parahybana	1888/89	20

Fonte: Quadro por nós elaborado a partir das pesquisas realizadas nos jornais.

A seguir indicamos ao leitor alguns trabalhos que consideramos importantes para as discussões que realizamos neste estudo acerca das relações da imprensa como fonte para as pesquisas do oitocentos dando especial atenção ao trabalhos no interior do campo da história da educação brasileira. Não temos a pretensão de esgotar o conjunto de trabalhos dedicados à temática ou, tão pouco, analisar historiograficamente os que aqui destacamos. O sentido é indicar de forma breve alguns dos trabalhos com os quais dialogamos na construção de nosso texto dissertativo.

1.3. Estudos sobre a relação entre imprensa e instrução

A historiografia da história educacional brasileira tem enfatizado a produção de trabalhos em que a imprensa é a principal fonte. Na utilização dos jornais de forma mais efetiva gostaríamos de citar as atividades do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação (NEPHE), núcleo que faz parte dos quadros da Universidade Federal de Uberlândia, vinculado ao Grupo de Pesquisa História da Educação Brasileira (HISTEDBR). É importante salientar ainda que as atividades desse grupo dedicam-se em grande parte ao período republicano.

Este movimento é justificável pela própria acessibilidade às fontes. Porém, trabalhos que abordam o período imperial têm crescido, estando a Paraíba inserida neste processo com as produções do Grupo de Pesquisa em História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO); os grupos de estudos vinculados à seção do HISTEDBR-PB e o Grupo de Pesquisa Práticas Sociais e Culturais de Leituras e Escrita. Certamente há outros grupos de pesquisa em atuação na Paraíba, entretanto, identificamos aqui apenas aqueles com os quais

tivemos contato até o fechamento dessa dissertação e que disponibilizaram documentação sobre os jornais paraibanos do século XIX.

Em relação a este último grupo de pesquisa referido, convém nos determos mais um pouco porque é reconhecidamente uma base de consulta de importante acesso para os pesquisadores locais que pretendem uma primeira aproximação com as fontes jornalísticas do oitocentos. Formado em 2006 o referido grupo é coordenado atualmente pelas professoras Socorro de Fátima Pacífico Barbosa e Maria Ester Vieira de Sousa. Congrega membros de diversas áreas e busca realizar estudos relativos à leitura e escrita enquanto práticas históricas, sociais e culturais. Gostaríamos de destacar, portanto, a criação do projeto “Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século XIX”. O *site* deste projeto¹¹ traz, desde 2007, material relativo às práticas de leitura e escrita na Paraíba oitocentista e torna pública uma coleção de microfilmes com jornais paraibanos do século XIX, de grande relevância para os trabalhos que se utilizam da imprensa enquanto fonte, como foi o caso de nosso estudo. O material foi coletado pelos componentes do grupo junto à Fundação Biblioteca Nacional (RJ) e na Fundação Joaquim Nabuco (PE).

Corroboramos com os aspectos destacados por Araújo, Carvalho e Wenceslau Neto (2002, p. 72), no sentido de enfatizar a importância da imprensa como fonte e objeto para o trabalho do historiador da educação:

Vê-se, assim, que a utilização da imprensa, como objeto de análise, em muito enriquece a observação histórica, principalmente no que concerne à educação: normalmente a imprensa é utilizada apenas como um recurso complementar, porém nos últimos anos vem contribuindo sobremaneira para novos estudos ligados ao campo educacional.

No caso do estudo aqui apresentado, entretanto, nossa ênfase foi dado ao papel dos textos jornalísticos mais como fonte principal de nossas reflexões e nosso objeto de estudo a instrução vista sob a ótica dos homens que utilizaram a imprensa para divulgar suas ideias. Foi fonte valorosa, principalmente porque nos permitiu acompanhar os discursos educacionais, propagados na esfera pública – através de comunicações oficiais – e dos textos dos jornalistas¹². Em certa medida, também foi possível identificar de que forma os temas instrucionais ecoavam na sociedade. Trata-se de uma fonte que, ao contrário dos textos de

¹¹ <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/sobre.html>

¹² O termo “jornalista” aparece na documentação para designar todos àqueles que escreviam na imprensa. Como podemos acompanhar a seguir: “Sempre entendemos, que a penna é uma arma de cavalheiro e não um instrumento do botocudo [...] Assim compreendendo a magnitude do papel de jornalista, esquivame-nos de sustentar controvérsia sobre o assumpto [...]. (JORNAL DA PARAHYBA, 28 de março de 1889). O termo também está presente em outros editoriais, sempre fazendo menção ao papel ou missão jornalística. Também utilizamos o termo “homens letrados” para fazer referência aos escritores dos jornais.

origem oficial, como, por exemplo, os relatórios de presidentes de província ou de diretores da instrução pública, ou mesmo as atas das assembleias dentre outros, proporcionam ao pesquisador.

Lembramos que Gilberto Freyre já utilizava os anúncios de escravos publicados nos jornais do século XIX em seus escritos pioneiros nas primeiras décadas do século XX. De Luca (2005) ressalta que nos anos de 1960 a imprensa se tornou umas das principais fontes para os estudos históricos. No que se refere aos estudos ligados à História da Educação, podemos afirmar que na década de 1990 ocorreu um grande avanço no campo, sendo esse novo *corpus documental* empregado em larga medida, principalmente em trabalhos que utilizam a Nova História Cultural como arcabouço teórico metodológico¹³.

Outro pesquisador também mineiro que trabalha com a imprensa é Luciano Mendes de Faria Filho. Ele produziu trabalhos sobre a Província de Minas Gerais, notadamente no século XIX. Segundo o autor:

Em Minas Gerais, como em outras províncias do Império, a atividade jornalística e a publicação de jornais foram das mais significativas no período estudado. Nos jornais encontramos como que “um retrato em branco e preto” da realidade mineira do período, podendo ler em suas páginas desde anúncios de compra, venda, troca de escravos e outras “mercadorias”, quanto a exposição de motivos de revoltas, revoluções e projetos políticos para o futuro da nação (FARIA FILHO, 2002 : p. 134).

O mesmo autor em (2002), ainda nos seus estudos, nos indica o jornal *O Universal*, que foi um grande divulgador do método mútuo¹⁴ na Província de Minas Gerais. Já em seus primeiros exemplares, o referido jornal trazia extensa matéria que versava sobre o método. No caso paraibano, não dispomos de um texto que trate especificamente sobre o tema, mas podemos indicar o *Jornal da Parahyba*, que no início da década de 1880 trava algumas discussões sobre a necessidade da implantação da Escola Normal na Província, dentre outros assuntos.

Na direção de visitarmos a produção de outras províncias consideramos também importante mencionar as pesquisas e estudos desenvolvidos pela Professora Celina Midori Murasse Mizuta a partir de temas ligados à história da educação e imprensa, notadamente no século XIX, no que hoje está configurado como o Estado do Paraná, tendo como referência o caráter educativo difundido pelo periódico, *O Dezenove de Dezembro*. Outro projeto

¹³ A utilização dessa fonte não é privilégio dos estudos culturais, pois trabalhos de cunho marxista também foram realizados em larga medida a partir dos jornais.

¹⁴ O método mútuo, ou lancasteriano, consistia na utilização do ensino oral através de repetições, buscando a memorização. A tarefa de instruir seria dividida entre o professor e um monitor, que teria a função de manter a ordem, coordenar os discípulos e organizar as aulas. (MIRANDA, 2012).

coordenado por Mizuta, em 2011, diz respeito à escola noturna¹⁵ voltada para instrução primária de adultos no Rio de Janeiro, criada pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). Este estudo possui um escopo documental mais amplo, e utilizou *O Auxiliador da Indústria Nacional*, impresso de divulgação da referida sociedade.

Em linhas gerais, a pesquisa apontou que uma parcela significativa dos pesquisadores da história da educação debruçados sobre o século XIX busca como subsídio documental a imprensa educacional. Almanques, revistas de educação e jornais educacionais são procurados como fontes. No entanto, nem sempre tal movimento de pesquisa é possível, principalmente no que concerne ao recorte temporal que compreende o período imperial. Resta, na grande maioria das vezes, recorrer à imprensa de circulação regular – e que sobreviveu a ação do tempo – que trata de diversos assuntos, sendo a instrução apenas um deles. No entanto, se engana quem pensa que tal material é insuficiente. A instrução (ou a educação em sentido mais amplo) era debatida largamente em praticamente todos os periódicos por nós consultados. Desse modo, sendo a pesquisa lastreada por uma imprensa de constituição pedagógica, ou não, sua utilização tem sido de grande importância no que concerne a aproximação do historiador com o passado instrucional, notadamente no século XIX.

As pesquisas tanto as de Minas Gerais quanto as do Paraná evidenciaram aquilo que percebemos aqui na Paraíba para o mesmo período certo protagonismo dos temas sobre educação e/instrução especialmente no caso dos editoriais. Todo trabalho que pretende reconstruir, mesmo que minimamente, o discurso educacional a partir dos periódicos, necessita invariavelmente levar em conta a sociedade produtora desse artefato cultural. Partindo desse pressuposto, o processo de investigação histórica exige uma observação mais apurada do conjunto de relações sociais que engendram os rumos da vida cotidiana de determinada cidade, estado, província ou qualquer convenção que designe espacialmente dada localidade.

Os autores estudados até o momento buscaram esse movimento, pautando suas análises a partir desse conjunto de forças políticas, econômicas, sociais e culturais. Quem escrevia na imprensa era em sua grande maioria proveniente dos grupos sociais mais abastados, sendo a participação das camadas mais populares exceção à regra. Provavelmente existiram no período, jornais vinculados a essas camadas da população, entretanto, localizar esse tipo de impresso é uma tarefa árdua pelas razões que envolvem o domínio do letramento

¹⁵ Trata-se de uma escola que começou suas atividades no ano de 1871 e funcionou até dezembro de 1892.

no século XIX e mesmo a preservação da memória da produção de uma escrita dos menos abastados socialmente. Observando o conjunto mais amplo das produções sobre o tema, esse tipo de estudo ainda constitui uma parcela tímida das pesquisas.

Podemos afirmar que a produção jornalística oitocentista na Paraíba tinha a pretensão de atingir um determinado público. No ato de sua concepção a informação era organizada e pensada visando à recepção dos seus leitores. Quem escrevia, supomos, tinha interesses das mais diversas finalidades. A notícia tinha um preço que a colocava em um patamar mercadológico. Para ter acesso às matérias, os leitores despendiam de uma determinada quantia que era materializada no preço das assinaturas ou números avulsos.

Tomando de empréstimo as palavras do autor paraibano Gervácio Batista Aranha (2005), podemos dizer que existia uma verdadeira *febre jornalística* no período. Debatia-se sobre tudo, desde a fuga de um escravo até os rumos e críticas frente à instrução. Sendo assim, vemos que o caráter educativo de tais publicações fica evidenciado na medida em que os jornalistas travavam debates, principalmente no que tange à legislação e ações de caráter político voltado para a educação. Naquele momento, os encarregados dos editoriais se colocavam como legítimos representantes da opinião pública.

O movimento dialético entre a oposição e a situação no universo político oitocentista envolvendo as questões relativas aos rumos da educação e da instrução na província é constante, na mesma direção, Faria Filho (2002, p. 137) nos indica para o caso mineiro: “Em diversas outras ocasiões o jornal volta a se manifestar em favor ou contra aspectos da legislação do ensino e dos atos praticados pelo executivo a respeito da instrução pública”.

No caso de outra província, a de Sergipe, com a qual tivemos contato por meio das leituras de trabalhos desenvolvidos tendo como fonte os jornais, como foi o caso da tese de doutoramento de Simone Silveira Amorim (2012) intitulada: “Configuração do trabalho docente e a instrução primária em Sergipe no século XIX (1827-1889)”. A autora, além de utilizar outras fontes, trabalha com a imprensa sergipana identificando temas como a atuação de docentes de instituições públicas e particulares, colégios e as representações dos temas nos jornais.

Maria Helena Câmara Bastos (2002), em relação ao Rio Grande do Sul em texto intitulado: “Espelho de Papel: a imprensa e a história da educação” destaca a multiplicidade de estudos possíveis tendo como referência à imprensa. O pesquisador, segundo a autora, teria a sua disposição uma fonte rica no que tange a abordagem dos temas educacionais, afirmando que:

Um dos dispositivos privilegiados para forjar o sujeito/cidadão é a imprensa, portadora e produtora de significações. A partir da necessidade de informar sobre fatos, opiniões e acontecimentos, a imprensa procura engendrar uma mentalidade – *uma certa maneira de ver* – no seu destinatário, constituindo um público leitor (BASTOS, 2002, p.).

Ainda segundo a mesma autora, o pesquisador deve desmontar o texto jornalístico, buscando os significados dos escritos, sempre levando em consideração *o lugar social* de seus produtores. Devemos observar o processo que levou a produção de tais escritos. Desse modo: “Assim, a imprensa é um instrumento privilegiado de pesquisa para a construção do conhecimento em história da educação” (BASTOS, 2002, p. 153). A pesquisadora aprofundou seus estudos no que chamamos de imprensa pedagógica constituída por boletins, jornais, magazines e revistas. Trata-se de material produzido por alunos, professores, associações e pelo Estado. A observação atenta desta produção permitiu entender a política proposta por esses grupos, suas preocupações educacionais, filiações ideológicas, entre outros. Para enfatizar a questão Bastos (2002, p. 153), afirma que:

O estudo do lugar da imprensa pedagógica no discurso social e das estratégias editoriais ante os fenômenos educacionais e sociais revela-se rico de informações ao pesquisador para o resgate do discurso pedagógico, das práticas educativas, do cotidiano escolar, do grau de submissão dos professores e programas e instituições oficiais, da ideologia oficial e do corpo docente, da força de inovação e de continuidade que representa das contradições do discurso.

Na Província da Parahyba do Norte existiram alguns jornais voltados exclusivamente à instrução, como *A Educação* e *O Estudante*, no entanto, não se encontravam em condições de legibilidade¹⁶ e foram preteridos em nosso estudo. Para concluir este tópico gostaríamos de destacar que a imprensa, enquanto fonte tem sido plenamente utilizada nos trabalhos ligados à História da Educação. Buscamos, desse modo, evidenciar alguns pesquisadores que trabalham com esse tipo de fonte no Brasil. Destacamos trabalhos do Paraná, Sergipe, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, mas salientamos que a produção é consideravelmente maior do que o exposto no tópico. Passemos agora a tratar das pesquisas que trabalham com a imprensa como fonte a Província da Parahyba do Norte.

¹⁶ Em relação aos dois jornais que circularam respectivamente nos anos de 1887 e 1885 só possuímos um exemplar de cada um não sendo possível a incorporação dos mesmos ao nosso trabalho, tendo em vista a impossibilidade de leitura.

1.4 Os jornais paraibanos oitocentistas e sua utilização para a História da Educação

Algo que sempre nos despertou curiosidade era a forma pela qual as ideias circulavam no período aqui em estudo. Numa sociedade em que os avanços relacionados a comunicação chegavam lentamente, de que maneira as ideias ou discursos eram difundidos? Décadas antes da difusão do rádio, era o jornal que se encarregava de distrair, entreter e, principalmente, noticiar o que estava acontecendo no dia-a-dia das províncias. Escritores, como Machado de Assis e Irineu Joffily¹⁷, só para citar dois deles, publicaram obras inteiras nesse veículo de comunicação.

O grande mote das notícias publicadas nos impressos do século XIX na província da Parahyba do Norte tinha cunho político. Disputas entre partidos, demissão de funcionários públicos e debates ideológicos em torno de posicionamentos que oscilavam entre posturas a favor dos partidos liberais ou conservadores. Os editoriais traziam embates que perduravam por semanas a fio sem que um vencedor fosse apontado. Em número também elevado temos as discussões relativas à instrução. Verbas mal destinadas (ou em número insuficiente), demissões e contratação de professores, implantação de escolas e indicação dos melhores métodos de ensino que deveriam ser adotados nas aulas públicas figuravam com larga frequência nos jornais.

De acordo com a documentação consultada podemos afirmar que a instrução era pauta principal em vários escritos. Assumia o papel de protagonista da história conforme já dissemos anteriormente e, muitas vezes, era indicada como forma de levar os ideais da civilização à população. Sobre este ponto, Miranda (2012, p. 30) assinala:

Muito embora a década de 1880 tenha concentrado um maior número de debates em torno da questão instrução-civilização, podemos dizer que este era um assunto a tempo discutido, mesmo levando em conta a pouca quantidade de matérias que se apresentaram nas décadas anteriores. Vale salientar que os debates que circularam nos jornais foram contundentes na exposição de uma dialética que dizia: instruir é civilizar e civilizar é instruir.

No caso brasileiro, a história da imprensa só pode ser contada a partir de 1808. Antes desse período não temos a divulgação de impressos jornalísticos (pelo menos de forma oficial), sendo a abertura das tipografias autorizadas em território brasileiro com a chegada da

¹⁷ Paraibano natural da cidade de Pocinhos, Irineu Joffily foi bacharel em direito pela Faculdade de Direito do Recife. Colaborou em alguns jornais como *O Despertador e o Mercantil* (Paraíba) e o *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro), além de ser fundador do *Acadêmico Parahybano* e da *Gazeta do Sertão*. Este último circulou na cidade de Campina Grande entre os anos de 1888 e 1891, chegando a atingir uma tiragem de 1300 exemplares.

família real portuguesa¹⁸. A principal finalidade da Imprensa Régia nesses primeiros anos de existência foi divulgar os atos do governo recém-instalado, algo que só iria sofrer modificações em 1811¹⁹ quando em Salvador foi aberta uma tipografia²⁰. Na Corte as tipografias de origem particular começaram a surgir no ano de 1822, momento em que o Brasil passava por transformações políticas que culminariam com o movimento de independência política.

A Província da Parahyba do Norte começou a sua atividade jornalística com o jornal *Gazzeta do Governo da Parahyba do Norte*²¹, datada de 1826. Segundo Cardoso (2004, p. 251):

Mais forte do que em qualquer outro lugar, manifesta-se na Paraíba a influência dos acontecimentos desenvolvidos em Pernambuco. Ainda sentindo as consequências da jugulada Confederação do Equador, vê-se a terra paraibana afligida, em 1825, por cruciante seca que, também, se espalhou por Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. No mesmo ano, em fevereiro, surge a imprensa na Província com o seu primeiro jornal denominado *A Gazeta do Governo da Parahyba*.

Quatro anos após a independência política do Brasil em relação a Portugal, a província entra no circuito jornalístico e de forma bastante expressiva, tendo em vista a quantidade de jornais que circularam no período²². Desde os primeiros anos do império, a Parahyba do Norte estava inserida, juntamente com outras províncias, no movimento de expansão das tipografias. Para ratificar esta informação temos, segundo Basile (2009, p. 65):

Verificar-se, em particular nesses primeiros anos, vertiginoso crescimento de publicações no centro em que já havia tipografias – Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará, Minas Gerais, Ceará, **Paraíba**, São Paulo, Rio Grande do Sul e Goiás -, aos quais se vieram somar, até 1840, Santa Catarina, Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe e Espírito Santo. (grifo nosso)

¹⁸ Sobre esse aspecto Abreu (2002, p. 697) assinala: “Com a impressão de livros e jornais proibida pela Coroa na América Portuguesa, a atividade tipográfica só foi oficialmente implementada a partir de 1808. [...] instalou-se no Rio de Janeiro a *Imprensa Régia*, com prelo e material tipográfico trazidos de Lisboa por Antônio de Araújo e Azevedo, mais tarde Conde da Barca, que acompanhou a Corte na transferência para o Rio. Na mesma ocasião, vieram os mestres tipógrafos e gravadores das oficinas do reino, criando as condições técnicas iniciais para o desenvolvimento das artes gráficas”.

¹⁹ Antes desse período não existiam tipografias particulares.

²⁰ A tipografia em questão foi a primeira da Bahia, sendo criada por Manoel Antonio da Silva Serva que era editor, tipógrafo e livreiro de origem portuguesa.

²¹ Em relação ao jornal *Gazzeta do Governo da Parahyba do Norte* localizamos apenas um exemplar xerografado, que não dispunha de material relativo a instrução.

²² Com base em nosso levantamento apontamos a existência de mais de 85 periódicos que circularam nos anos que compreendem o Império. Para uma lista com os nomes dos periódicos, tipografias e época de atuação consultar o Anexo I.

Feitas essas considerações de caráter mais geral passamos a comentar de forma breve alguns estudos que utilizam os jornais como fonte na Província da Parahyba do Norte e que em nossa opinião merecem ser destacados porque nos ajudaram a compreender o nosso objeto de estudo. Primeiramente, a dissertação de mestrado de Itacyara Viana Miranda, defendida em 2012 no Programa de Pós Graduação em História UFPB (PPGH) intitulada: “Instrução, disciplina e civilização: uma perspectiva de leitura acerca das aulas públicas e particulares na Parahyba do Norte (1860-1889)”. Neste trabalho, de forma bastante elucidativa, a autora trabalha o tema da disciplinarização e da civilização. Utiliza, dentre outras fontes, a documentação oficial proveniente do Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte e os jornais paraibanos compreendidos entre os anos de 1860 até 1889. Segundo o referido estudo, o único meio de trazer civilização à população seria a partir instrução. Em cena entraria em jogo a disciplina, seja ela dos corpos ou das mentes. A autora salienta que na segunda metade do século dezenove ocorreram várias reformas na instrução, especialmente a pública, o que pudemos constatar também em nossa pesquisa por meio das notícias jornalísticas que trataram do tema das reformas ou que as publicaram nas páginas dos jornais.

Ressaltamos também a tese de Rose Mary da Silva Araújo intitulada: *Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX*. A autora utilizou fontes jornalísticas para tratar dos temas ligados a Escola Normal, criada em 1884, mas que só passou a funcionar de forma efetiva em 1885. Esta tese foi defendida no ano de 2010, no Programa de Pós Graduação em Educação da UFPB (PPGE). Araújo (2010) procura entender o processo de formação de professores e a ação dos administradores da instrução pública provincial. O recorte cronológico utilizado em sua pesquisa foi mais amplo, que o de Miranda (2012), abrangendo o período que vai de 1837 até 1899, quando a república já se encontrava instalada no Brasil.

Temos também a tese de doutorado de Cristiano Ferronato defendida no ano de 2012, no Programa de Pós Graduação em Educação da UFPB (PPGE), intitulada: *Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884)*. O autor estudou o Lyceu Parahybano, única instituição destinada ao ensino secundário na província, criado antes do Colégio Pedro II, isto é, em 1836. Segundo o autor, uma parte considerável dos jornalistas do período atuava como professores nesse estabelecimento de ensino. Outra pesquisadora que fez uso da imprensa paraibana oitocentista foi Fabiana Sena, em sua tese de doutoramento defendida no ano de 2008 e intitulada: “A Tradição da Civilidade nos Livros de Leitura no Império e na Primeira

República”. Em diversos projetos, a partir das cartas (epístolas)²³ sobre a instrução presentes nos periódicos, a autora apreendeu o que era dito aos leitores da província por diversos agentes, como professores, alunos, diretores da instrução pública etc. Sobre este aspecto, Sena (2012, p. 121) nos diz: “O interesse por esse gênero textual nos jornais imperiais paraibanos consiste em compreender a mentalidade de uma época sobre a instrução pública na Paraíba [...]”.

Nos jornais paraibanos os professores são apresentados de diversas formas, dependendo dos seus cargos de origem. Normalmente, aqueles oriundos da instrução pública primária eram mal vistos, sendo em alguns casos acusados pelo estado preocupante em que se encontrava a instrução. Por outro lado, os professores secundaristas ligados ao Lyceu Parahybano desfrutavam de olhares mais generosos por parte dos jornalistas, considerados pessoas idôneas e ilustres. Lembrando que muitos homens dedicados à atividade de escrever nos jornais atuavam também na condição de professores ou das aulas avulsas de latim ou às cadeiras oferecidas aos alunos do Lyceu Provincial.

Há de se considerar também que a configuração, ou melhor, a construção da imagem do professor ideal foi uma das tarefas empreendidas pelos homens letrados que escreviam nos jornais ao longo do século XIX. Destacamos, sobre essa temática, dois trabalhos monográficos que abarcaram a questão da profissionalização docente na província da Parahyba do Norte. O primeiro deles de Jandynéa de Paula Carvalho Gomes (2008): *A profissionalização dos professores na Parahyba do Norte (1834-1889)*. O segundo foi trabalho de Mariana Marques Teixeira (2009), intitulado *Um olhar sobre a configuração da profissão docente na Parahyba oitocentista (1822-1864)*, embora as autoras tenham utilizado a documentação oficial e não os jornais como fonte²⁴ consideramos significativo mencioná-las porque identificamos nos jornais que consultamos muitas das discussões que elas fizeram em seus estudos.

De autoria da pesquisadora Socorro de Fátima Pacífico Barbosa que está à frente do projeto *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século XIX*²⁵, já referido por nós anteriormente neste capítulo, destacamos o livro *Jornal e Literatura: a imprensa brasileira no século XIX*, publicado em 2007 que embora não trate diretamente sobre o tema da instrução, tem auxiliado em nossos estudos no que diz respeito as suas reflexões acerca da imprensa paraibana.

²³ Na documentação que utilizamos para a escrita desse trabalho não localizamos uma coluna para leitores nos jornais. No entanto, não excluimos a possível existência desse espaço em outras fontes.

²⁴ Salientamos que alguns jornais possuíam um caráter oficial, sendo propriedades de partidos políticos.

²⁵ Esse material pode ser consultado no site: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/sobre.html>.

Estudar a instrução, através da imprensa no século XIX, é mergulhar também nos jogos políticos e de poder. Debates que perpassam por políticas de destinação de recursos para a educação, obrigatoriedade do ensino, perseguição a professores, criação de cadeiras e regulamentos, movimentavam as pautas do dia de inúmeras publicações. O século XIX estava imerso em culturas políticas específicas no qual a imprensa, muitas vezes foi o palco de muitas embates. Segundo Basile (2009, p. 65):

Esse desenvolvimento da imprensa vinculava-se intimamente às disputas políticas, à emergência de diferentes projetos políticos e à mobilização da opinião pública. Foi a arena na qual os debates transcorreram com maior abertura e amplitude, além de franca virulência, **facilitados pela relativa liberdade de expressão e pela prática comum do anonimato. Jornais e panfletos foram os grandes responsáveis pela produção e difusão da cultura política, ultrapassando até a barreira do analfabetismo, uma vez que os impressos eram habitualmente lidos e comentados em voz alta em público, o que multiplicava seu poder de comunicação.** (grifo nosso).

Destacamos algumas partes do texto porque julgamos necessário discutir algumas questões. Como o próprio autor destaca²⁶, em qualquer ambiente de sociabilidade as matérias dos jornais eram discutidas, ou no mínimo escutadas. Os periódicos também se encarregavam da tarefa de divulgar as atas da assembleia provincial, portanto, os discursos dos parlamentares tornavam-se alvo de possíveis debates.

Outro aspecto interessante era a utilização da “tática” do anonimato. Barbosa (2007) nos diz que era uma prática recorrente no período, fato que pode ser observado pela imensa maioria dos jornais que circulavam no império. Quando um jornalista assinava alguma matéria se utilizava de pseudônimos.

Jornais eram criados, em alguns casos, para combater um inimigo político ou desavença pessoal. Alguns desses periódicos sequer ultrapassavam a marca do primeiro exemplar. Desse modo, se fazer anônimo, constituía uma larga vantagem na medida em que propiciava liberdade de escrita. Esse tipo de postura, arriscamos dizer, só irá ser parcialmente alterada com a República. Alguns editoriais, por exemplo, eram assinados como produção da *Redação*²⁷, no entanto, localizar os membros que constituíam as equipes editoriais dos jornais é uma tarefa árdua que dificilmente pode ser realizada apenas com a leitura dos exemplares dos jornais.

²⁶ Além de Basile (2009), Aranha (2005) também traz essa afirmação, pois segundo o autor era indiferente possuir letramento para ter acesso ao conteúdo jornalístico. A divulgação das notícias era feita nas barbearias, botequins, farmácias, praças ou qualquer outro ambiente de sociabilidade.

²⁷ Cabe ressaltar que alguns editores eram os próprios donos dos jornais.

Finalizamos o primeiro capítulo de nossa dissertação convidando o leitor para adentrar as próximas páginas e acompanhar as discussões que fizemos no segundo capítulo em relação à instrução popular, Escola Normal e ensino obrigatório, tomando como referência o *Jornal da Parahyba*. Em seguida, ou seja, no terceiro, os temas propostos pelos jornais liberais elencados nesse capítulo. O ensino secundário, a criação de um Colégio de Educandos, instrução da população liberta, instrução primária, entre outros, foram objetos do nosso estudo.

CAPÍTULO II – A INSTRUÇÃO NAS VOZES DO PARTIDO CONSERVADOR: O JORNAL DA PARAHYBA²⁸.

Criado no ano de 1862²⁹ por Silvino Elvidio Carneio da Cunha³⁰, o *Jornal da Parahyba* foi um expoente do partido conservador. Em alguns momentos foi o órgão responsável pela divulgação dos atos oficiais do governo, notadamente na segunda metade da década de 1880, sendo o palco de intensos debates contra os periódicos liberais do período. Escolhemos o referido jornal para representar o partido conservador justamente em virtude da sua importância, uma vez que atuou como porta voz do Partido Conservador durante trinta anos, e também pelo número de editoriais e matérias que tivemos acesso ao longo da pesquisa sobre a instrução paraibana.

Sabemos por meio da historiografia, que o jornal circulava duas vezes por semana, sendo impresso nas dependências da Typographia Parahybana localizada à rua Visconde de Pelotas nº 10³¹. Como era de praxe na confecção da maioria dos jornais, este trazia o seguinte aviso no alto primeira página: “A redacção só responde por seus escriptos.”. Estes escritos basicamente eram feitos por meio de editoriais, presentes em todos os volumes pesquisados.

O assunto que percebemos ser o mais recorrente nesse periódico era o ensino primário. A preocupação dos editoriais era a de indicar formas para salvar a instrução do estado de abandono em que se encontrava, tratando temas como o ensino popular, criação da Escola Normal, concursos públicos, ensino primário obrigatório e temas diversos ligados à administração provincial.

²⁸ O Partido Conservador foi o responsável por ditar os rumos provinciais na segunda metade da década de 1880, lembramos que o Dr. Silvino Elvídio regressou ao governo provincial 1889, cadeira que já ocupara na década de 1870.

²⁹ Circulou até o ano de 1890 quando encerrou suas atividades em virtude das mudanças políticas com o advento do regime republicano.

³⁰ Nascido em 1831 foi um importante representante do Partido Conservador. Bacharel em direito e político de fama reconhecida, participou como jornalista ou criador dos jornais: *A Imprensa* e o *Jornal da Parahyba*. Barbosa (2009, p.56) assinala: “A história política da Paraíba teve nesse ilustre homem público um dos seus pontos culminantes pela atividade que exerceu como chefe e orientador do Partido Conservador, cuja agremiação fora fundada com o apoio no poderio de sua ilustre família”. Também foi diretor da instrução pública.

³¹ Não dispomos da tiragem, mas se observamos a média de outros jornais calculamos que o *Jornal da Parahyba* circulasse com um número compreendido entre 700 ou 1000 exemplares por edição. Em trabalhos anteriores concluímos que, tomando por base tiragens de 700/800, temos em relação ao acesso desse material pela população: “Deste modo, chegamos à conclusão de que 0,27 % da população tinha acesso, se levarmos em consideração um simples calculo entre tiragem total e população da capital. Se este cálculo for realizado tomando como base a população total este número se torna ainda mais ínfimo, chegando a 0,0021%.”. (SOUZA, 2010, p.16.b).

O jornal se apresentava como porta voz da “mais nobre das causas”, ou seja, a instrução pública primária. Justamente por esse motivo pregava a imparcialidade, algo que sabemos ser intangível, pelo menos da forma pela qual era evocada. No entanto, as questões propostas e debatidas nos editoriais são de grande importância para entendermos a maneira pela qual os debates políticos aconteciam.

Apreender as culturas políticas é em nosso entendimento de grande importância para o estudo em questão na medida em que proporciona um olhar para além do discurso, levando em consideração a sociedade em que esses homens letrados – os jornalistas – estavam inseridos. Isso fica evidenciado quando observamos esse trecho: “Também nos achamos filiados á um dos partidos políticos³², porém não podemos e nem devemos admitir, que a política encerre em seu círculo de ambições uma instituição, que, sendo devidamente melhorada, será n’um futuro bem próximo muito útil a nossa sociedade.³³” (JORNAL DA PARAHYBA, 18 de março de 1882). Neste capítulo elencamos os temas identificados nos editoriais do jornal como: a Instrução Popular, a Escola Normal e o Ensino Primário Obrigatório.

2.1 A Instrução Popular

Este tópico discute a forma como o jornal tratou da questão da instrução voltada às camadas pobres da população³⁴, destacando também a atuação de professores e as questões políticas envolvidas. Em seu editorial de 01 de março de 1882 o *Jornal da Parahyba*, continuando³⁵ debates de publicações anteriores, volta a denunciar o estado precário da instrução pública primária na província. Chega a ser desanimador, segundo os editores, enviar os filhos para uma aula em que as mínimas condições para tal, não são atendidas, devido a ausência de material escolar e de professores. Os pais de família são obrigados a fazê-lo, tendo em vista que a instrução primária seria a primeira luz que guiaria a mocidade para o mundo moral.

A função da instrução seria a de tornar o jovem útil à sociedade, deste modo, consideramos que, pelo menos nessa matéria, o ato de instruir assume um caráter mais diversificado tendo em vista que além de preparar para os rudimentos básicos das primeiras

³² Nesse caso, o Partido Conservador.

³³ Nessa citação o jornal faz referência aos melhoramentos da instrução.

³⁴ As expressões instrução popular, camadas pobres da população e educação popular foram extraídas dos editoriais.

³⁵ Não é possível indicar em quais volumes estas discussões tiveram início, pois não tivemos acesso a esses exemplares.

letras, o jovem deveria assumir um papel mais amplo, ou seja, ser preparado para a prática das boas ações e costumes. Segundo a matéria:

Uma mocidade mal educada, ou pouco conhecedora dos primeiros rudimentos da língua vernacula, **sem ser exercitada na prática das boas acções, dos bons exemplos, dos bons costumes**, tão preciosos á jovens inexperientes, - não póde, certamente, ser útil á si e á sociedade, sob qualquer lado, que a se encare. (JORNAL DA PARAHYBA, 01 de março de 1882 – grifos nossos)

No entanto, se alguns alunos tiveram acesso a uma instrução melhor e se encontram em posições confortáveis, é porque provavelmente tiveram acesso a uma formação que tinha outro caráter. Não podemos afirmar com exatidão qual seria a outra forma de educar, mas podemos inferir que o editorial estava tratando de uma educação que era oferecida por mestres e tutores nas casas das famílias mais abastadas³⁶ e que certamente destoava da recebida pelas famílias mais humildes. Sendo assim, gostaríamos de evidenciar a diferença de tratamento dada aos mais pobres, fato denunciado pelo jornal nessa edição.

No mesmo editorial os professores também são acusados de mestres *antipatrióticos*, pois, são desconhecedores das suas obrigações perante essas crianças. As crianças das classes desprotegidas, em seu estado mais delicado de existência, mereciam um cuidado maior dos mestres. Esses alunos ao terminarem o ensino primário já deveriam demonstrar o interesse em ingressar no ensino secundário, no entanto:

[...] O que está exuberantemente provado, é que elles, querendo, logo que sahem das escolas primarias, seguir o curso do estudo secundario, não se animam, por mais corajosos que sejam, á matricular-se primeiramente nas matérias que compõe o ensino da nossa língua que bem pouco ou quase nada differe dos exames feitos nas escolas primárias. [...].(JORNAL DA PARAHYBA, 01 de março de 1882)

Como podemos observar toda a crítica que motivou o editorial em questão é feita direcionava-se à instrução voltada aos meninos e meninas das camadas pobres, que são relegados à instrução de baixa qualidade. Os alunos, por não disporem de outros meios de alcançar as aulas, estariam sujeitos a esse tipo de formação, da qual apenas teriam acesso a um ensino capaz de fornecer os rudimentos mais elementares da leitura e escrita.

Sendo assim, todo conteúdo aprendido – em alguns casos de forma precária - nessa etapa inicial da vida escolar é esquecido em pouco tempo, tendo em vista que logo se acham

³⁶ Ver mais sobre o tema em Vasconcelos (2004).

na obrigação de trabalhar e buscar o sustento para a família. Nesse sentido, o editorial afirmava que:

Ora, uma educação n'estas condições, quaes os benefícios que d'ella podem colher aquelles, que a recebem? Nenhum, certamente, porque em breve, se entregarem-se á essas occupaões rudes, da propria pobreza, aliás, muito louváveis, uma vez que d'ellas tirem os necessarios meios de subsistência [...].(JORNAL DA PARAHYBA, 01 de março de 1882)

Justamente pela necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho essas crianças esqueceriam as lições aprendidas e voltariam ao seu estado de completo embrutecimento moral. Desse modo, estariam em igual medida na mesma situação daqueles que sequer tiveram a oportunidade de frequentar as aulas primárias, segundo o entendimento do jornal.

Na tentativa de argumentar na direção do fortalecimento de uma instrução de primeiras letras mais adequada, os editoriais do jornal afirmavam que dentre os ramos do serviço público, a instrução deveria ser a mais atendida pelo governo provincial. Seguindo essa lógica, seria até um ato de patriotismo destinar olhares mais atentos à instrução pública primária. Demonstrando que a Província da Parahyba do Norte não estava isolada do restante do país, os editores do jornal criticavam de forma incisiva o Governo Imperial por dispendere vultosos recursos em embaixadas, como a situada na China, esquecendo-se de proporcionar investimentos em seu próprio país, com a criação de impostos que foram criados onerando a administração local. A província deveria ser mais bem atendida financeiramente pois, segundo a redação do jornal, as pequenas províncias, ou *burgos pobres*, necessitavam de um maior investimento na instrução pública primária.

Afirmava ainda o jornal que o povo, a quem cabia à parcela mais penosa dos impostos, pouco via de investimento efetivo nesse setor e se achavam desprovidos do direito de cobrar que esses recursos fossem utilizados em seu próprio proveito moral, ou seja, na educação. Os fatos das sociedades não poderem alcançar um alto grau de desenvolvimento sem esse tipo de contrapartida, era crítica constante nas páginas do jornal.

Outro aspecto interessante que deve ser evidenciado é a forma pela qual o professor aparece nessas matérias, algo recorrente em praticamente todo o nosso recorte temporal. Era cobrada do poder público uma maior preparação desse docente, sendo assim, destacamos:

E quem negará que a instrucção primária, convenientemente distribuída por mestres bem preparados e sinceramente compenetrados de sua nobre e

respeitada missão, - é o pharol que guia a mocidade de um paiz no seu tirocínio por entre as diversas camadas da sociedade? [...]. Logo, a morte moral do povo, que pedimos permissão para chamar de imensa massa popular – **está nas mãos do governo geral e de seus agentes nas províncias, pois que nenhum interesse tomão pela sua instrução, pelo seu bem estar, pelas suas necessidade.** (JORNAL DA PARAHYBA, 01 de março de 1882 – Grifos nossos)

O “bem estar”, destacado no final da citação, tem um significado interessante. A população, por não receber uma instrução eficiente estaria sujeita à prática de crimes, desse modo, o problema que inicialmente estava restrito à instrução pública também começaria a afetar a força policial. É algo interessante o que jornal propõe, pois relaciona a falta de instrução (educação) à criminalidade. Presumiam os editores do jornal que era preciso educar a criança para que no futuro não fosse necessário punir o adulto. É uma questão que perpassa também por questões econômicas, tendo em vista que se a instrução não fosse bem atendida o governo seria obrigado a tomar providências: “vê-se na dura necessidade de desfalcas suas rendas com sustento, roupa, e todos os meios de necessaria segurança nos carcerees, onde são lançados!” (JORNAL DA PARAHYBA, 01 de março de 1882). Além disso, podemos destacar um aspecto interessante no âmbito das culturas políticas, no trecho selecionado: há uma crítica dirigida ao governo central e “seus agentes na província” que podemos inferir na direção do papel político dos liberais no governo da Corte e da província porque sabemos nessa período estava à frente do governo na província, o presidente Antonio Alfredo da Gama e Mello vinculado às forças liberais.

A instrução na perspectiva do jornal vinculado aos conservadores seria uma necessidade básica do ser humano, tal como a alimentação. A formação escolarizada colocaria o homem no pleno conhecimento de seus deveres, no intuito de ser útil para a sociedade como um todo. Aqueles que tivessem acesso à instrução primária já estariam em vantagem se comparados aos que, por qualquer motivo, permaneceriam mergulhados na ignorância e não alcançariam o mundo civilizado.

O *Jornal da Parahyba* deixa bem explícito que esse debate deveria ser mantido, tendo em vista que tais questões eram de fundamental importância para o desenvolvimento moral do povo e da própria província. Instruir, nesse caso, para aqueles homens ilustrados ia além do simples ato de ensinar a ler, escrever e contar. De acordo com o exposto, tornar o cidadão pleno conhecedor dos seus direitos e deveres e ser útil à sociedade era um dos grandes lemas dos conservadores.

Percorrendo os editoriais encontramos outro que dava continuidade à discussão de números anteriores. Em suas primeiras linhas, identificamos:

Tem visto o público – **juiz de todos aquellos**, que na **tribuna da imprensa emitem suas opiniões** pró ou contra as questões, que cada dia n'ella se agitação, - a nossa **imparcialidade** ao tractarmos da decadencia do ensino primario, assumpto este, que na nossa opinião só diz respeito a causa pública. (JORNAL DA PARAHYBA, 18 de março de 1882 – grifos nossos)

Como declarados defensores do bem público, da mocidade, da província e da nação como um todo, *O Jornal da Parahyba* continuava em seus editoriais desferindo ataques ao governo provincial, cujo presidente em exercício era o liberal Sr. Dr. Antonio Alfredo da Gama e Mello³⁷. Desse modo, afirmavam os editoriais, educar todas as classes da sociedade era um fator primordial, que além dos benefícios naturais de trazer a luz da civilização para a população buscava aumentar as rendas provinciais. Com uma boa instrução era possível o ingresso no trabalho, fonte de riqueza e prosperidade.

Nesse, sentido, cobrava-se do governo provincial a tarefa de bem preparar a mocidade e proporcionar os meios para a juventude ter acesso à instrução primária. Além dos benefícios individuais oriundos desse investimento, a província também receberia seus dividendos. Sobre este aspecto, o editorial sinalizava ainda os benefícios do aumento de arrecadação com impostos e o mais importante, destacava que a diminuição das estatísticas dos crimes que consumia grandes quantias, seria induzida com a diminuição da criminalidade por meio da instrução dos menos favorecidos.

O governo provincial reconhecia a necessidade de melhoramentos, reconhecendo a falta de recursos para realizá-los:

Como, porem, não se possão realizar grandes reformas sem grandes dispêndios, e a província não as possa actualmente fazer, limitei-me no Regulamento que confeccionei para reger a Instrucção Publica, publicado a 31 de Agosto próximo findo, e de que tereis noticia, a ensaiar algumas das idéias mais acreditadas quanto a situação da Provincia o permittir, contribuirão poderosa e efficazmente para o desenvolvimento intellectual dos vosso comprovinciano. (PARAHYBA DO NORTE, Provincia da. Relatorio 1881).

³⁷ Nascido na capital da província em 1849 foi Bacharel em Direito, realizou seus estudos secundários no Lyceu Parahybano; foi fundador do jornal *A República*, além de ter sido professor e diretor do mesmo Lyceu. Falece no ano de 1908 na capital paraibana. (BARBOSA, 2009).

No entanto, outro elemento que julgamos interessante ressaltar diz respeito ao envolvimento das questões políticas na instrução e foi assim ratificado pelo mesmo editorial:

Assim, em desempenho ao nosso compromisso, tomado no curso de nossas considerações sobre este assumpto, faz-se mister tractarmos d'um facto recente, que mostra até a evidência e **preponderancia, que tem a política sobre a instrução pública primária.** (JORNAL DA PARAHYBA, 18 de março de 1882 – grifos nossos)

Passaremos então a tratar de um fato curioso encontrado em um dos editoriais do jornal em 18 de março de 1882 por ocasião de um concurso para ocupar o lugar da cadeira do ensino primário do sexo masculino do Bairro-Alto da capital. Para o concurso inscreveram-se três candidatos e foram descritos como sendo um do interior, outro habilitado (Sr. Marrocos) e “bem preparado” e o terceiro considerado no editorial como “protegido” (Sr. Medeiros) do presidente da Província.

Em uma narrativa bem extensa, o jornal avisava de antemão que mesmo antes da realização da seleção, já corriam boatos que o vitorioso seria o Sr. Medeiros. Esse concurso supostamente despertou os olhares de muitos, tendo em vista se tratar do: “[...] de ser o primeiro concurso, que ia ter lugar de conformidade com o **monumental** regulamento³⁸ de 30 d’agosto do anno passado [...]”.(JORNAL DA PARAHYBA, 18 de março de 1882)

O primeiro concorrente chamado apenas de “candidato do interior”, homem pobre³⁹, foi o primeiro a abrir mão do concurso. A esta altura já se espalhava a notícia do possível favorecimento do candidato “Sr. Medeiros”, portanto, a opção de abandonar a corrida pela vaga estava clara para o primeiro candidato e o editorial fazia crer para os seus leitores a forma tendenciosa como o concurso estava sendo conduzido pelas autoridades provinciais.

Sendo assim, restando apenas dois candidatos, a apreensão pelos rumos do concurso se estendeu por dias. “A opinião pública”⁴⁰ se influenciada pelo jornal àquela altura já julgava o fato como decidido, sendo o preferido para ocupar a vaga de professor aquele de maior habilitação, entretanto, o candidato - Sr. Marrocos – que fora considerado pelo jornal como o

³⁸ Na década de 1880 a Província da Parahyba do Norte contou com três grandes regulamentos, publicados respectivamente nos anos de 1881, 1884 e 1886. O regulamento em questão, de 1881, não foi localizado até o momento. Miranda (2012, p. 72) faz considerações neste sentido: “Com relação ao Regulamento de 1881, o que temos são apenas indícios de sua existência. Da mesma forma que o Regulamento de 1879 foi indicado nas leituras do jornal *O Publicador*, o Regulamento de 1881 também o foi”.

³⁹ Descrição feita pelo próprio jornal.

⁴⁰ O termo “opinião pública” é utilizado pelo jornal, mas não é possível mensurar quem de fato estava sendo referido. Provavelmente tratava-se dos leitores do jornal ou as pessoas que tinha acesso de forma direta ou indireta as notícias.

mais preparado e habilitoso, não foi inscrito no concurso, gerando, segundo o jornal, um claro descumprimento do regulamento da instrução pública. Mesmo assim: “[...] dirigio-se á secretaria da mesma instrucção, e lá chegando encontrou, com surpresa sua, o seu contendor, examinadores, director, e grande concurso do povo [...]”.(JORNAL DA PARAHYBA, 18 de março de 1882). O concurso então se iniciou com a presença dos dois candidatos: o Sr. Marrocos e o Sr. Medeiros.

No entanto, de acordo com o jornal, foi feito o possível para desestabilizar o Sr. Marrocos – na opinião do mesmo, o mais habilitado ao cargo; e favorecer o apadrinhado pela presidência da província. Entretanto, o candidato “mais habilitado” teria conseguido superar as adversidades, demonstrando fortes provas de competência e domínio de tudo aquilo que lhe foi cobrado na ocasião. Não é incomum encontramos nos periódicos da época matérias criticando os concursos, fator que aponta no sentido de que as influências do poder público nas escolhas faziam parte das culturas políticas do período. São relações políticas e de clientelismo também descritas por Graham (1997) para retratar o período imperial brasileiro.

Lembre-mos das considerações tecidas por Araújo (2010) sobre os concursos públicos:

O novo tipo de professor, solicitado para a construção do progresso de civilização da sociedade paraibana, permaneceu sem a qualificação específica, sendo escolhido conforme os interesses políticos das lideranças locais através dos concursos públicos. A base fundamental para a qualificação docente, através dessa prática, era o domínio dos rudimentos da leitura, da escrita e de contar. (ARAÚJO. 2010, p. 146).

Voltando ao episódio relativo ao concurso de 1882, percebemos que por meio da leitura do jornal que no decorrer de alguns dias após a realização do concurso, tornou-se de conhecimento do público a notícia de que o candidato mais habilitado havia sido reprovado no exame de latim. Deste modo, o texto jornalístico segue afirmando que: “Affrontado assim o bom senso publico, que actualmente nada vale, os agentes d’esse senhor bateram palmas, por verem que hoje o merito do cidadao nada é, nada significa, diante das inhabilitações, escudadas nos homens, que se achão á frente dos negócios públicos...”. (JORNAL DA PARAHYBA, 18 de março de 1882). Algo que deve ser lembrado e levado em consideração é que o referido jornal é órgão de um partido oposto ao do presidente da província, portanto, devemos levar em conta este fato antes de tomarmos esta e outras matérias como verdades absolutas e que, provavelmente, fazia parte dos jogos políticos e de poder que a oposição, nessa ocasião, representada pelos conservadores atacasse seus inimigos políticos. Dessa

forma, as páginas dos jornais eram utilizadas como tribuna de debates e embates políticos constituindo assim uma cultura política favorável às ideias defendidas pelos conservadores.

Ao mesmo tempo os responsáveis pelo editorial afirmaram o caráter missionário da imprensa, responsável em fiscalizar a coisa pública, além de informar notícias corriqueiras da Província. Destacavam ainda, de forma incisiva, que o magistério só deveria acolher cidadãos plenamente aptos para o exercício da docência e com conhecimento nas matérias que desejam lecionar. Deveriam, dessa maneira, atuar como “preceptores da mocidade”.

As críticas dirigiam-se ao presidente da província e demais homens públicos, pois, estando à frente do governo não faziam o investimento necessário para a instrução. Mais uma vez o jornal se coloca como defensor das camadas menos favorecidas da população e que não tinham representação política, criticando dessa forma a condução do magistério provincial por parte das autoridades.

Algo digno de nota foi a importância que o magistério público primário recebeu do *Jornal da Parahyba*. Segundo o jornal, tratava-se de: “[...] facho propagador certo e infallível da primeira luz, que leva o espírito juvenil os conhecimentos dos deveres outorgados pelo supremo architecto do universo aos seres racionais” [...].(JORNAL DA PARAHYBA, 18 de março de 1882) Para tanto, era preciso ter cuidado e melhor selecionar os docentes que seriam responsáveis em levar essa juventude pelo caminho das primeiras letras. Dessa forma, afirmava que a instrução não poderia ser apenas um meio de empregar parentes ou protegidos. O docente deveria ficar atento à boa condução das aulas, portanto, a contratação de professores preparados seria o principal meio de proporcionar uma boa condução das lições.

Ressaltamos a criação da Escola Normal no ano de 1884, que teria como principal função a formação de professores. Sobre este ponto, Pinheiro (2002, pp. 76-77): “[...] só em 1884 a província da Parahyba do Norte veio a ter sua primeira Escola Normal (Regulamento n.30, de 30 de julho de 1884), cuja criação já fora considerada uma necessidade por inúmeros políticos e gestores da instrução pública”. Antes da criação dessa instituição não podemos tratar de professores formados na província, mas podemos afirmar que muitos jornalistas, por exemplo, atuavam como docentes, especialmente, na instrução secundária na província.

A tarefa, dos professores, segundo o editorial de 18 de março de 1882, tornar-se-ia mais difícil na medida em que o Regulamento de 30 de agosto de 1881, em virtude de uma de suas disposições que foi mal elaborada afirmava que: “[...] não podem os professores públicos primários usar do correctivo, tão preciso á esses jovens, que não sabem conter-se com um significativo olhar de seus mestres conhecido nas aulas primárias com o nome de – palmatória

[...]”. Miranda (2012), nos diz algo relevante em relação à disciplina e punição presentes nos regulamentos:

Disciplina e punição foram dispositivos presentes nos regulamentos aqui trabalhados. Quando da leitura desses aparatos legais sancionados pelo governo provincial da Parahyba, a impressão que ficamos foi a de que o poder da coerção e da correção, previstos pelos regulamentos para os sujeitos da instrução traziam imbricado um propósito, qual seja: a obediência enquanto formadora de homens úteis a sociedade. (MIRANDA, 2012, p. 75).

Esse tema foi deixado de lado na matéria, tendo em vista que o editorial buscou criticar a forma pela qual a instrução estava se tornando um “cabide de empregos”, ou melhor, nas palavras do próprio jornal: *um feudo político* e continuava suas críticas afirmando que se o Diretor da Instrução Pública não sabia conduzir de forma satisfatória seu cargo, era dever da imprensa fiscalizar e cobrar.

Na mesma direção, o jornal chamava a atenção para os concursos para provimento do cargo de professor primário. Fato que foi ilustrado com o caso de uma cadeira do sexo feminino da vila de Pilar posta em concurso. Apenas uma pessoa se inscreveu, tendo em vista que já circulava o boato que a vaga já estava destinada a uma determinada senhora. Essa pessoa, natural da localidade citada, tinha ligações com o Partido Liberal, seria filha de um grande chefe local daquela facção⁴¹. Seu pai, segundo consta, era amigo do diretor da instrução pública.

Durante o período de preparação para o concurso a senhora ficou hospedada na casa do chefe da instrução pública, sendo preparada pelos professores que seriam os examinadores da seleção. O editorial cobrou então mais escrúpulos e uma atenção maior no intuito de evitar esses constrangimentos. Os liberais provavelmente se defendiam dessas acusações, tendo em vista que encontramos no próprio *Jornal da Parahyba* em alguns números, textos em defesa da posição do jornal conservados frente as respostas que provavelmente vieram por parte dos adeptos do partido liberal. A utilização dos editoriais como campo de lutas e embates políticos nos parece ser uma característica das culturas políticas do período, conforme podemos acompanhar quando um dos editoriais afirmava:

Externando essas considerações, não temos em mente fazer moessa ao caráter do Sr. Director, pois longe de nós o pensamento de malquistar-nos com a sua amável pessoa, o que **pretendemos é aconselha-lo para que seja mais attencioso com o publico, mais escrupuloso em seus atos [...] pois deve**

⁴¹ Infelizmente com as informações que dispomos não foi possível identificar o nome do pai da candidata.

saber, que a instrução popular não pode comportar essas decahidas da parte d'aquelles, que, como o mesmo Sr. Dr. Diretor, estão no caso de eleva-la ao gráo da perfeição, que todos almejamos. (JORNAL DA PARAHYBA, 18 de março de 1882. grifos nossos)

Em poucos dias foi possível observar dois concursos públicos em que supostamente ocorreu influência externa na seleção dos professores. Não é prudente afirmar que os fatos apresentados transcorreram de forma fidedigna ao descrito nas matérias, tendo em vista que existam interesses na divulgação desses episódios. No entanto, mesmo com essas ressalvas, destacamos o papel fiscalizador da imprensa e sua preocupação com a instrução pública primária em especial, ou pelo menos a forma como usavam a instrução para atacar seus inimigos políticos.

O termo *instrução popular* é recorrente no *Jornal da Parahyba* sendo utilizado para fazer referência basicamente ao ensino de primeiras letras destinado, sobretudo, à população pobre da província. No início da década de 1880 o jornal em questão foi o primeiro a tratar desse assunto, pelos menos utilizando essas palavras. No entanto, destacamos que outras experiências foram implementadas também pelo Partido Liberal. Nos anos de 1870 *A Opinião* já utilizava suas páginas para escrever sobre o assunto com uma seção intitulada “instrução popular”. A estrutura era diferente, pois se limitava a divulgar textos sobre as ciências e as artes. Em 1885 o *Diário da Parahyba* seguiu o mesmo caminho, criando uma seção análoga ao jornal de inspiração liberal, demonstrando que provavelmente tratava-se de uma postura partidária. Tanto os conservadores quanto os liberais escreviam sobre o tema.

Os editoriais sobre a instrução popular do *Jornal da Parahyba* estavam atraindo as atenções dos liberais, pois percebemos que os editores se posicionavam em defesa do tema como forma de embate com seus adversários políticos. O jornal liberal – acreditamos que seja o *Liberal Parahybano* – estaria utilizando ideias de um escritor francês chamado Julio Simon, e recebia críticas por parte do jornal conservador nos editoriais. Conforme podemos acompanhar a seguir:

Que nos importa, que Julio Simon dicesse, que “hoje não ha mais lugar de demonstrar a necessidade de ter escolas”? Julio Simon n'aquellas e n'outras palavras, que nos cita o profundo contemporaneo, fallava ao povo francez, e nós fallamos para o povo brasileiro, e principalmente para os nossos contemporaneos. Se o contemporaneo entende, que depois d'aquellas palavras o orador o escritor francez, externadas aos seus concidadãos, - não é licito á mais pessoa alguma expôr as suas opiniões sobre a necessidade do melhoramento da instrução popular, fique-se com essa opinião que nós ficamos com as nossas. (JORNAL DA PARAHYBA, 29 de abril de 1882).

Ao que parece, existia um jogo de interesses nesse embate, principalmente porque o *Jornal da Parahyba* estava fazendo oposição ao governo provincial que naquele momento estava nas mãos dos liberais. Todavia, destacamos essa busca constante pela defesa da instrução primária voltada para as camadas pobres:

Prestando nossos francos serviços á causa pública, não ambicionamos nada mais do que concorrer para o melhoramento moral e intelectual das classes pobres da sociedade, oriundo d'uma boa educação primária, que, entendemos não pode ser-lhes regateada pelo governo. (JORNAL DA PARAHYBA, 29 de abril de 1882).

No trecho destacado acima é possível perceber a utilização da expressão “educação primária” ao invés de “instrução primária”. O jornal não se preocupa em fazer uma distinção ou delimitar o que seria instrução e educação. Utiliza de forma indiscriminada esses termos, não sendo possível identificar se de fato existia uma diferença entre ambos ou se possuíam o mesmo significado, tomando por base as nossas fontes.

Saber ler e escrever elevaria as camadas pobres ao pleno conhecimento dos seus deveres, alcançando dessa forma a civilização. Em uma Província em que a maioria dos indivíduos era constituída de pessoas pobres a necessidade da instrução era justificada e defendida pelo jornal.

Buscamos indicar o constante jogo político envolvendo questões educacionais, mas é importante destacar que a instrução primária foi uma bandeira defendida não só pelo Partido Conservador, muito embora este seja o foco do capítulo. Em menor ou maior grau ambos os partidos trataram do tema em seus editoriais conforme veremos no capítulo seguinte.

2.2. A Escola Normal nos editoriais do *Jornal da Parahyba*.

Para propor as melhorias no ensino primário público o *Jornal da Parayba* utilizou o expediente das críticas. Foi construída uma imagem de decadência em torno desse ramo da administração pública, no entanto, salientamos que o periódico colocava-se na oposição à administração provincial que se encontrava nas mãos dos liberais e, portanto, devemos sempre ter cuidado ao ler as críticas formuladas nos editoriais. Todavia, consideramos que

reduzir a discussão apenas ao teor político partidário é um movimento arriscado. Questões interessantes são debatidas, a respeito da Escola Normal.

O editorial do dia 25 de março de 1882 tratou sobre um aviso expedido pelo Ministro Interino dos Negócios do Império. Esta comunicação foi entregue em várias províncias, inclusive grande parte situada no Norte do Brasil. No entanto, o *Jornal da Parahyba* acusa o periódico oficial - *O Liberal Parahybano* - de não ter repassado esse material⁴². Portanto, o texto começa em tom de crítica à postura do Partido Liberal, acusado de restringir informações. Sobre esse aspecto, aqui destacamos:

Não sabemos se foi ou não publicado pelo governo desta província, pois que o jornal (**O Liberal Parahybano**), onde são publicados seus atos, ha muito tempo não recebemos, não obstante a digna administração deste jornal não deixar de remette-lo ao governo. Fazemos esta observação, porque só tivemos conhecimento do dito aviso por um jornal do sul, dos últimos dias do anno findo. (JORNAL DA PARAHYBA, 25 de março de 1882 – grifos nossos).

Além da crítica, ficou evidenciado algo que julgamos de grande importância que era a comunicação interprovincial. As províncias tinham contato umas com as outras através da imprensa. Essa troca de informações era feita em grande parte pelos “vapores⁴³”, responsáveis pelo transporte de pessoas e notícias.

A intenção do editorial, segundo seus redatores, era a de propor medidas para o desenvolvimento da instrução primária, movimento que deveria começar pelas críticas. Para reforçar essa premissa, temos: “O publico deve estar lembrado, que em um dos nossos artigos promettemos, apenas concluíssemos as nossas considerações, indicar quais medidas devião ser tomadas pelo governo da província”. (JORNAL DA PARAHYBA, 25 de março de 1882). Sendo assim, o assunto do editorial foi a criação da já citada Escola Normal. Para tanto, o jornal passou a tratar da formação dos professores primários.

Trata-se da base do ensino primário, portanto, sua criação se fazia urgente para reerguer o magistério das primeiras letras. Sua adoção, segundo o editorial, era acima de tudo um ato de patriotismo do governo. Era de grande importância para a Província adentrar no

⁴² O Governo da Província recebeu normalmente este aviso ministerial, portanto, a denúncia diz respeito à divulgação com o partido conservador.

⁴³ Estamos nos referindo aos navios que nessa época eram o meio de transporte mais utilizado. Vale lembrar que as ferrovias, fruto em larga medida da Revolução Industrial, ainda estavam em fase bastante inicial na Província da Parahyba do Norte. Para ilustrar essa informação, temos: “No penultimo vapor procedente do sul chegou a esta capital, em visita á sua Exc^a família, o nosso estimado comprovinciano e illustre amigo Dr. Francisco Antonio Carneiro da Cunha, tendo deixado em Pernambuco a sua Exm^a esposa em casa de seos dignos paes” (*Jornal da Parahya*, 25 de março 1882). Além do fluxo de pessoas, os jornais também circulavam trazendo consigo notícias da Corte, por exemplo.

caminho das luzes e, acima de tudo, retirar as classes pobres da ignorância. Devemos salientar que o foco nesse editorial não foi exclusivamente destinado a discutir a formação de professores, pois a Escola Normal surgiria indiretamente como um instrumento capaz de propiciar as camadas pobres o acesso as primeiras letras, desse modo, instrumentalizando para o trabalho. Segundo a matéria:

[...] porque sendo bem instruído em sua língua patria, longe de permanecer estacionario, inerte, immovel, saberá agitar-se, marchar, empreender, galgando com passo firme, igual aos daquelles fallados paladins das guerras magnas, a arenosa estrada, já por nós chamada arena nobre do trabalho, onde deve arremessar-se com toda a aurea convicção de, depois de um certo tempo, saborear os sazoados fructos do seu afanoso trabalho, que será, certamente, a sua abundancia, a felicidade do lar. (JORNAL DA PARAHYBA, 25 de março de 1882).

O indivíduo que tivesse acesso ao ensino primário de qualidade atingiria a paz de espírito, além de estar sempre apto a servir à pátria quando necessário. Para tanto, também se fazia necessária a contratação de professores, tendo em vista tamanha responsabilidade. A atividade docente deixaria de ser uma profissão e assumiria feições de missão, sendo a instrução primária a alavanca moral da mocidade paraibana.

Surgiram então no texto três elementos para dar sustentação ao argumento: o espírito, o coração e a verdade. O espírito seria o responsável em tornar o homem um cidadão pleno; o melhoramento do coração serviria para adentrar nos caminhos da virtude e do mérito; e a verdade surgiria como necessária, tendo em vista que é dever lutar para que ela fosse plena. Teríamos então uma formação que iria além do ensino das primeiras letras, assumindo essa postura de construção moral.

Sobre a Escola Normal, especificamente argumentou o jornalista:

As escolas normaes, tendo por missão preparar alumnos para fazer parte do magisterio primário, claro está, a instrução popular não continuará á ser *asylo* de homens inutilisados para o bom desempenho de suas elevadas funcções, nem sera refugio de analphabetos, que apenas querem contar tempo para sua jubilação, sem prestar serviços n'altura dos honorarios, que vencem. (JORNAL DA PARAHYBA, 25 de março de 1882)

A crítica foi construída a partir da necessidade de formação de professores, tendo em vista que surgiu a figura do docente mal preparado. O analfabetismo não dever ser lido de forma literal, pois refere-se a ausência de formação ou habilitação para o exercício do magistério. No entanto, destacamos que o *Jornal da Parahyba*, mesmo adentrando no campo

da formação de professores, buscou debater o engrandecimento moral das camadas mais pobres e, acima de tudo, prepará-los para o trabalho honrado⁴⁴.

Como já aludimos anteriormente nesse trabalho, as disputas entre liberais e conservadores utilizando como meio os periódicos eram constantes. O *Jornal da Parahyba* no início da década de 1880 se dedicou a fazer críticas à forma pela qual a administração provincial ditava os rumos da instrução primária. Aquela foi uma época na qual o Partido Conservador encontrava-se na condição de oposição ao governo da Província, ao mesmo tempo os jornais liberais criticavam, respondendo acidamente os insultos e provocações tecidas pelos conservadores. Ao que parece o principal detrator era o *Liberal Parahybano*, responsável por ser a imprensa oficial dos primeiros anos da década de 1880. O ano de 1882 parece ter sido áureo para o *Jornal da Parahyba*. Nossa observação diz respeito à forma pela qual tratou a instrução e se dedicou a trabalhar os temas educacionais.

No início do editorial do dia 15 de abril de 1882 o jornal abriu uma chamada, com tons irônicos, exaltando o tratamento que o governo provincial dirigia a instrução. Com uma breve leitura dos textos anteriores é possível perceber que essa forma respeitosa não passava de uma ironia, tendo em vista que até o momento só encontramos críticas. Como já dissemos, o magistério primário era o alvo do jornal e as discussões travadas circundavam esse assunto. No referido editorial, apareceu uma menção ao governo imperial, apontando indícios de que as diretrizes, no caso da criação da escola normal, eram inspiradas em outras experiências. Sobre essa discussão, destacamos:

Se actualmente a instrucção publica, sendo “objecto dos incessantes cuidados do governo provincial, merecerá da camara muito especial attencção”. Como se lê no projecto de resposta a falla do throno – visto está, o administrado dessa província, immediato agente d’esse governo, que tão solenemente se comprometeu perante o paiz á diffundir a instrucção popular por meio de professores educados nas escolas normaes, não pode deixar de, prestando a devida, ou antes, muito especial attenção ás nossas imparciaes observações, cuidar nos meios de ir melhorando, tanto quanto for possível, o magisterio primário. (JORNAL DA PARAHYBA, 25 de março de 1882).

Baseados nas informações fornecidas pelo editorial, de que forma a criação da Escola Normal ajudaria a melhorar o magistério primário? Evitando que ingressassem pessoas despreparadas – moral ou intelectualmente – no ensino público. A nomeação de professores que, em muitos casos, era realizada através de apadrinhamentos pouco contribuía para o seu

⁴⁴ No começo desse tópico citamos o aviso do ministro interino dos negócios do império. Como toda a discussão teve início a partir desta matéria julgamos interessante fazer referência ao texto completo. Ver anexo III.

desenvolvimento. Essa reestruturação deveria ser realizada em prol das “classes pobres da sociedade” e da coisa pública, na medida em que o ensino primário era compreendido como a base da sociedade, responsável por proporcionar as luzes e a civilização.

No discurso dos jornalistas fica evidenciado que era dever de todo cidadão, principalmente os com melhores condições financeiras e, principalmente, de maior inteligência contribuir para que todo indivíduo oriundo das camadas mais pobres tivesse acesso ao ensino das primeiras letras. Os conservadores aqui representados nos editoriais do *Jornal da Parahyba* se colocavam como porta vozes da população na medida em que buscavam chamar a atenção do poder público, único capaz de tirar o magistério primário do suposto estado de decadência em que se encontrava. Destarte: “Auxiliar, pois, o governo d’esta província, nas medidas, que urgem ser tomadas para ir-se melhorando o magisterio primario, e assim a educação popular, - é o que temos feito, é o que pretendemos fazer, é o que muito estimaremos vêr realizar-se”. (JORNAL DA PARAHYBA, 15 de abril de 1882).

Interessante ressaltar a associação que era feita entre civilização e o ensino popular, além disso, aparece com certa regularidade a figura do governo imperial, demonstrando que existia uma preocupação – embora tímida – de seguir os rumos propostos pela Corte. Sobre este ponto, destacamos:

Se o governo d’esta província se acha deveras, como cremos, compenetrado da grandeza devida á instrucção publica, satisfazendo assim as vistas do governo imperial, as aspirações dos homens illustrados, que felizmente olhão com um certo interesse para as necessidades das classes populares – certamente assisti-lhe o imperio – so dever de tudo envidar em prol do assumpto, de que tão mal e incompetentemente vamos tractando. (JORNAL DA PARAHYBA, 15 de abril de 1882).

Percebemos, além da menção ao governo imperial, que o *Jornal da Parahyba* ao indicar esses problemas utilizava como parâmetro outras províncias, como a da Bahia e do Rio de Janeiro. Tratava-se, portanto, de críticas que pretendiam ser amplas e buscavam, de forma declarada, elevar o magistério primário à perfeição.

Seguindo essa proposição encontramos no editorial a sugestão de incluir nas matérias que compõe o ensino primário o ensino de história e geografia da pátria. Afirmavam que o Brasil foi primeiro constituído como Estado, sendo o sentimento de “nação” uma construção feita ao longo do oitocentos. A ideia de nação é algo que vai além do território, pois inclui os costumes e a língua de um povo, por exemplo. Na década de 1880 essas questões já estavam resolvidas, ou pelo menos bem delineadas. No ano de 1887 foi proposto um projeto para a

aquisição de um livro de História da Paraíba, de autoria de Maximiano Lopes Machado. Embora não tenha sido aprovado pela Assembleia fica evidente a preocupação de inclusão desses estudos⁴⁵. No entanto, é interessante observar a preocupação do jornal em propor esse tipo de ensino, considerado como um importante melhoramento para a instrução primária. Passemos agora a outro tema tratado nos editoriais.

2.3 Ensino primário obrigatório.

Durante o período estudado as questões relativas ao desenvolvimento do ensino primário costumavam ser controversas em alguma medida, tendo em vista a pluralidade de soluções propostas. A forma pela qual essa modalidade de ensino deveria chegar a todas as camadas sociais – excetuando-se os escravizados – estava em discussão, notadamente na última década do império que é nosso universo de estudo.

Os estudos das primeiras letras eram considerados, pelo jornal, como a porta de entrada para os “conhecimentos morais” da infância, algo ressaltado sempre que possível pelo *Jornal da Parahyba*. Em meio a essa discussão ele se posicionava por um modelo que descrevemos a seguir, alegando que sua análise era fruto de uma consulta entre diversos setores, públicos e particulares, além de indicar sua própria opinião.

O tema do debate que os jornalistas se propunham naquela altura, girava em torno da questão do ensino primário obrigatório. Interessante é a forma pela qual o tema foi tratado, pois foi feita uma discussão sobre a viabilidade dessa modalidade, além da busca por delimitar para os leitores o que seria de fato esse ensino obrigatório. Sobre essas questões, aqui ressaltamos o seguinte trecho:

Vejamos, pois, em primeiro lugar, se o ensino primario obrigatorio pode ser aceitavel nas actuaes circunstancias da provincia. Mas, perguntamos, como devemos entender esse systema de educar-se a mocidade? Obriga-se o povo, em geral, à mandar seus filhos ás escolas officiaes? (JORNAL DA PARAHYBA, 15 de julho de 1882)

No entanto, para uma parcela da população essa medida seria ineficaz, tendo em vista que já cumpriam seu dever de mandar os filhos para as aulas provinciais. Para direcionar essa discussão o jornal indicou dois grupos. O primeiro não deveria ser atingido pela lei e o segundo seria o alvo do ensino obrigatório. Na primeira situação os pais de famílias pobres

⁴⁵ Consultar anexo IV.

enviariam seus filhos para o ensino das primeiras letras e, aqueles com um poder aquisitivo mais elevado, deveriam fazer uso das aulas particulares. As famílias que se enquadravam nesse modelo já cumpriam seu dever de forma espontânea. Desse modo, ressaltando esse primeiro grupo:

[...] porque os pais de família pobres não precisam de ser obrigados ao cumprimento de seus deveres, e no segundo, porque os cidadãos, que dispõem dos recursos necessários, têm o direito de escolherem, às suas expensas as aulas particulares, desde que assim o queiram e entendam. (JORNAL DA PARAHYBA, 15 de julho de 1882)

Delineada essa primeira situação, temos o tema do debate que estava circunscrito, basicamente, à população tida como desvalida e que seria a principal beneficiada com essa medida. O editorial começava expondo que a instrução popular não era obrigatória na Província, mas como era um tema aparentemente recorrente a discussão sobre sua adoção se justificava. Novamente as medidas em discussão pelo jornal conservador caminham no intuito da promoção da instrução popular, algo recorrente na década de 1880.

No entanto, percebemos que o jornal conservador se mostrou contrário à adoção desse modelo obrigatório, questionando os seus defensores sobre sua viabilidade. O motivo alegado seria a eficácia da lei, tendo em vista que a Província não disporia de recursos financeiros para a sua adoção. O governo deveria prover o povo com auxílios para o combate da pobreza, ocasionando um aumento nos gastos. Como os cofres públicos não se encontravam em condições, de acordo com o editorial, de proporcionar esse suporte material a Província entraria em situação de “falência”, tendo em vista o ônus que tal lei acarretaria. Destacamos, portanto, que o movimento nesse instante leva em consideração apenas o caráter financeiro. Nesse sentido:

Os defensores d’esse systema entenderam, por acaso, que o governo arbitrariamente póde dizer: o ensino primário é obrigatório, sem offerecer os meios necessários aquelles, que não podem, se quer, ganhar o necessario para a subsistencia sua e de seus infelizes filhos, quanto mais vesti-los e comprar-lhes todos os objectos preciosos para a frequencia das aulas? (JORNAL DA PARAHYBA, 15 de julho de 1882)

Para instituir a obrigatoriedade do ensino de primeiras letras o governo deveria ser capaz de auxiliar essas camadas pobres, levando em consideração também as dimensões do território provincial, onde a população se encontrava disseminada em uma luta pela

subsistência diária. Outro ponto levantado foi o da criação de cadeiras para suprir a demanda que surgiria. Se o ensino fosse obrigatório logo seria necessário prover aulas para toda a população, dos grandes centros até os pequenos povoados. Todos os indivíduos que estivessem em condições de receber o ensino deveriam ser atendidos, portanto, uma lei que tornasse obrigatória a instrução causaria sérios problemas de ordem econômica para os governantes. Desse modo afirmavam: “Pensamos assim, porque entendemos, que o governo não poderia obrigar a população pobre dos lugares mais importantes, sem obrigar também á dos povoados menores”. (JORNAL DA PARAHYBA, 15 de julho de 1882).

O *Jornal da Parahyba* questionou a eficácia da criação de uma da lei nesses moldes evidenciando as possíveis falhas administrativas que poderiam ocorrer caso uma medida tão impactante fosse levada adiante. A crítica, supomos, estava voltada principalmente aos defensores desse modelo de ensino obrigatório, que apesar de defenderem algo justo e de interesse para a população não levavam em consideração as implicações que essa medida acarretaria. A compra de livros, fardamentos e a criação de mais cadeiras resultariam em um aumento de gastos que a Província não estaria em condições de suportar. Nesse momento, destacamos que o jornal não questionou os benefícios de se instruir a população, pois em momentos anteriores deste capítulo já tratamos a importância que era dada à instrução popular. A crítica que movimenta esse debate é a viabilidade econômica de uma medida nesses termos.

Seria uma injustiça exigir da população pobre o cumprimento de uma lei com esse fim, pois sabia, afirmava o jornal, que não dispunham de recursos para satisfazer as exigências necessárias. Portanto, sob esse ponto de vista, o governo não teria como cobrar o cumprimento deste dispositivo legal e não encontraria respaldo por parte das camadas populares. Sem o auxílio à pobreza dificilmente essa medida encontraria defensores entre as camadas mais pobres. Dessa forma, acrescentava o editorial:

Ora, se todos reconhecemos que a província não pode satisfazer com promptidão todos os seus compromissos, é evidente que o governo em breve tempo abandonaria, para nunca mais cuidar d'ella, a lei que fosse decretada estabelecendo esse ensino, porque ver-se-hia obrigado a criar, em cumprimento da lei, cadeiras em todos os povoados. (JORNAL DA PARAHYBA, 19 de julho de 1882).

Percebemos que, além da criação de cadeiras, o jornal evidenciou a obrigação que o estado provincial teria em relação a proporcionar meios para que os pais de família fossem cumpridores da lei, caso implantada. No entanto, os jornalistas introduziram na discussão uma

figura que até o momento não havia sido mencionada, estamos nos referindo àqueles responsáveis por crianças órfãs e desvalidas. Nesse caso, a grande questão era se a lei também obrigaria a esses cidadãos a proporcionar a educação para as crianças sob sua tutela.

A população dos povoados ou cidades mais pobres ou distantes não deveria ficar à margem da lei, tendo em vista o seu caráter geral. O ensino necessitaria, portanto ser descentralizado a fim de alcançar todas as localidades. O jornal, por sua vez, não estava de acordo com esse movimento: “Provado, como fica, que a população dos povoados menores não podia ficar fora d’alçada da lei, o ensino obrigatório não deveria cingir-se aos centros populosos, *que são actualmente os que merecem a criação de cadeiras* – assim o entendemos” (JORNAL DA PARAHYBA, 19 de julho de 1882 – grifo nosso). Nesse aspecto, nem o governo teria condições de proporcionar os investimentos necessários e muito menos a população teria condições de arcar com o ônus financeiro necessário para enviar seus filhos às aulas.

O problema também perpassava, segundo os editores do jornal, pela contratação de professores. Se a Província utilizasse como critério para fixar o ordenado dos docentes a importância da localidade e quantidade de alunos atendidos, dificilmente apareceriam candidatos para as povoações mais distantes.

Portanto, reafirmando o argumento outrora apresentado, os jornalistas asseguraram que só poderia usufruir desses benefícios as famílias que tivessem o mínimo de condições para enviar os alunos para as aulas. O editorial buscou exaltar aqueles que se utilizavam dos próprios meios para financiar a instrução para seus filhos. Destacou, também, os pais que mesmo sem condições materiais recorriam aos parentes e amigos para prover o ensino primário.

Com essas considerações ressurgiu o problema da contratação de professores, algo de fundamental importância, caso o ensino primário obrigatório fosse instituído. A preocupação do jornal era indicar que os docentes não demonstrariam interesse em lecionar para poucos alunos, principalmente em localidades mais distantes. Um professor bem preparado almejaria melhores posições sociais, dessa forma, esvaziando as cadeiras primárias com menor ordenado. Se alguém demonstrasse interesse por essas cadeiras:

E, dado o caso, que apparecessem alguns solicitando taes cadeiras, o simples bom senso, a honra da província, a dignidade da instituição, mandavão que não se devia deixar esses cidadãos, depois exhibirem as aptidões necessárias ao professorado, estar luctando com insuperaveis difficuldades para manter-se decentemente, o que os impossibilitarião do bom desempenho do cargo, por isso que o seu prestígio perante a sociedade, de que fizesse parte,

desapareceria lenta, mas completamente. (JORNAL DA PARAHYBA, 19 de julho de 1882).

Convém lembrar que o jornal tomou uma posição dúbia em relação à obrigatoriedade do ensino, porque não se posicionou contrário a sua instituição, entretanto, apresentou argumentos que demonstravam muito mais a sua inviabilidade do que sua plena aplicação. O ponto chave da justificativa dessa posição foram os custos materiais que ficariam a cargo do governo provincial.

Em povoações com uma densidade populacional menor surgia outro problema: o número de crianças aptas a receber a instrução. Em determinada situação seria necessário enviar os alunos para cidades maiores, ocasionando um aumento de despesas que recairia sobre a Província ou sobre as famílias mais pobres.

Um projeto de lei com essas características deveria incluir uma previsão de gastos que atendesse às camadas pobres. Já dissemos, com base nos editoriais, que os pais com condições financeiras deveriam enviar seus filhos para as aulas, não importando se o fizessem com recursos próprios ou com a ajuda de terceiros. Portanto, os alunos que estariam fora de sala de aula, seguindo essa lógica, seriam aqueles sem a menor condição material e de subsistência. Segundo o jornal: “Desejamos a diffusão primaria por entre todas as camadas ignaras da sociedade parahybana, mas por outros meios, e não se sujeitando o infeliz povo a tão tyrannica lei” (JORNAL DA PARAHYBA, 19 de julho de 1882).

Desse modo, os responsáveis pelo editorial indicam que o jornal era favorável ao formato vigente, para o ensino das aulas de primeiras letras, ou seja, o ensino livre se adaptaria, segundo o referido documento às necessidades da população, sendo portanto, a obrigatoriedade dispensável, pelo menos naquele momento na Província. Uma outra justificativa era a de que uma reforma seria complicada na medida em que a população já estaria adequada à forma corrente de instrução primária. Ao que parece essa postura contrária ao ensino obrigatório já começava atrair alguma oposição ao jornal, lembrando, como já dissemos o caráter de opositor ao governo da Província, sendo preciso explicar o teor crítico adotado nos últimos editoriais. Desse modo, em determinado momento verificamos que:

Para que não se infira daquelas palavras, que somos adversarios das reformas, que tenham por fim melhorar, e não piorar o ensino primário, como tem acontecido, e sim dê-se perfeita interpretação á elas, e assim aos nossos conceitos, declaramos que a reforma, á que alludimos, é a que tenta reformar o actual modelo de ensino livre para torna-lo obrigatorio, sem attender-se ás necessidades publicas, ou antes a penuria das classes inferiores. (JORNAL DA PARAHYBA, 09 de agosto de 1882)

No mesmo editorial reaparece a questão da instrução popular, tendo em vista que a instrução primária seria um dos alicerces para promovê-la. O aspecto central seria o de ampliar o ensino livre que já encontrava respaldo perante a população. A instrução pública seria a responsável em trazer a paz para o povo e a sua felicidade material e moral. No término dessa discussão o *Jornal da Parahyba* reafirmou sua postura favorável ao ensino livre, bem como indicava a sua importância para a educação popular.

Tavares Bastos (1996) dedica um tópico do livro: *A Província: estudo sobre a descentralização no Brasil* para tratar do ensino obrigatório, entretanto, antes de adentrarmos nos escritos do autor gostaria de trazer para discussão as palavras de Elina Souza sobre o autor em questão:

Admitida a autonomia das províncias, não obstante a participação do governo central no que se refere à educação pública, a reforma da instrução, defendida por Tavares Bastos (1975), *além de espalhar escolas, prescrevia que o ensino deveria ser público, obrigatório para todo o povo e pautado nos “conhecimentos úteis”*, ministrado por professores e era indispensável que os estabelecimentos de ensino fossem dotados não só de pessoas gabaritadas para o exercício da tarefa, mas também de meios materiais que propiciariam a realização do empreendimento. (SOUZA, 2010, p.15 - Grifo nosso).

Tavares Bastos (1870) foi considerado pela historiografia como um conservador, embora em alguns momentos pontuais tenha simpatizado com as ideias liberais. Apesar de não ter alcançado os anos de 1880, pois faleceu em 1875, na França, seus escritos são importantes no sentido de nos indicarem que as propostas sobre a instrução não eram engessadas, muito menos seguiam um modelo, tendo em vista que vimos, por exemplo no caso da Parahyba do Norte, que o Partido Conversador paraibano, pelo menos no período indicado, se mostrava resistente à adoção do ensino obrigatório.

Enquanto o *Jornal da Parahyba* defendeu o ensino livre, Bastos (1870)⁴⁶ caminhou no sentido contrário. Se a população, em sua maioria, não tinha condições de fazer uso do ensino particular o Estado deveria prover a instrução, criando boas instituições de instrução e trazendo para si esta incumbência. Os pais, havendo escolas, deveriam ser obrigados a matricular os seus filhos, sob pena de sofrerem sanções legais.

⁴⁶ O texto original é de 1870.

Mas, si não póde o Estado desempenhar a sua tarefa sem o auxílio moral das populações, tambem não deve responder pela ignorancia do povo onde se lhe não consente compelir as crianças á frequência escolar. *Em verdade, não póde deixar de ser obrigatorio o ensino onde existe escola: nada mais justo que coagir, por meio de penas adequadas, os pais e tutores negligentes, e sobretudo os que se obstinem em afastar os filhos e pupilos dos tempos da infancia.* (BASTOS, 1870, p. 236-237)

Podemos dizer que Tavares Bastos indicava o ensino obrigatório, mas facultava sua obrigação em virtude da existência de escolas na localidade, como vimos no trecho destacado na citação acima. *O Jornal da Parahyba*, por sua vez, entendeu que se uma lei que regulamentasse o ensino obrigatório fosse colocada em prática o governo provincial deveria por força judicial, implantar essa modalidade de ensino em toda a Província, até mesmo nas localidades mais distantes. Em sendo obrigatório, portanto, deve ser disponibilizado a todos sem exceção.

Os editoriais trabalhados indicam que uma das questões que inviabilizaria a implantação da obrigatoriedade de ensino seria a necessidade de grandes investimentos financeiros. Bastos estava ciente deste problema e afirmou: “Todos os esforços no sentido de combater a ignorancia e a rudeza do povo, estacam diante da questão financeira; porquanto é preciso convir nisso: - não ha systema de instrucção efficaz sem dispendio de muito dinheiro”. (BASTOS, 1870, p. 238).

Pinheiro (2012), também discutiu a obrigatoriedade do ensino nos primeiros anos da República, indicando a origem desse debate no século XIX. Segundo o autor, essa questão esteve associada na Província da Parahyba do Norte em determinados momentos à necessidade de construção de uma identidade nacional no período posterior a 1822. Segundo Pinheiro:

Não é demais reafirmarmos que a instrução pública se constituiu um dos espaços privilegiados para forjar tal ideário. Para tanto, foi necessária que fosse elaborado um conjunto de legislação que desse relativa uniformidade ao ensino, especialmente nas aulas públicas de primeiras letras, mas, também no nível secundário, com a criação dos liceus e ateneus, criados desde 1825, na província de Pernambuco. (PINHEIRO, 2012, p.3).

Em momentos anteriores, Bastos mencionava a coerção para obrigar os pais a enviarem os filhos às escolas. Pinheiro (2012), ao analisar o Relatório do Presidente de Província paraibano de 1864 encontrou algo similar na fala de um diretor da instrução

pública, no sentido de que os pais tidos como negligentes deveriam sofrer sanções. No ano de 1869 essa questão volta a aparecer, destacando as penas, inclusive pecuniárias.

No entanto, esse tipo de discurso não parece uniforme, tendo em vista que a defesa do ensino obrigatório sofre mudanças no decorrer dos relatórios. Pinheiro (2012) destaca essa disparidade de posições:

O discurso em defesa dessa tese nunca chegou a se tornar dominante, visto que cada novo presidente de província e/ou diretor da instrução pública encaminhava a discussão em sentidos opostos. Enquanto o diretor da instrução pública, em 1869, defendia, veementemente, a obrigatoriedade do ensino, o de 1871 aceitava o princípio em tese, mas, na prática, o rejeitava (PINHEIRO, 2012, p.5).

A posição do Diretor da Instrução Pública de 1871 se assemelha ao pensamento do *Jornal da Parayba*, pois indicava que para a implementação do ensino obrigatório seria preciso dispor de meios para sua efetivação. Uma lei nesses moldes apenas agravaria o problema, tendo em vista que não poderia ser cumprida.

Tavares Bastos à época e contemporaneamente Pinheiro (2012) analisando o período destacam Antônio Almeida de Oliveira, autor do livro: *O Ensino Público* (2003)⁴⁷. Neste livro o autor faz uma retrospectiva histórica, bem como evidencia outras experiências notadamente a europeia, norte americana e de alguns países da América do Sul (Chile e Argentina), sobre o tema da obrigatoriedade do ensino. O referido autor sai em defesa do ensino obrigatório, embora indique alguns problemas desse sistema.

Na década de 1860 já existam leis que indicavam a obrigatoriedade de ensino, como o regulamento de 1860 (suspense oito meses após entrar em vigor). Pinheiro (2012) indica que se tratava da primeira regulamentação sobre a obrigatoriedade do ensino na Parahyba do Norte. Com a Lei nº 240 de 29 de setembro de 1866 o ensino retorna com seu caráter de obrigatoriedade, mas segundo o autor essa lei parece que se tornou *letra morta*, tendo em vista que a discussão foi retomada no ano de 1887.

Oficialmente essa discussão ressurgiu nos relatórios no ano de 1887, conforme já aludido pelo autor, no entanto, demonstramos até o momento que o *Jornal da Parahyba* se utilizou de vários editoriais no ano de 1882 para debater o tema. Se esse movimento aconteceu é porque provavelmente era uma questão de destaque no período, mesmo que não tenha sido tratada diretamente pelas autoridades provinciais.

Sobre o Relatório de 1887, Pinheiro (2012, p. 8) assinala que:

⁴⁷ Livro escrito no Oitocentos.

Previo, ainda, que seria muito mais fácil executá-la na capital e em cidades mais desenvolvidas, como Mamanguape e Areia – onde prevalecia um espírito mais adiantado e “costumes mais brandos e acessíveis aos benefícios da civilização” –, que também dispunham de “agentes de boa vontade”, os quais, “sem onus para o thesouro”, poderiam realizar o arrolamento da população escolar. A mesma diretoria considerava, porém, que, sem “sindicatos” (ou seja, “representações”) e sem sanção penal, a execução de tal obrigatoriedade por toda a extensão da Província seria inexecutável. (PARAHYBA DO NORTE, Província da. Relatório, 1887, p. 48 *Apud Pinheiro*).

Esse tipo de discussão, iniciada nos primeiros anos do império adentrou à república, destacando a instrução como meio de consolidação da “nação brasileira” (PINHEIRO, 2012, p. 9). Liberato Barroso (1867), intelectual do Oitocentos, também defendeu que a instrução primária atingisse todas as classes: “Derramar a instrução primaria e elementar por todas as classes da sociedade, levar o alphabeto e o algarismo ás paragens mais remotas do territorio, é uma necessidade social de primeira importancia, que não deve, e não póde impunemente ser abandonada pelos governos”.

Para finalizar, destacamos que o *Jornal da Parahyba* foi porta-voz de inúmeros debates, como os elencados nesse capítulo. Foi o órgão oficial do Partido Conversador, servindo de contraponto aos governos liberais do período. Sua atuação faz parte das culturas políticas do período e seus líderes, notadamente o Dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, figuraram em posições de destaque durante o Oitocentos paraibano.

Passaremos a tratar agora dos editoriais sob a voz dos liberais.

CAPÍTULO III – A INSTRUÇÃO NOS JORNAIS LIBERAIS

O presente capítulo busca trazer para o debate a voz do Partido Liberal, sendo representado por jornais de caráter ou tendências liberais. Nosso interesse foi o de problematizar os temas educacionais levando em consideração as culturas políticas do período, apreendendo a forma pela qual os temas eram expostos e suas principais teses assim como fizemos no capítulo anterior tendo como referência a tendência política de caráter conservador e mais do que isso ir percebendo as diferenças e semelhanças entre liberais e conservadores no interior da cultura educacional que se configurava no oitocentos na Parahyba do Norte.

No capítulo anterior o ensino primário foi o foco do jornal conservador que escolhemos trabalhar em nossa dissertação, no entanto, no caso liberal, percebemos que existia uma maior diversidade de abordagens no interior do que podemos chamar de perspectiva liberal. Cada jornal trabalhado na construção desse texto possui um mundo próprio. Na década de 1880 os liberais na Província da Parahyba do Norte se preocuparam com o ensino secundário e primário, além de trazer a questão da necessidade de instrução para a população recém liberta da escravidão. Em virtude da diversidade de temas o capítulo foi dividido a partir dos jornais selecionados na pesquisa, cada um representando um período específico do nosso recorte, as razões desse formato foram explicitadas no primeiro capítulo dessa dissertação.

3.1. *O Publicador* e a questão do ensino secundário

O jornal *O Publicador* focou os seus editoriais da década de 1880 no ensino secundário, embora o ensino primário apareça, mas de forma tímida e pontual. Antes de adentrarmos no assunto que guiará o tópico é preciso situá-lo cronologicamente, tendo em vista que sua criação data do início dos anos de 1860. Começaremos com um trecho presente em um dos editoriais do seu segundo ano de circulação:

Ocupando a cadeira da Presidência da Província está o Dr. Felisardo Toscano de Brito⁴⁸. Liberal de mão cheia e com uma formação diversificada – de político habilidoso a professor -, este ilustre homem enfrenta uma

⁴⁸ Nascido em 1814 em Mamanguape, foi Bacharel em Direito e atuou como professor de retórica e direito no Lyceu Parahybano. Dentre outros cargos exercidos, foi presidente da Província e político. Fundou e participou de alguns periódicos como, o *Argos Paraibano*, *O Comercio* e *O Despertador*, falecendo no ano de 1876.

oposição serrada do então *Jornal da Parahyba*, criado pelo Dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, outro notável homem da Província, embora seja uma figura ilustre de outro partido, o Conservador. [...] É uma oposição desregrada! Os seus detratores não têm provas que indiquem que o Dr. Felisardo esteja à frente de uma administração desastrosa. Gritos e insultos são lidos nas folhas manchadas de sangue do *Jornal da Parahyba*. Exercendo uma administração correta, sem perseguições, nosso presidente atua de forma correta. Mantém até os adversários políticos nos cargos! Embora sabemos que é comum demitir adversários e empregar pessoas de confiança, ou seja, das nossas fileiras políticas. (O PUBLICADOR, 12 de março 1864).

Em pleno sábado, 12 de março de 1864, circulava pela cidade da Parahyba a edição de nº 459 do jornal *O Publicador*. É de se admirar que em apenas dois anos de existência o referido jornal tenha alcançado tamanha expressividade⁴⁹. Por meio desse fragmento de editorial, podemos ter uma ideia do quanto eram constantes os embates políticos entre a oposição e o governo. Observando com mais calma, vimos que tais discussões foram feitas nos periódicos, templos de diversos embates, num jogo de acusações com direito à réplicas e tréplicas que se alongavam por vários dias. A instrução, por sua vez, era a protagonista desses debates.

Em uma província onde não existia um jornal oficial para divulgação dos expedientes do governo os periódicos assumiam esta função. No exemplo em questão, temos *O Publicador*, que naquele ano se encontrava encarregado de servir de porta-voz da administração provincial⁵⁰. Prática comum no período selecionado para esta dissertação O Governo Provincial se utilizava dos jornais para divulgação dos seus atos.

Quando criou *O Publicador*, o Sr. José Rodrigues da Costa, talvez não imaginasse a importância que o referido periódico fosse tomar. Na década de 1860, período em que o Brasil estava envolvido diretamente na Guerra do Paraguai, o jornal em questão, ousou⁵¹ propor uma circulação diária. Impresso nas dependências da *Tipografia do Beco da Misericórdia*⁵²,

⁴⁹ O trecho acima citado e que utilizamos para abrir este tópico é uma adaptação feita por nós a partir de um editorial. Devido a sua extensão foram necessários alguns recortes. Consideramos *O Publicador* como uma expressiva publicação no período, principalmente por sua distribuição diária e vinculação com o governo liberal.

⁵⁰ Consideramos interessante citar esse editorial da década de 1860, pois se trata de um das primeiras edições do jornal.

⁵¹ Consideramos um evento importante, pois a Província esperou trinta e seis anos para ver circular um jornal diário.

⁵² Durante o período imperial a Tipografia foi de propriedade da família Rodrigues da Costa, fato que sofreria mudanças nos primeiros anos da república. Sobre este ponto Martins (1978, p. 68) assinala: “Como era de se esperar, assim, foi negociada e adquirida no dia 31 de dezembro de 1892, por um grupo de capitalistas, a Typografia dos Herdeiros de José Rodrigues da Costa, a qual foi de imediato transportada para a rua Visconde de Pelotas, 49, esquina com a rua Miguel Couto, lado do antigo Hospital de Pronto Socorro, para publicação de *A União*, órgão do Partido Republicano do Estado da Paraíba, local onde permaneceu até ser mudada, em 1908,

expressão utilizada por Eduardo Martins (1978)⁵³. Foi um dos periódicos com maior longevidade da Província, encerrando suas atividades sem maiores explicações no mês de dezembro de 1886. A esta altura, década de 1880, já não circulava diariamente e estava sob a direção dos seus herdeiros. Naquele ano, 1886, o jornal era considerado como de oposição, pois o presidente era o conservador Dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira que em virtude dos novos arranjos políticos fez com que o *Jornal da Parahyba* saísse da condição de jornal da oposição, conforme tratamos em capítulo anterior, para tornar-se a voz oficial. Pouco mais de vinte anos após a sua criação, a alternância de poder levou a uma inversão. *O Publicador*, que em meados da década de 1860 era situação, termina seus dias em fileiras opostas⁵⁴.

Sobre o pioneirismo do jornal em circular diariamente, podemos dizer que representou um marco importante para a história da imprensa paraibana. Algo nunca antes visto e que só voltaria à cena paraibana quando o *Diario da Parahyba*, na última década do império em 1888, chegou aos lares da Província com seu primeiro número também como um jornal de publicação diária.

No ano de 1884 *O Publicador* começou um de seus editoriais da seguinte maneira: “A instrução secundaria em nossa província tem declinado á muitos annos: e possa ella com a reforma⁵⁵ que acaba de passar, chegar á progredir”(O *Publicador*, 06 de outubro de 1884). No Regulamento de 1884, citado pelo editorial, aparecem questões relativas ao ensino primário, secundário e sobre a Escola Normal.

Um dos melhoramentos propostos pelo decreto de 1873 foi a criação das bancas de exames preparativos nas províncias, algo muito comum de ser observado nos periódicos da década de 1880, embora seus efeitos, segundo o corrente editorial, já estejam declinando. No entanto, algo que surge nesse editorial é a crítica ao corpo docente do Lyceu Parahybano⁵⁶, carentes de aptidão para o exercício da função.

No entanto, o que motivou muitos editoriais do jornal foi o tema da crítica aos exames preparatórios, que ao invés de melhorar a instrução teria surtido o efeito contrário. Sendo assim, a intenção era a de criticar no intuito de proporcionar meios para que a instrução secundária saísse daquele estado de atraso mencionado nos jornais. No capítulo anterior trouxemos para o debate algumas discussões a respeito do ensino primário visto de forma

para a rua Direita, 2, canto com a praça Comendador Felizardo, casa onde fôra instalada nos idos de 1834, agora, da Imprensa Oficial”.

⁵³ Esse nome faz referência à sua localização na Rua. da Misericórdia nº 9A.

⁵⁴ Prática comum no período.

⁵⁵ O texto refere-se ao Regulamento da Instrução Pública de nº 30, assinado em fins de 1883.

⁵⁶ Segundo *O Publicador* do dia 06/10/1884, sobre o Lyceu Parahybano: “[...] unico estabelecimento de instrucção publica secundaria, fundado á mais de 50 annos, e uma das mais gloriosas instituições da Província.”.

negativa em algumas publicações, sob a ótica de um jornal representante dos conservadores e que volta à tona agora na voz dos liberais reforçando a seguinte imagem: “Tendo ella por base a instrucção primaria, è evidente que não pode ser bôa, efficaz e profícua sendo a primeira viciada, falsa, e mal dirigida” (O PUBLICADOR, 06 de outubro de 1884). Por essas afirmações podemos inferir que a causa primeira do suposto estado lastimável em que se encontrava o ensino secundário residia, de forma direta, na maneira pela qual o ensino primário provincial era tratado. Nesse caso, nos parece que liberais e conservadores concordam que a instrução primária precisava de melhoramentos.

Destarte, segundo o jornal, planejar melhorias que visem colocar o secundário provincial em destaque perpassa, inicialmente, em investimentos consideráveis na base do ensino. Para tanto: “Pretender reformar a instrucção secundaria sem reformar a primaria seria tão bruto como o propor-se á edificar um edifício sem primeiro fundar os alicerces.” (O PUBLICADOR. 06/10/1884). O ensino primário estaria imerso em problemas de ordem orgânica, em sua própria constituição, portanto difíceis de serem resolvidos, pelo menos de forma imediata.

No entanto, além da citada questão de base, outros fatores teriam contribuído para o suposto estado de declínio do ensino secundário. Destacamos, assim, o diminuto número de cadeiras, a falta – segundo o editorial – de idoneidade do corpo docente e, sobretudo o método de ensino utilizado. Todavia, foi também imputada uma parcela de culpa à mocidade, que segundo o jornal, mostrava-se pouco afeita aos estudos. Indicava ainda a questão dos baixos salários do corpo docente e a falta da iniciativa particular em relação à instrução. Portanto, tratava-se de um problema de causas amplas, que o jornal destacava da seguinte forma:

Que a decadencia do ensino secundario tem como causa primeira os exames geraes na província, vamos demonstra-lo. E com effeito quem ignora a benignidade e indulgencia dos nossos examinadores em geral! Entre estes tem figurado pessoas estranhas ao professorado publico. (O PUBLICADOR, 06 de outubro de 1884).

No *Jornal da Parahyba* tratamos alguns editoriais que indicaram a forte presença dos interesses políticos influenciando no resultado dos concursos. Desse modo, ao acusar que nas bancas dos exames preparatórios existiam pessoas externas ao magistério, *O Publicador* caminha no mesmo sentido, criticando a falta de idoneidade na escolha dos componentes das bancas.

Os exames, sendo assim, contribuiriam para uma avaliação comprometida, segundo o editorial, em alguns aspectos. A falta de zelo ou a benignidade excessiva dos examinadores incentivariam uma má preparação dos candidatos, que cientes da existência de um exame pouco voltado para os méritos dos candidatos se preparavam de forma precária.

O problema não é o mecanismo de avaliação, mas a forma pela qual ele é posto em prática. Portanto, afirmavam que:

De maneira que as aprovações em massa de turmas inteiras, que se mostram ignorantes completamente na materia em que são examinados, a confiança que os estudantes n'estas condições põem na carta de empenho, não podem deixar de trazer o atraso do ensino, e o descredito dos julgadores, e baixar sensivelmente o nível do ensino secundario da província. (O PUBLICADOR, 06 de outubro de 1884).

O editorial em questão propõe ainda algo muito interessante, pois no intuito de contornar essa situação e colocar o ensino secundário de volta aos rumos corretos, seria necessário propor uma isenção e independência política dos examinadores. Para alcançar esse objetivo tornava-se necessário desincompatibilizar o professor público do ensino privado, pois o mesmo não deveria lecionar em cadeiras particulares. É comum encontramos nos jornais de cunho liberal e conservador anúncios de docentes oferecendo seus serviços, como no caso do: “O professor Trajano Pires de Holanda Cavalcante tem aberto uma aula de latim durante as ferias em casa de sua residência a’ rua das Trincheiras nº 24”. (A OPINIÃO, 01 de novembro de 1877). Anúncios desse tipo eram comuns em praticamente todo período estudado.

Na tentativa de resolução dos impasses apontados pelo jornal, *O Publicador* em 1883 informava a seus leitores que foi criada uma lei que teria como objetivo sanar esse tipo de problema. Sobre esse aspecto, a lei de nº 761 de 7 de dezembro de 1883, no artigo 3º: “Os professores ou lentes do ensino secundário não poderão, sob qualquer condição ou forma, dirigir ou fazer parte da direção de estabelecimento particular de instrução e lecionar particularmente qualquer das matérias que atualmente são ensinadas ou que para o futuro venham a ser no Liceu ou na escola normal” (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 57).

O Publicador afirmava que com a promulgação dessa lei o ensino secundário já começaria a sentir seus benefícios. Segundo os editores do jornal, principalmente, em virtude do aumento do número estudantes e, desta forma, os exames, por sua vez, passariam a ocorrer de forma mais tranquila: “Si não houve justiça rigorosa na extensão da palavra; ao menos não

houverão escândalos, houve decencia, equidade, sobretudo dignidade da parte das bancas dos exames” (O PUBLICADOR, 06 de outubro de 1884).

A decisão de criar a incompatibilidade dos professores do ensino secundário público com a docência particular se mostrou bastante interessante, pois os alunos ao procurarem auxílio em cadeiras particulares, eram diretamente favorecidos, tendo em vista que, estes professores atuavam nos exames. Desse modo, pensamos, a lei contribuiu para moralizar o processo e trazer consigo, em teoria, a imparcialidade nos exames.

No entanto, em contrapartida, o governo provincial aumentou os vencimentos dos docentes⁵⁷. Além disso, trouxe consigo o princípio da equidade, necessário no tratamento da coisa pública. De certo este aumento não foi suficiente, mas contribuiu para suprir as perdas ocasionadas pela citada lei.

Continuando a discussão no que diz respeito aos melhoramentos necessários a instrução, os editoriais insistiam nas críticas atribuídas à metodologia utilizada na aplicação das provas. O método em vigor fazia uso das provas escritas, que mesmo sendo considerado o mais acertado no momento de sua escolha, já não cumpria de forma plena o seu propósito. Para tanto, a adoção de uma prova oral seria mais interessante, se realizada de forma rigorosa, para avaliar os candidatos, na opinião do jornal.

Segundo o jornal, fiscalizar uma prova escrita não era tarefa fácil, portanto, a realização de exames orais foi considerada como uma alternativa interessante, pois:

Quando as condições varião tanto nos diversos indivíduos, uns escrevendo com mais rapidez do que outros, estes sabendo, aqueles ignorando ponto marcade, em uns o cynismo proporcionando meios de iludir a vigilância dos examinadores, a timidez de outros fazendo os perder o pouco que sabem, vendo-se circunscriptos por limites estreitos, e mil outras circunstâncias que occorrem, tudo torna impossível em *julgamento sensato*. (O PUBLICADOR, 06 de outubro de 1884).

A prova oral, seguindo essa proposição, seria o meio mais correto e seguro de avaliar a capacidade dos estudantes, portanto, o jornal sugeria sua implantação no intuito de melhorar o ensino secundário. Diferente da prova escrita, que demandaria tempo inclusive para ser corrigida, essa nova metodologia proposta forneceria o resultado em apenas poucas horas de entrevista, além de contribuir para um melhor julgamento dos professores.

⁵⁷ O artigo 2º, da Lei nº 761, estabelece um aumento nos vencimentos dos professores do Lyceu, sendo: “Ficam elevados a 1: 800 \$ 000 réis anuais os vencimentos dos lentes do Lyceu, sendo 1: 500 \$ 000 de ordenado e 300 \$ 000 de gratificação” (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 57).

A realização dos exames provinciais no mês de julho também era indicada como causa de alguns problemas. Esses exames interromperiam o curso no meio do ano, pois: “[...] só serve para acoroçoar a pretensão infundada dos estudantes, que aspirão fazer de uma vez, tres, quarto, cinco e mais exames e contribue para maior descredito do ensino secundario.” (O Publicador, 06 de outubro de 1884). Um semestre, portanto, não seria suficiente para o bom curso de uma disciplina.

Continuando as críticas, os editores afirmavam que uma má preparação ainda resultaria em outros problemas, pois sem a habilitação necessária os estudantes ingressariam nas academias sem condição de dar sequência aos cursos. O proposto para sanar esse problema foi a realização dos exames anuais. A criação dos exames em cada província teve como intenção proporcionar que os estudantes fizessem as avaliações em suas localidades de origem. No entanto, indiretamente, indicavam outro problema:

É evidente que o legislador creando bancas de exame em todas as províncias, quis favorecer ou facilitar os exames dos naturaes de cada uma, quis evitar a immigração de uma para outras províncias; entretanto é o que se tem dado em alta escala principalmente na Parahyba para onde tem se observado grande affluencia de estudantes de outras províncias, em geral muito mal preparados. (O PUBLICADOR, 06 de outubro de 1884).

Para resolver esse problema, segundo *O Publicador*, seria necessário exigir do candidato que comprovasse ter sido aluno do Lyceu Parahybano ou ter frequentado aula particular da localidade com atestado dos professores. Os docentes, responsáveis em dar esse aval, necessitariam de ter procedência do ensino público ou particular, sendo habilitados para lecionar na capital.

Apesar do Regulamento nº 30 de 1884 – que em linhas gerais, estaria em vigor há pouquíssimo tempo, a proposição da matéria era justamente a de criar outro regulamento que contemplasse essas mudanças⁵⁸. Quais sejam: cobrança da validação dos exames dos Lyceus, exigência de atestado dos professores idôneos; habilitação na capital; garantia da incompatibilidade dos docentes propostas pela Lei nº 761 de 7 de dezembro de 1883 e organização de bancas com professores oriundos do ensino público.

Outra questão recorrente nos editoriais do *O Publicador*, no ano de 1884, era a preocupação com a forma de ingresso dos estudantes nas academias. Uma parcela razoável dos argumentos dos jornalistas residia na questão da formação desse estudante, tendo em vista que:

⁵⁸ O Regulamento nº 30 da instrução já satisfazia algumas dessas proposições.

Basta atender que o estudante matriculado na Academia, de ordinario está melhor preparado, tem passado pelo tirocínio longo de dez exames, é de presumir que não seja tão ignorante, que tenha mais o menos habito de estudar, energia e força de vontade propria; condições que contribuem poderosamente para o aproveitamento e bom uso do favor concedido. (O PUBLICADOR, 06 de outubro de 1884).

Por se tratar de um problema de origem complexa, segundo o jornal, a sua solução seria realizar investimentos financeiros para o melhoramento da instrução secundária. Esta solução deveria ser implantada em longo prazo, com olhar atento da opinião pública e dos poderes públicos. No intuito de que a experiência do ensino livre secundário fosse posta em prática com as observações feitas era necessário que o corpo docente estivesse em condições de “barrar” o ingresso da ignorância nos exames, portanto, aptos ao cumprimento do seu dever.

Trataremos agora de outra questão cara aos editores do jornal: o método que também era considerado como contribuinte nesse estado de suposto caos na instrução secundária. Isentados de culpa os professores que, segundo os editores, apenas cumpriam com zelo aquilo que lhes era proposto e, portanto, seriam impotentes em face de toda esta situação em que se encontrava a instrução.

Passemos à visão do jornal frente aos pais dos alunos que desejosos de verem seus filhos rapidamente com o título de doutor ou bacharel, estariam alheios a toda essa questão. O que importava aos pais era o título em detrimento da formação. No entanto, o que era notoriamente destacado é que para a sociedade é mais interessante o egresso de homens verdadeiramente instruídos e conhecedores de tudo aquilo que lhes foi ensinado. Sobre o método os editores do jornal *O Publicador* afirmavam:

O método é incompleto, abreviado e meramente theorico em geral. É indispensável que o estudo de lingoas e sciências tenha sua parte pratica. É urgente obviar à grande pressa dos pretendentes aos cursos acadêmicos, que allegão não precisar da parte practica, quer das lingoas quer das sciencias. É de grande e vital interesse banir de uma vez esse preceito paradoxal que envolve o maior dos erros, e o de effeitos mais funestos para a instrucção e o futuro da mocidade. (O PUBLICADOR, 06 de outubro de 1884).

Considerando o fragmento do jornal acima transcrito podemos dizer que mesmo que os estudantes, depois de formados, se dedicassem a outras carreiras, como a agricultura, comércio ou até mesmo as artes, essa formação prática seria de grande ajuda. Sendo assim, o

ensino prático era considerado fundamental importância e não deveria ser negligenciado na formação dos estudantes. Até mesmo para as formações mais teóricas, como a de magistrados, por exemplo, o jornal entendia que era necessário instruí-los neste sentido e, portanto, o método adotado até então apresentava falhas no que diz respeito às suas aplicações de caráter prático.

Nessa mesma direção pudemos apreender da leitura do editorial que os médicos, os advogados, e os marinheiros, entre outros, necessitariam de um conhecimento prático que os preparassem para o exercício técnico das suas profissões. No entanto, em tom de crítica, o editorial buscou demonstrar o estado de desigualdade a que eram submetidos os mais humildes, que invariavelmente seguiriam por profissões de menor destaque e de pouco reconhecimento social. O saber deveria ser distribuído sem distorções, sendo essa desigualdade destacada como ponto negativo. Sobre esse aspecto, afirmava:

Onde se foi estabelecer como princípio que só devem aprender os doutores, e que os outros aos quaes incumbe talvez a mais ardua tarefa nos labores da vida, os artistas, os lavradores, os engenheiros, os industriaes, que preparam a grande messe para a colheita devem ficar satisfeitos com a medíocre recompensa <**Trabalhai, e trabalhai mais, nascestes só para o trabalho, e contentai-vos com a paga exígua que vos dão; nada de honras, nada de privilégios, enfim nada de luzes para vós?** (O PUBLICADOR, 06 de outubro de 1884).

Embora a Província não estivesse em um estado de abundância de recursos, fato sempre evidenciado ao longo do recorte temporal por nós selecionado para este estudo, afirmavam os editores do jornal que era preciso investir no ensino profissional. Sua implantação de forma bem estruturada não acarretaria grandes ônus financeiros, desse modo, o argumento dos editores do *O Publicador* é que apenas benefícios seriam sentidos.

Seguindo sua linha de pensamento e de propostas para o melhoramento da instrução secundária provincial o jornal *O Publicador* fazia uma sugestão: o cancelamento dos exames do mês de julho. Sobre este aspecto, a crítica começa da seguinte forma:

Esta serie de exames no meio do anno, atropela o curso annual, e só serve para acoroçoar a pretensão infundada dos estudantes, que aspirão fazer de uma vez tres, quatro, cinco e mais exames e contribue para maior descredito do ensino secundario. O curso aberto em fevereiro tem de ser interrompido em julho, aberto de novo em Agosto e termina em Outubro. (O PUBLICADOR, 30 de outubro de 1884).

Até que ponto um exame no meio do ano letivo traria prejuízos? Para o jornalista tal estrutura só acarretaria malefícios para os estudantes, tendo em vista que dividiria o ano em dois momentos. Desse modo, a alegação é de que seriam dois anos incompletos, ocasionando uma má formação e candidatos mal preparados para as provas.

No texto é feita uma comparação, embora de forma sucinta e sem citar nomes, com as academias de outras províncias. Se em localidades maiores os exames são anuais porque, na Província da Parahyba no Norte que em termos populacionais seria pequena, existia essa pretensão de realizá-los com dupla frequência a anual? Esse tipo de expediente, segundo o editorial, só traria prejuízos para a instrução secundária.

De forma direta temos que a objeção é feita no sentido de que faltaria demanda local para os exames, tendo em vista a quantidade reduzida de alunos aptos a fazê-los, somando-se às questões já levantadas. No entanto, uma preocupação que surge de forma tímida é a imigração de estudantes de outras províncias. Sobre o ingresso na academia, temos:

Com a falta de rigor necessario, e de estudo, avultão ainda os effeitos nocivos do *patronato*, pois cada vez mais gente inhabilitada se apronta para penetrar nas Academias. D'ahi consequencias de funestíssimo effeito para o ensino secundario. As condições á cima expostas demonstrão de maneira irrespondível, que basta haver exames uma vez por anno, devendo ser repatidas as epochas como nos cursos das Faculdades do Imperio; uma em Novembro para lingoas, e outra em março para ciencias. (O PUBLICADOR, 30 de outubro de 1884).

Segundo o editorial a criação dos exames em cada província foi pensada no sentido de favorecer os estudantes da localidade, evitando dessa forma que outras pessoas pudessem migrar para estas academias. No entanto, o propósito do texto, nos pareceu ser, justamente expor essa “invasão” de estudantes naturais de outras províncias, tendo em vista as datas de realização dos exames.

De que forma seria feito esse controle, perguntavam interpolando os leitores? A alternativa proposta era a de exigir do candidato a frequência em aulas do Lyceu ou em aula particular com atestado dos professores. Esses atestados só deveriam ser aceitos se fossem oriundos de docentes particulares ou públicos devidamente habilitados para o exercício do magistério na capital da província. No texto aparece uma crítica à ausência de formação de uma parcela dos professores, algo que surge com frequência em outros jornais. Para salientar esse ponto de vista do jornal, temos:

Na pratica do systema actual de exames, tem sido acceitos attestados de qualquer pessoa que se presume habilitade (medico, bacharel ou padre) e que muitas vezes ignorão completa e notoriamente a material sobre a qual attestão!! (O PUBLICADOR, 30 de outubro de 1884).

Desse modo, estudantes mal preparados se inscreveriam nos exames, no entanto, poderiam ter seus attestados recusados. O jornal critica os apadrinhamentos políticos, tendo em vista que mesmo com essa recusa esses discentes conseguiram ingressar nas academias. Esse movimento, conforme já indicamos ao longo desse trabalho, faz parte das culturas políticas do período, pois a influência e apadrinhamentos estão presentes com uma força considerável no recorte estudado.

Apesar do tom de crítica que permeia o início do editorial, *O Publicador* se mostra otimista sobre a resolução de tais pontos, listando inclusive uma série de medidas que deveriam ser implementadas:

Em vista das considerações expostas, uma das medidas primeiras á tomar para combater as causas acima apontadas, seria a validação dos exames dos Lyceus, com um regulamento novo na altura de satisfazer as necessidades requeridas, frequencia obrigatoria para os exames, attestados dos professores publicos ou particulares reconhecidos, examinadores tirados dentre os professores publicos, incompatibilidades destes com o ensino particular e programma de exames de accordo com o programma do ensino publico. (O PUBLICADOR, 30 de outubro de 1884).

O jornal começava a promover uma discussão em torno do ensino livre secundário, com um posicionamento que por meio de uma série de argumentos desfavoráveis e que impediriam sua implantação nos pareceu ser uma tendência do jornal em direção à sua reprovação. No suposto estado de atraso em que se encontrava a Província, diziam os jornalistas, a adoção desse modelo não traria benefícios, pois exigiria professores bem preparados para impedir a invasão da “ignorância e do desleixo”, algo que contribuiria para a decadência da instrução secundária.

Com essas considerações, o texto passa a tratar do método de ensino, tema que já apareceu em outros editoriais e demonstra ser motivo de preocupação para *O Publicador*. O professor ficaria impotente diante do ingresso pouco rigoroso dos estudantes nos exames, algo que estaria fora de seu controle. Para tanto: “Entre ellas sobresahe, como uma das mais efficientes a impaciencia dos pais que preferem ver seus filhos **bachareis** ou **doutores** á homens instruídos, e sabendo o que aprenderão” (OPUBLICADOR, 30 de outubro de 1884).

O método aplicado seria incompleto, por isso a defesa das provas práticas para tornar mais criterioso os exames.

Percebemos no texto uma defesa por provas práticas nos exames e, acima de tudo, uma formação pautada também nesse viés. Até para as pessoas que não se dedicariam ao ensino superior indicavam que seria interessante essa formação, tendo em vista que no comércio, na agricultura nas artes, por exemplo, o aprendizado prático seria de grande importância.

O jornal também afirma que para o engenheiro, o magistrado e o diplomata, por exemplo, a presença de disciplinas que estimulassem o aprendizado prático era de grande importância e deviam ser incentivadas nos exames e nas suas formações. Acompanhemos por meio do trecho abaixo essa perspectiva do jornal:

Conforme a especialidade que segue o bacharel em direito, a sua carreira manifestará a necessidade do conhecimento practico d'esta ou daquela sciencia; sem fallar na medicina, na engenharia, na marinha, onde o estudo practico é a *base primordial* sobre a qual assenta todo o edificio d'esses conhecimento *tecnicos*. (O PUBLICADOR, 30 de outubro de 1884).

Com a ausência dos exames práticos de línguas e ciências aquelas pessoas que seguiriam o rumo dos ofícios liberais, como a agricultura ou o comércio, por exemplo, sairiam prejudicadas pela ausência do trato prático em suas formações. Esse seria um problema que, segundo o jornal, causaria ainda mais desigualdade.

A preocupação demonstrada pelo jornal era em relação às camadas mais desfavorecidas, como os lavradores, os artistas e os engenheiros⁵⁹ que estariam sujeitos a uma recompensa pouco satisfatória⁶⁰. A falta (ou deficiência) do ensino profissional, portanto, derivaria da ausência dessas provas práticas. Surge então o debate sobre esse ensino, que só traria benefícios para a província e não acarretaria em grandes gastos, algo que surgirá com mais ênfase quando tratarmos dos editoriais do *Diario da Parahyba*.

Na leitura do editorial do dia 6 de julho de 1885 ficou claro, pela primeira vez, o que *O Publicador* entendia por ensino.

Ensinar não é somente, se o quiserem, uma arte ou uma função: é um complexo de methodos e princípios que todos os dias a pedagogia moderna dá novas formas e aperfeiçoa, é um conjuncto plano

⁵⁹ Nesse ponto do texto os engenheiros são citados como pertencentes às camadas pobres.

⁶⁰ Encontramos no jornal um verso que nos chamou a atenção e que dizia o seguinte: “Trabalhai, e trabalhai mais, nascestes só para o trabalho, e contentai-vos com a paga exígua que vos dão; nada de honras, nada de privilégios, enfim nada de luzes para voz?” (*O Publicador*, 30/10/1884).

scientifico de mais difficil applicação que outro qualquer, porque tendo de estudar e aproveitar as primeiras manifestações da intelligencia das crianças, trata de educar-lhes em primeiro logar o que ha de mais delicado e abstracto – a atenção, a memoria e o raciocínio. (O PUBLICADOR, 6 de julho de 1885).

A partir desse esclarecimento é possível entender algumas proposições e alguns temas que foram o foco de discussão no texto corrente. Os temas dos editoriais são em grande parcela voltados para o ensino secundário, mas nesse momento temos uma discussão que envereda para o ensino primário.

Passaremos agora a tratar de outro jornal de cunho liberal, o *Diário da Parahyba*.

3.2 *Diário da Parahyba*: “Órgão de todas as classes”

O *Diário da Parahyba* foi um jornal com tendências liberais impresso na Tipografia situada na Rua. da Viração n. 11. Ostentava em sua primeira página a seguinte frase: *Orgão de Todas as Classes*. No entanto, como era comum na imprensa oitocentista parahybana, esse jornal não tinha pretensão de ser imparcial, conforme ficou registrado nos editoriais que sobreviveram até os nossos dias.

Mesmo se auto-intitulando “Órgão de Todas as Classes” era claramente abolicionista e possuía tendências liberais. Propomos para escrita deste tópico os anos de 1884 e 1885. Nesse sentindo, serviram de fonte para nossas análises os textos abolicionistas, os que trabalharam a criação do Colégio de Educandos e outras comunicações, tendo em vista que foram destaques no jornal e trouxeram novas demandas, além de propor discussões similares aos conservadores em alguns momentos⁶¹.

A instrução pública primária também foi alvo de críticas do *Diário da Parahyba* que cobrava a atenção do governo para o seu melhoramento. O ensino das primeiras letras era colocado como sendo o primeiro passo para se alcançar o progresso, necessário para retirar a Província do estado de abatimento em que se encontrava. Percebemos, portanto que em determinados momentos os jornais possuíam um discurso semelhante, tendo em vista que o *Jornal da Parahyba* propôs algo similar alguns anos antes conforme aludimos no capítulo anterior.

Nesse sentido as aulas primárias se constituíam como “ensaios que as creanças fasem na senda do saber, jasem esquecidas, sem que gosem de adiantamento os que as frequentão”

⁶¹ A partir das fontes disponíveis não foi possível indicar os seus editores e a quem pertencia o jornal.

(*Diario da Parahyba*, 13 de fevereiro de 1884). Surgiu então nos textos dos editoriais questionamentos sobre a figura do inspetor literário, sendo questionada sobre a sua real utilidade, pois as autoridades eram indagadas acerca de suas atribuições que estavam restritas apenas à fiscalização da frequência dos docentes.

A crítica também era realizada no que diz respeito ao método de ensino, que era o mesmo há pelo menos quarenta anos na Província. Todavia, além das críticas dirigidas ao ensino primário, o referido jornal também dirigia críticas ao ensino secundário. Sobre esse aspecto, acompanhemos:

Oxalá que as nossas palavras sejam ouvidas da mesma forma e verdadeiro interesse com que as proferimos, bem como que se estenda até a instrução secundaria, que, não pelo digno corpo docente de nosso Lyceu, mas pelo modo por que se procede no acto dos exames, não vai como desejamos. (DIARIO DA PARAHYBA, 13 de fevereiro de 1884)

Já tratamos em outro momento do texto a forma pela qual o ensino público primário era debatido na imprensa, contudo, gostaríamos de ressaltar que o ensino secundário não esteve imune às críticas, embora elas apareçam com menor frequência em relação à instrução de primeiras letras ou primária.

A Província da Parahyba do Norte, teve um Colégio de Educando Artífices que funcionou de 1865 a 1874 (LIMA, 2008), no entanto, o *Diário da Parahyba* discute no ano 1885 em alguns editoriais a necessária retomada da discussão sobre a re-criação do Colégio de Educandos. Segundo o referido jornal, essa instituição teria como finalidade o ensino de profissões, trazendo essa instrução para as camadas mais pobres. Sobre essa temática, localizamos o seguinte trecho jornalístico:

Os governantes são para fazerem justiça aos governados; n'isto é que nos firmâmos para reclamar da esclarecida intelligencia de V. Exc. e do seu largo coração, a obra devida ás creanças, que tendo olhos são cegos, que tendo espirito nada avaliam e que, è vergonha disel-o, embora entre a gente que se diz sensata, caminham á matroca, como navio, perdido o leme, em mar tormentoso. (DIARIO DA PARAHYBA, 11 de fevereiro de 1885)

O intuito do texto foi o de propor ao Presidente da Província a re-criação do referido Colégio, mas o que nos chamou a atenção foi que imbricada à questão da criação do Colégio, estava posta a questão da libertação dos escravizados. Nessa perspectiva, a instrução aparecia relacionada ao engrandecimento do espírito, pois uma liberdade apenas física seria

degradante. Propiciar que essas crianças tivessem uma profissão, além da instrução de primeiras letras, deveria ser uma pauta de ação política do governo.

A Parahyba estaria em estado de atraso por culpa justamente da falta de instrução da população. Faltava o ensino⁶², pois se o povo não sabe ler é porque não tem condições para fazê-lo. A culpa é daqueles que, detentores do poder político não trabalham no intuito de propiciar o ensino gratuito às camadas mais pobres e necessitadas, afirmavam os editoriais.

O interessante nos textos do *Diario da Parahyba* é que os editores escrevem como se o Presidente da Província tivesse acesso direto ao texto. Em uma forma de escrita que muitas vezes chega a ser quase literária, buscam propor os melhoramentos para a instrução pública.

O abolicionismo ficou evidenciado no texto e no próprio editorial, na medida em que se declaravam como tal. No ano de 1885 a escravidão já estava em vias de ser extinta⁶³, portanto, apreender a relação existente entre liberdade/instrução nos periódicos só foi possível de ser observada no *Diario da Parahyba* e anos depois, em 1888, com o *Arauto Parahybano*.⁶⁴ Nesse sentido: “Não é só na terra escravo o captivo; ha homens que a lei reconhece e que são tanto ou mais captivos q’ os proprios escravos. O homem que não sabe ler, q’ não tem officio, o que é? escravo da miseria.” (DIARIO DA PARAHYBA, 14 de fevereiro de 1885). A partir do trecho selecionado podemos apreender que a escravidão, para o jornal, iria além das questões jurídicas e de liberdade. Um homem sem instrução era escravo da ignorância.

A proposição do jornal não era o de sugerir um programa ou indicar formas de trazer a instrução para os homens pobres, mas sim despertar o olhar daqueles que podem fazê-lo. Era o de fiscalizar e cobrar a ação do poder provincial, tendo em vista o estado preocupante e de abandono, na opinião do jornal, em que se encontrava a população, muitas vezes sem o rudimento mais simples da leitura e escrita. Três figuras são representadas no texto: a mulher, a criança e o homem rude e o jornal afirmava não ter simpatia por nenhum deles, quando não devidamente instruídos.

Assim, indagava, qual seria o papel da mulher na sociedade, pois a mesma só teria relevância devidamente instruída. Uma mulher anêmica, sem um domínio das artes – piano, por exemplo – e que mal consegue escrever uma carta sem incorrer em inúmeros erros de

⁶² Os editoriais anteriores criticam justamente a falta de investimento na instrução primária, que formava os indivíduos de maneira precária.

⁶³ Podemos citar a proibição do Tráfico (1850) e a Lei do Ventre Livre (1871) como movimentos que indicavam um caminho para libertação dos escravos, muito embora esse movimento somente se efetiva em fins do período imperial.

⁶⁴ O *Arauto Parahybano* é bastante peculiar, pois começou a circular meses antes da libertação dos escravos e fez toda a sua trajetória jornalística no período pós Lei Áurea (1888).

português não seria bem vista. O menino, que anda com um cigarro na boca a vagar pelas ruas é motivo de preocupação, tendo em vista que futuramente será motivo de atenção da força policial. O homem rude seja ele de qual camada for causa, ojeriza, tendo em vista que não dispõe de modos para viver em sociedade, vejamos:

[...] e com tudo Exm. Sr, nem a mulher, nem a criança, nem o homem, como os descrevemos tem a menor culpa, a tem sim, e muita culpa, não elles, mas a sociedade que não extirpa os dois cancos – ignorancia e egoísmo. [...] Quem teima no erro é criminoso; **teimar em não educar a criança, é praticar um crime de lesa a humanidade [...]**.(DIARIO DA PARAHYBA, 14 de fevereiro de 1885, grifos nossos)

O futuro de um jovem dependeria das oportunidades que lhe eram dadas ainda em tenra infância. Se as crianças cresceriam boas ou más dependeria da atenção que lhes fosse dada, portanto, o jornal cobrava um olhar mais atencioso por parte dos poderes públicos. Eles cobravam, acima de tudo, o investimento no ensino e a criação de uma escola de educandos, tarefa pouco onerosa, segundo entendiam, para os cofres provinciais. Sobre as artes, ainda indicavam o pintor paraibano: “Pedro Americo, pintaria portas, se aqui vivesse – um império perderia uma glória, o mundo uma celebridade” (DIARIO DA PARAHYBA, 14 de fevereiro de 1885).

Pedro Américo Figueiredo Mello foi um paraibano nascido na cidade de Areia em 29/04/1843 que se tornou ilustre pelo reconhecimento principalmente de sua pintura. Foi escritor, professor, pintor, desenhista e caricaturista. No ano de 1855 se mudou para o Rio de Janeiro e passou a estudar no Colégio Pedro II, ficando sobre a proteção do imperador. É autor, dentre outras obras, da tela *Independência ou Morte*, pintada entre os anos de 1886 e 1888. Segundo Barbosa (2009, 101-102): “Com a Proclamação da República, é eleito deputado da Assembléia Nacional Constituinte, em 1890. Em 1900 retorna a Florença, onde termina seus dias”

Oliveira (2003)⁶⁵ escreve no Oitocentos defendendo como tese principal a defesa da criação de escolas da educandos e artífices como solução para proporcionar instrução e trabalho para os jovens. O autor assinala:

Daí uma nova necessidade para o Estado. Vem a ser o fundar estabelecimentos que abriguem esses infelizes, e tanto pela instrução como pelo trabalho os habilitem para poderem triunfar dos males, a que os expõe a sua miséria. [...] Como espécime deles apresento: para meninos as casas de

⁶⁵ Data referente a edição da Editora do Senado Federal.

educandos artificies desta e das províncias do Amazonas, Pará, Piauí e Paraíba, para meninas os asilos de órfãos que se têm criado em diversas províncias; por exemplo, em Pernambuco, no Pará, no Rio Grande do Sul e em S. Paulo. (OLIVEIRA. 2003, p. 181-182).

Com esse exemplo o jornal queria elucidar que a Província tinha condições de produzir talentos, inclusive nas artes. No entanto, para que tal situação ocorresse era preciso investimento e atenção por parte do governo provincial. Em tom de diálogo com o leitor foi solicitado que o presidente investisse na criação da escola de educandos e que fosse elaborado um bom regulamento, pois desta forma a Assembleia Provincial só teria motivos para apoiar tal iniciativa. O crescimento moral somente seria possível educando o povo: “A maior falta da nossa população é a da forma moral, e esta só pode aparecer por meio da educação do povo”. (*Diario da Parahyba*, 14 de fevereiro de 1885). O jornal afirmou ainda que a província disporia de recursos para implantação dessa instituição, fato que seria tratado em um editorial seguinte. Infelizmente tal informação se perdeu no tempo ou nunca foi publicada.

Em seu terceiro artigo sobre a criação do Colégio de Educandos, o *Diario da Parahyba* vai centrar suas atenções em demonstrar para o governo provincial que a receita governamental é suficiente para este fim. De forma muito respeitosa fala de outras áreas de administração e seus respectivos gastos, indicando em que setores poderiam ser efetuados cortes sem prejuízos materiais.

Ressaltava também a importância da referida escola, tema já levantado em páginas anteriores. Reutilizava alguns argumentos para reforçar a tese de que um colégio profissional só contribuiria para o desenvolvimento da Província. O editorial do dia 24 de fevereiro de 1885 começa da seguinte maneira:

Sabêmos que é pesado o encargo de governar; quando lançamos mão da penna para pedir a V. Exc. o collegio de educandos, sentimos a par do sentimento generoso que nos impelle a isto fazer, tambem um estremecimento, de q V. Exc. atarefado com tantas responsabilidades, não se sinta irresoluto e não deixe de praticar acto de tanta justiça e de tam grande alcance. (DIARIO DA PARAHYBA, 24 de fevereiro de 1885)

De acordo com o jornal o único setor da administração no qual não se deveria fazer economia era a educação. Novamente ressurgiu a ideia de que uma população mal instruída poderia incorrer na prática de crimes. Indicava para o leitor que uma cadeia lotada será mais dispendiosa para o governo do que proporcionar a instrução. Criar uma escola de educandos, além do benefício social, traria retornos econômicos para os cofres provinciais. A relação da

falta de instrução com o aumento da criminalidade é tema recorrente em alguns jornais, portanto o *Diario da Parahyba* parece reforçar essa associação.

A escola seria o instrumento capaz de proporcionar o bom caminho e os bons princípios na vida do indivíduo, enquanto sua contraparte, o cárcere, se tornaria o fim para os desamparados. No caso dos desvalidos da instrução a sociedade seria a culpada por esse problema e sofreria as consequências. A responsabilidade recairia sobre o governo provincial e traria prejuízos para a sociedade como um todo.

A acessibilidade ao ensino deveria ser garantida e a gratuidade um dos meios para tal. Saber ler e escrever necessitaria ser a regra e não a exceção. Afirmavam: “É preciso que a instrução se derrame de forma, que se torne exceção o não saber ler; é preciso que todo cidadão saiba conhecer seus direitos, e para tanto, é urgentíssimo tornar o ensino geral e o mais que possível gratuito” (DIARIO DA PARAHYBA, 24 de fevereiro de 1885). O texto caminhava para seu final apresentando diversas áreas da economia paraibana e apontando onde os supostos cortes poderiam ser realizados.

Por meio das leituras realizadas podemos dizer que o *Diario da Parahyba* seguia um viés claramente abolicionista em suas matérias, aproximando-se do *Arauto Parahybano*, que surgiria em meados de 1888.

Para esse jornal, o século XIX, que caminhava para seu fim, era um período de transformações, ou “evoluções”, como aparece textualmente no editorial. Mesmo sendo um período de supostas mudanças afirmava que a então nova geração encontraria dificuldades para alcançar o progresso, tendo em vista “as ideias caducas presentes na sociedade em geral”. A instrução, assim como outros setores, precisaria de medidas inteligentes para alcançar seu pleno desenvolvimento. Para tanto: “Instrução, vida, riqueza, independência, traduzindo o progresso e este conduzindo a civilização, a mais nobre idéia á realizar para uma nação heroica, e digna da mais subida apresentação no mundo culto.” (DIARIO DA PARAHYBA, 24 de fevereiro de 1885).

3.3. *Gazeta da Parahyba*

O jornal *Gazeta da Parahyba* foi de grande importância no fim do império, pois foi a voz do partido liberal em fins da década de 1880 e também por ser o segundo jornal diário de circulação na Província. Um dos poucos periódicos que divulgavam sua tiragem, informação que nos ajuda a entender a relevância e alcance dessas publicações.

Impresso na Tipografia dos Herdeiros de José Rodrigues da Costa, situada na Rua. da Misericórdia n. 9A circulou inicialmente com uma tiragem de 700 exemplares, no entanto, poucos meses após o início de suas atividades aumentou sua impressão em 100 exemplares, demonstrando que existia demanda para a comunicação impressa.

Indicamos ao longo deste capítulo que a influência política ditava em alguns casos as contratações, demissões, concursos e até mesmo os exames preparatórios, sendo essa prática relativamente comum e integrante da cultura política e da cultura educacional no período. Portanto, achamos interessante um caso peculiar que foi debatido por inúmeras edições da *Gazeta da Parahyba*. No ano de 1888 o então diretor do Externato Normal e redator chefe do jornal, o Sr. Eugênio Toscano de Brito⁶⁶ foi demitido do cargo de diretor da Instituição supostamente por perseguições políticas. No entanto, ele se utiliza da imprensa para criticar o então presidente da província, o conservador Sr. Pedro Correa. Em uma sequencia de textos de sua autoria⁶⁷ ataca a postura do governo:

Não surpreendeu-me o acto de minha exoneração dos cargos de director e professor de pedagogia do externato normal, *decretado* hontem pelo Sr. Dr. Pedro Corrêa, presidente d'esta infeliz província; e não surpreendeu-me porque, d'esde que aqui chegou o filho do sr. Conselheiro João Alfredo, arvorado por isso em presidente de província, que, dizia-se, seria umas das primeiras victimas do seu ardor e espirito partidários, por trazer comigo um pecado origina: ser liberal. (GAZETA DA PARAHYBA, 13 de setembro de 1888).

⁶⁶ O Dr. Eugênio Toscano de Brito foi uma figura relevante do período e sua influência no jornalismo e na instrução foi acentuada. Sobre sua vida Barbosa (2009, p. 36-37) assinala: “Filho do Comendador Felizardo Toscano de Brito e Dona Eugênia Accioli Toscano de Brito. Ainda acadêmico fez parte de uma revista mensal de ciências, letras e artes, denominada *A Idéia*, cujo primeiro número apareceu no Rio de Janeiro em 1º de julho de 1874. O seu campo de ação foi a imprensa, adaptando à Paraíba os primeiros moldes de jornal moderno, criando e dirigindo a *Gazeta da Parahyba*. Casado com Dona. Josefina Roy Toscano de Brito, fez os cursos primários e preparatórios na Parahyba, capital do Estado, seguindo, depois, para o Rio de Janeiro, onde se diplomou em Medicina, no ano de 1879, defendendo tese sobre o beribéri, voltando a residir na Paraíba, dedicou-se à medicina, ao magistério e ao jornalismo [...] Professor de trigonometria, pedagogia, ciências físicas e naturais, geografia, álgebra, biologia e história natural. Foi, também, diretor da instrução pública, diretor da escola normal e do Lyceu. Era considerado o terror dos estudantes que não gostavam de estudar. A sua participação em bancas de exames era sucesso pelo número de reprovações. Era o carrasco da mocidade que não gostava de estudar, possuindo sólido conhecimento nas matérias que lecionava no Lyceu [...] Segundo Martins, desde que não podia aceitar fatos consumados, não se alinhava em conchavos, não conhecia ardis para fazer eleitores, ficou reputado à política, condenou-se desde logo, por sua sinceridade, a não atingir altos cargos, mau grado sua competência, seu amor à terra natal e a sua honestidade [...] Participou de *A Idéia*, revista literária e de *O Paraibano*. Fundador de *A Gazeta da Parahyba*, jornal que, sob sua orientação, passou a ter uma imagem mais moderna, inovando a linha editorial que tornou mais independente, abordando temas polêmicos, revolucionando toda a técnica conservadora da época, o que não agradou aos chefes políticos, que preferiam o regime antigo, a orientação oficial”.

⁶⁷ Já comentamos que não era uma prática comum no período a assinatura das matérias, portanto, a atitude do Sr. Eugênio Toscano de Brito em assinar o editorial foi algo que destoava da realidade da época.

Com esse texto inicial o ex-diretor alegou que o único motivo que justificaria a sua exoneração sumária seria sua filiação partidária. Em uma tentativa de provar que se tratava de uma perseguição política desafiava o governo provincial a provar sua culpa em qualquer caso de ingerência por ele realizado. Nos dois anos em que circulou na província (1888 e 1889) utilizou as páginas do jornal por ele fundado para efetuar críticas pesadas ao governo conservador. Não ostentava filiação política, mas atuava de forma contundente nas fileiras liberais.

Além da defesa constante de Eugênio Toscano de Brito em virtude das questões envolvendo sua exoneração, a *Gazeta da Parahyba* não poupou esforços para atacar o administrador da província. Para tanto, começou a acompanhar de perto os atos do governo, inclusive visitas a determinadas repartições públicas. Esses relatos eram feitos em tom de deboche, evidenciando características pitorescas ou possíveis gafes cometidas. A seção utilizada para este fim foi a “Notas da Semana”, que além dessa incumbência tratava de variedades. Destacamos:

O Dr. Pedro Correia andou á visitar as escolas públicas, em uma das quaes o respectivo professor, Snr. Brazilino, ficou deslumbrado com exhibição que fez S. Exc^a, dos seus *profundos conhecimentos pedagogicos*. Affluio á porta da escola grande numero de transeuntes, attrahidos pela palavra facil e eloquente do jovem administrador, que dissertou até sobre a colocação de móveis... [...] Foi uma verdadeira preleção de *mestre* a mestre, um exemplo de *moralidade e respeito* aos alunos [...] O sr. Brazilino se acautelle, pois da outra vez pode haver applicação de bolos, embora este castigo esteja abolido [...] Durante toda a scena esteve presente o Directo Geral, mergulhado em profundo silencio. Pudera não!!! (GAZETA DA PARAHYBA, 18 de setembro de 1888).

A trecho selecionado exemplifica a forma pela qual a oposição era dirigida ao presidente da província. As partes em negrito na citação foram destacadas pelo próprio jornal com o intuito de expor sua opinião de forma velada. Uma das críticas dirigida ao Sr. Pedro Correia era justamente o descaso com a instrução. Demissão de normalistas e perseguição a professores se transformavam em notícias rotineiras nas páginas da *Gazeta da Parahyba*. Que “profundos conhecimentos pedagógicos” eram esses que os editores fizeram questão de destacar? Quando o então presidente assumiu o governo, o *Jornal da Parahyba* fez uma retrospectiva da sua trajetória de vida e não encontramos vinculação com a instrução. Ao afirmar que “foi uma verdadeira preleção de mestre a mestre” devemos interpretar esses escritos com uma ironia a sua suposta falta de preparo para lidar com as questões educacionais.

Alguns professores, segundo relato do jornal, foram demitidos dos seus cargos principalmente por pertencerem ou por demonstrarem simpatia pelo Partido Liberal. A *Gazeta da Parahyba* alerta de forma sutil o Sr. Brazilino para possíveis perseguições ou punições. Isso fica colocado nesse trecho: “O sr. Brazilino se acautelle, pois da outra vez pode haver aplicação de bolos, embora este castigo esteja abolido”. O termo “bolo” se refere à utilização da palmatória, instrumento de disciplinarização que já não era mais condenado formalmente, mas que na prática continuava a ser utilizado nas escolas.

Percebemos, portanto, que os ataques eram realizados de forma direta, mas em alguns momentos eram dirigidos de forma mais sutil e carregados de mensagens nas entrelinhas. A ironia muitas vezes era a arma e ditava a construção dos textos. Ainda sobre a demissão do Dr. Eugenio, temos:

Politicamente fallando, o acto “mais acertado e louvavel” do Presidente da Província foi a demissão do Dr. Eugenio Toscano de Brito dos cargos de lente de pedagogia e diretor do Externato Normal. O Sr. Eugenio é liberal e alem deste grande crime é redator da “Gazeta da Parahyba”. O Sr. Dr. Pedro Correia diz, sem reservas, que um liberal é um inimigo e, firmado n’este sentimento próprio, foi que decretou a demissão do Dr. Eugenio. (GAZETA DA PARAHYBA, 18 de setembro de 1888).

Destacamos de acordo com o jornal a forma pela qual a política interferia diretamente na organização da administração pública. O Sr. Eugenio não aparentava, pelos relatos dos seus partidários, ser um mau funcionário. Quando o Sr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha assume novamente a presidência da província um dos seus atos foi justamente contratá-lo novamente. Fato, inclusive, muito elogiado pela imprensa liberal.

Como já dissemos em momentos anteriores não era comum que as matérias fossem assinadas. No entanto, o próprio Dr. Eugenio Toscano de Brito descreve, de forma bem direta, os motivos que supostamente levaram a sua demissão, inclusive citando o *Jornal da Parahyba* como fonte:

Em seu n. 15 do corrente publicou o “Jornal da Parahyba” órgão official e órgão conservador, o seguinte sobre minha exoneração do cargo de diretor do externato normal [...] “Por acto da presidência de 12 do corrente foi exonerado dos cargos de director do externato normal e professor de pedagogia do mesmo estabelecimento o Sr. Dr. Eugenio Toscano de Brito. Sendo o primeiro d’aquelles cargos, do qual é dependente o segundo *ex-vi*, do regulamento da instrução publica, um logar de confiança politica por ser o de chefe d’uma repartição publica, S. Exc. O Sr. Presidente da Província entendeu convenientemente destituir aquelle funcionário” (GAZETA DA PARAHYBA, 19 de setembro de 1888).

3.4 *Arauto Parahybano* e a instrução dos libertos.

O *Arauto Parahybano* foi um periódico abolicionista com tendências liberais. Circulou durante o ano de 1888 travando importantes debates em relação ao ensino da população liberta, indicando a instrução como único meio viável para libertar o indivíduo da ignorância. Possuía uma postura similar ao *Diario da Parahyba* em alguns aspectos.

Este jornal seguiu o mesmo padrão da maioria dos folhetins da época, ou seja, possuiu uma existência temporalmente efêmera. Situado à Rua. Duque de Caxias n° 68. Circulou semanalmente em um formato de quatro páginas, sendo a última destinada aos anúncios. Em sua primeira fase, antes da abolição, ostentava na primeira página os dizeres: *Periodico Litterario, Noticioso e Abolicionista*. Após maio de 1888 mudou sua apresentação assumindo a postura de *Evolucionista, Literário e Noticioso*.

No editorial de 27 de maio de 1888, poucos dias após o fim da escravidão, o *Arauto Parahybano* começou a propor novos debates, tendo em vista que sua orientação abolicionista precisava assumir outro discurso e buscar novas demandas. Nesse aspecto, destacamos os editoriais que tratam sobre a instrução da população liberta, tendo em vista que este foi o foco da grande maioria dos textos escritos pós 13 de maio de 1888.

Naquele “novo” momento a postura foi a de propor outros melhoramentos para o “engrandecimento da pátria”. Percebemos que o jornal se mostrava otimista com o futuro da nação, no entanto, indicava que o debate abolicionista deveria prosseguir mesmo sem a existência do elemento servil. Desse modo:

Em nossa opinião o abolicionismo, como propaganda, terá de permanecer ainda por muito tempo entre nós, porque, como já tivemos ocasião de dizer, sem nenhum mérito ficaria elle se sua acção terminasse com a liberdade individual do cidadão sem curar também de liberta-lhe o espírito. (ARAUTO PARAHYBANO, 27 de maio de 1888).

Percebemos que a liberdade assumiu um sentido mais amplo no editorial, para tanto, o indivíduo só poderia ser de fato livre a partir do momento que deixasse a ignorância do espírito. O termo “abolicionismo” começou a assumir várias facetas e foi pauta de vários editoriais desse jornal. É interessante notar que surgiram temas como progresso e modernidade, antevendo o regime republicano que estava em vias de ser instituído.

No início desse capítulo indicamos que após 13 de maio o jornal alterou o título da sua descrição na primeira página e próprio *Arauto Parahybano* se encarrega de explicar o motivo:

Como, porem, tenhamos de, na qualidade de imprensa livre, acompanhar a marcha ascendente do progresso da sociedade moderna, e a palavra *abolicionismo* pela significação restrita em que tem sido tomada já não seja bastante eloquente para exprimir o alevantamento das idéias, que estão a germinasse no cerebro da nação, idéia que se terão em breve de impor aos altos poderes do estado, que não poderão deixar de abraçalas e executal-as, jugamos acertado substituir um dos diseres característicos do jornal, que d'ora em diante será orgam evolucionista, litterario e noticioso. (ARAUTO PARAHYBANO, 27 de maio de 1888)

Apesar da mudança, o jornal indicou que não iria deixar velhas lutas de lado, afirmando que sempre lutaria contra o obscurantismo⁶⁸. Notamos que o *Arauto Parahybano* se aproximou do *Jornal da Parahyba* em algumas demandas, tendo em vista que também foi um defensor da educação popular. Proporcionar esta educação para o povo era trazê-lo à razão.

Após superar, nos dizeres do editorial, o “predomínio do homem sobre o homem” o Brasil deveria investir na instrução. Nesse sentido, a Província da Parahyba do Norte necessitaria colocar a instrução como pauta principal de investimentos, tendo em vista seu caráter de grande importância para o desenvolvimento da nação. Notamos também que a ignorância aparecia atrelada em muitos momentos com a prática de crimes, algo que já destacamos em alguns editoriais do *Jornal da Parahyba* e que encontramos nas páginas do *Arauto Parahybano*. Temos, portanto: “Os efeitos da liberdade sem instrução serão nulos, e para que o homem livre não se atire aos braços do crime cumpre esclarecer-lhe o espírito. Na campanha das evoluções que se vão levantar o Brazil o Arauto Parahybano procurará cumprir o seo dever”. (ARAUTO PARAHYBANO, 27 de maio de 1888).

No dia 03 de junho de 1888 foi divulgado outro editorial que continuou o debate travado no texto do mês anterior, inclusive assumindo o mesmo nome: “Depois da Abolição”. O jornal não poupou adjetivos negativos para caracterizar a escravidão, exaltando a lei que instituiu o seu término. Esse evento foi tido como prova de caridade e humanidade, aparecendo o caráter religioso.

A partir de então o povo brasileiro já poderia olhar sem reservas para as nações civilizadas, tendo em vista que a sociedade já não mais compactuava com o elemento servil. Portanto, era dever do Estado instruir e proporcionar meios para que a população, ou seja, os

⁶⁸ Não fica claro no texto o que seria de fato esse obscurantismo.

libertos tivessem acesso à instrução. Nesse ponto, retorna a ideia de que a educação serviria para afastar a população da prática de crimes. Sobre este aspecto, temos:

Se as auctoridades superiores não tomarem no devido alcance e valor a educação dos ingenuos, entregues a si mesmos, aos instinctos corruptores, aos vícios de que se acham contaminados, a bem assim as medidas repressivas da ociosidade em que, muito antes da decretação da lei, jaziam muitos cidadãos, e hoje naturalmente avultadas aquella alluvião com a emancipação total procurarão tirar os meios de subsistência do trabalho já posto em prática, a gatunagem e os assaltos a propriedade alheia!.. (ARAUTO PARAHYBANO, 27 de maio de 1888).

Sobre a criminalidade o próprio jornal citou o exemplo do Bairro Alto da capital, onde existia a necessidade da população local organizar uma polícia secreta para proteger suas posses, seguindo o exemplo de outras localidades. Percebemos a preocupação dos editores com a questão da segurança pública e manutenção da ordem. Instruir essa população significava, naquele momento, proteger a sociedade da criminalidade e trazer a ordem para a província.

A educação aparece como elemento regenerador, responsável em promover o bem não só do indivíduo, mas da sociedade como um todo. Era sua função guiar os homens para o caminho da honestidade, da honra e do bem estar. A liberdade em excesso é nociva, pois o homem necessitava ingressar no trabalho honesto e lícito. O *Arauto Parahybano* cobrou investimentos e uma maior atenção do governo neste ponto.

No dia 12 de junho de 1888, temos a publicação do editorial intitulado: “O que nos falta”. Algo que fica nas entrelinhas do editorial é que instruir a população liberta, além de contribuir para o melhoramento individual, proteger a sociedade como um todo. Percebemos que o medo do Brasil se tornar um novo Haiti ainda estava presente o que nos dá a medida dos princípios liberais, ou seja, contenção da violência pela instrução. Acompanhemos o trecho abaixo:

Ainda bem que o ex-escravo brasileiro, ou por circumstancias especiais que escapam a nossa apreciação, de sua organização physica, ou pela influencia do clima pode muito sobre a natureza do individuo, não é um homem refratario aos bons princípios da sociedade, porque do contrario, podemos dizel-o, o Brazil a esta hora estaria sob **a imminencia de um perigo enorme, impossível de remover, pois, contra o levantamento de uma raça inteira, sedenta de vingança para os crimes contra ella praticados na lugubre senzala, não haveria força a oppor!** (ARAUTOPARAHYBANO, 12 de junho de 1888, grifos nossos).

A lei de 13 de maio foi apenas o começo para a causa abolicionista, tendo em vista que um longo caminho para liberdade ainda precisaria ser percorrido. Os meios para prover os melhoramentos necessários para a sociedade era a educação, no entanto, o jornal destacava o estado de precariedade que a mesma se encontrava.

A instrução que o *Arauto Parahybano* propunha como capaz de trazer a verdadeira liberdade à população já fazia parte da estratégia dos cativos, desde antes da Lei Áurea. Silva (2000) fala das *experiências de liberdade* que os então escravos procuraram vivenciar no cativeiro. Utilizavam-se, portanto, das mais diversas estratégias disponíveis para a criação de uma *liberdade*, vivenciada pelo trabalho fora dos olhares dos seus donos e muitas vezes proporcionada pelo acesso à instrução, notadamente a de primeiras letras. Para a referida autora: “Aprender a ler e escrever, enfim, podia permitir aos escravos africanos e crioulos (escravos brasileiros) passarem como libertos ou exercerem ofícios que os aproximassem da experiência da liberdade” (SILVA, 2000, p.112). Desse modo, notamos que o acesso às primeiras letras poderia significar, senão a liberdade literal, mas pelo menos a relacionada à ignorância. No período de escrita do editorial apesar da realidade ser outra as demandas, nos parecem ser as mesmas.

Algo que merece ser destacado e que só depois de 1888 é que aparece de forma explícita no texto, foi à definição de educação para o *Arauto Parahybano*. Para o jornal, a educação não deveria ser resumida em lições de primeiras letras⁶⁹, mas se caracterizaria pela formação do cidadão, do caráter, do amor à pátria e do conjunto de características que os tornariam úteis à sociedade.

Para tanto, seria dever do governo promover essas mudanças, pois segundo o editorial a iniciativa privada seria nula neste sentido. Uma nova reforma no ensino foi sugerida, mas deveria ser iniciada pela base. Segundo o jornal:

Urge reformar o ensino público, e reformal-o pela base, expurgando-o dos vícios organicos e preparando bons professores; porquanto os que possuimos, com poucas excepções, são os primeiros a ignorar aquillo mesmo que mais deveriam saber. Uma reforma n’esse sentido é que falta a nós, que nascemos livres, e aos nossos irmãos que foram escravizados. (ARAUTOPARAHYBANO, 12 de junho de 1888).

⁶⁹ O jornal se refere textualmente as lições de A, B e C e ao ato de decorar as regras gramaticais como exemplo.

Paramos por aqui anunciando a conclusão desse capítulo. Indicamos os principais temas tratados na imprensa liberal na década de 1880. Sabemos que outros jornais com essas características também circularam no recorte temporal a que nos propusemos, entretanto, não sobreviveram ao teste do tempo. Os temas tratados pelos jornais liberais *O Publicador*, *O Diario da Parahyba*, *Gazeta da Parahyba* e *o Arauto Parahybano*, aqui trabalhados, coincidiram em termos de postura ao jornal de cunho conservador, *Jornal da Parahyba*, no que diz respeito aos seguintes temas ligados a instrução primária. No entanto, destoam nos assuntos referentes ao ensino secundário e na libertação dos escravos e sua necessidade de instrução.

4. Considerações finais

Os estudos sobre o século XIX vêm ganhando espaço no campo da História da Educação Brasileira e têm se intensificado na última década. Consideramos os anos que compreendem o intervalo de 1822-1889 como potencialmente riquíssimos para nossa história instrucional/educacional. Algumas discussões que são recorrentes na contemporaneidade surgiram como demandas desse período. Nossa dissertação se inseriu no esforço de contemplar a temática da instrução na Província da Parahyba do Norte por meio dos textos jornalísticos da segunda metade do século XIX.

O nosso objetivo foi o de estudar os aspectos da cultura educacional e também das culturas políticas presentes nos editoriais escritos e divulgados na imprensa da Província da Parahyba do Norte. Os jornalistas utilizaram esse meio para expor suas ideias, propagar suas posições políticas e fazer oposição às autoridades locais e central localizada no Município da Corte no Rio de Janeiro.

Os objetivos específicos do nosso trabalho foram aglutinados em capítulos, dispostos de forma a apresentar a ordem dos temas que foram abordados. Em um primeiro momento, buscamos expor nossa trajetória acadêmica com o intuito de delimitar nosso *lugar social* como produtores de conhecimento. Em um segundo movimento buscamos trabalhar o *Jornal da Parahyba* e seus textos sobre a instrução, considerando-o como grande expoente do Partido Conservador. Para concluir, discorremos sobre os editoriais dos jornais *Diario da Parayba*, *Arauto Parahybano*, *Gazeta da Parahyba* e *O Publicador*, que para o nosso estudo foram a base para propormos as discussões sobre o Partido Liberal e suas propostas para a instrução paraibana.

Para a escrita dos capítulos utilizamos a imprensa como base e, em alguns momentos específicos, quando julgamos necessário, fizemos uso dos relatórios dos presidentes de província e de regulamentos e leis do período. No entanto, como foi possível observar, nosso trabalho foi pautado nos temas propostos pelos editoriais. Consideramos esse material como a voz direta dos jornalistas para seu público, sem compromisso com a imparcialidade. Através desses textos tivemos contato com as proposições dos partidos políticos em relação a diversos assuntos, nos interessando a instrução/educação.

O leitor atento percebeu que ao longo do nosso trabalho foi recorrente o uso dos termos instrução e educação. No século XIX essas palavras possuíam significados distintos, mas na imprensa paraibana, notadamente nos últimos anos do período imperial, sua aplicação

não seguiu regras e modelos. Para a maioria dos jornalistas esses dois mundos se misturavam e tornavam-se sinônimos. Não existia uma delimitação e, em alguns casos, os editoriais traziam as duas palavras para indicar a mesma situação.

Não é possível inferir se essa atitude tinha somente motivação de cunho político partidário, mas destacamos que os homens letrados paraibanos tinham contato com o pensamento francês e estadunidense. O *Arauto Parahybano*⁷⁰, por exemplo, possuía um correspondente em Paris, fato que nos ajuda a propor que exista esse fluxo de ideias.

Apesar da diversidade de temas abordados gostaríamos de salientar que a Cultura Educacional foi o que direcionou nosso estudo. O jornal serviu como divulgador de ideias e propostas sobre a instrução. Segundo Miranda (2012; p. 140):

Em meio à diversidade de temas que circulavam nos jornais, a instrução ganhava destaque. O que pudemos apreender da leitura desses impressos foi que havia a ideia de que a instrução era o caminho mais apropriado para chegar a civilização. Seria por meio do contato com os conhecimentos científicos que o homem daria início ao seu processo de formação civilizacional.

Trazer a luz da civilização e tornar os indivíduos uteis a sociedade eram os objetivos de uma parte dos editoriais voltados para a instrução. Os temas propostos ao longo desse trabalho indicaram esse sentido, todavia, buscamos destacar que os assuntos políticos eram parte constitutiva dos temas instrucionais como no caso das demissões de professores, favorecimentos e realização dos concursos públicos.

No capítulo 2 reunimos o pensamento conservador exposto no *Jornal da Parahyba*, que desde a década de 1860 utilizava suas páginas para dar voz ao Partido Conservador paraibano, alterando períodos em que era protagonista ou coadjuvante na política local. Outras folhas conservadoras também possuíram algum destaque, no entanto, não foi possível dispor dessas fontes, tendo em vista o acesso restrito, precário ou inexistente das mesmas. Acreditamos que por se apresentar como “órgão do partido conservador”, ter circulado durante três décadas na província e ser de propriedade de Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, figura de relevância na política local, o *Jornal da Parahyba* nos ajudou a indicar as prioridades sobre a instrução proposta pelo partido.

O tema recorrente no início da década de 1880 foi o da instrução popular. O significado de “popular” no período foi algo de certa forma complexo de ser entendido. Em

⁷⁰ O corresponde internacional do *Arauto Parahybano* era o Sr. A. D’ Oliveira Costa. Essa informação estava presente na primeira página do jornal e acreditamos que servia como diferencial perante as outras publicações do período. No entanto, não encontramos informações de quem seria esse jornalista.

linhas gerais pudemos definir, com base nas fontes, que a instrução popular estava ligada ao ensino primário para as camadas pobres da população, excluindo os escravos. Afirmava-se que um homem sem instrução estaria sujeito à criminalidade, sendo considerado um problema para a sociedade ou ainda que instruir era um investimento importante não só para o indivíduo, mas tratava-se de um bem comum para todos.

De certa forma todas as discussões sobre a instrução presentes no *Jornal da Parahyba* convergiam para a instrução popular. Criação de cadeiras, contratação de professores, a Escola Normal, o ensino de primeiras letras, a civilização e o modelo ensino obrigatório proposto seriam o caminho para trazer a essa população o que delimitamos anteriormente como instrução popular. Tratava-se de um investimento útil a sociedade no geral e que deveria ser a prioridade da Província e seus recursos. O governo não deveria medir esforços para implementá-la.

No último capítulo buscamos apreender o que a imprensa liberal entendia sobre a instrução e suas propostas na área educacional. Procuramos equilibrar a quantidade de editoriais, selecionando os principais jornais do período. Não foi possível escolher apenas um, como fizemos no capítulo anterior, tendo em vista que isoladamente não cobriam o recorte proposto. Sendo assim, temos o *Diário da Parahyba* (1884-1885), *O Publicador* (1884-1886), *Arauto Parahybano* (1888) e a *Gazeta da Parahyba* (1888-1889). Cada com propostas e temas bem definidos.

O *Diário da Parahyba* assumiu uma postura abolicionista, como o próprio afirmava em seus editoriais. Dedicou-se também por defender a recriação do Colégio de Educandos para a Província, instituição que seria de grande importância para formação profissional e traria a instrução para as camadas mais pobres. Os textos jornalísticos lidos discorreram sobre a instrução pública primária e em menor grau apresentaram discussões em relação ao ensino secundário. Alguns de seus editoriais trataram de temas similares aos dos discutidos pelo *Jornal da Parahyba*. O que significa, em nosso entendimento, que havia pouca diferença no tratamento dos temas voltados para a instrução entre liberais e conservadores.

O Publicador circulou durante três décadas, mas no nosso recorte só foi possível localizar os anos de 1884 a 1886. Sua postura foi a de defender o ensino secundário e uma maior necessidade de investimento. Criticaram os exames preparatórios, a idoneidade do corpo docente em determinadas situações e o método de ensino. Situararam o ensino primário como alicerce do secundário, sendo uma das preocupações do jornal, o investimento naquilo que consideravam a base do ensino.

Os estudantes também foram indicados como causa dessa decadência. Pouco afeitos aos estudos, diziam os editoriais, acabavam por contribuir também para o estado supostamente precário do ensino secundário. A necessidade de melhorar o salário dos professores e a criação de cadeiras também deveria ser alvo de investimento por parte do governo provincial. Os editoriais expunham que a origem do problema possuía diversas razões interligadas, sendo necessária uma ação direta do governo e se preocupavam em oferecer soluções.

O *Arauto Parahybano* destinou seus editoriais para tratar inicialmente da população escrava, tendo em vista que entrou em circulação antes de maio de 1888, quando passou a dedicar esforços aos assuntos dos indivíduos que após o fim oficial da escravidão passaram à condição de livres. Na perspectiva desse jornal a instrução seria o instrumento capaz de livrar essas pessoas das amarras da ignorância. Podemos dizer que o jornal buscava definir o que seria a “verdadeira liberdade”. Apenas a instrução seria capaz de quebrar as correntes da ignorância, incluindo a população ex-escrava nessa nova sociedade que estava em construção. Investir na instrução primária deveria ser a meta de qualquer governo, portanto, a Província da Parahyba do Norte não poderia ficar à margem desse processo.

Finalizamos com a *Gazeta da Parahyba*. Dos jornais utilizados no nosso trabalho este foi o que apresentou como maior clareza as disputas políticas na Província. Demissão do diretor da instrução pública, professores e perseguições foram os temas principais dos editoriais analisados, embora seja possível destacar que pontualmente outros assuntos também foram expostos. Por se tratar de uma publicação liberal tecia inúmeras críticas ao governo conservador, sempre evidenciando os possíveis deslizes da administração.

Buscamos ao longo desse trabalho debater a instrução e a relevância desse tema nos jornais. Os capítulos foram construídos no intuito de expor a forma pela qual os Partidos Conservador e Liberal tratavam a instrução e seus principais argumentos. Em alguns momentos possuíam visões opostas, em outras situações suas ideias eram bastante similares. Sendo assim, esperamos que esse trabalho contribua com o campo da história da educação e também sirva de ponto de partida para outros estudos.

5. Fontes

5.1 Periódicos

- *Arauto Parahybano*, ano 1888-1889, Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.
- *Jornal da Parahyba*, ano 1881-1887. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Ano 1888-1889, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- *Gazeta da Parahyba*, ano 1888-1889, Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.
- *Diario da Parahyba*, ano 1884, Fundação Casa de José Américo. Ano 1885, Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.
- *O Publicador*, ano 1884-1886, Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.
- *A Opinião*, ano 1877, Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.

5.2 Relatórios dos Presidentes de Província

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província da Parahyba em 21 de Setembro de 1881 pelo Presidente Dr. Justino Ferreira Carneiro. Parahyba do Norte, Typ. do "Liberal Paraibano," 1882.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José Ayres do Nascimento abriu a Assembléa Legislativa Provincial desta Província no dia 1 de Agosto de 1884 e officio com que passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Antonio Sabino do Monte. Parahyba, Typ. Liberal, 1884.

PARAHYBA DO NORTE. Falla com que o exm. Sr. Dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira, Presidente da Província, abriu a primeira sessão da 26.^a Legislatura da Assembléa Provincial da Parahyba em 1 de Agosto de 1886. Parahyba do Norte, Typ. Liberal, 1886.

6. Referências

- ABREU, Martha. Instrução. In: VAINFAS, Ronaldo (dir). *Dicionário do Brasil Imperial (1822 – 1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2002.
- AMADO, Tina et al. Para uma avaliação dos periódicos brasileiros de Educação. *Avaliação e perspectivas na área de educação: 1982-1991*. Porto Alegre, Anped. pp. 201 – 215. 1993.
- AMORIM, Simone Silveira. *Configuração do trabalho docente e a instrução primária em Sergipe no século XIX (1827 – 1889)*. Tese de doutoramento. São Cristóvão – SE. 2012.
- ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do Moderno na Paraíba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e Outras Conquistas Materiais e Simbólicas (1880-1925). In: Ó, Alarcon Agra do, et alli. *A Paraíba no Império e na República: Estudos de História Social e Cultural*. 3º ed. João Pessoa: Idéia, 2005.
- ARAÚJO, Fátima. *Paraíba: Imprensa e vida*. João Pessoa. 2ªed. 1986.
- ARAÚJO, José Carlos de Souza; CARVALHO, Carlos Henriques de; NETO, Wenceslau Gonçalves. Discutindo a história da educação: A imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia – MG, 1930 – 1950). In: ARAÚJO, José Carlos de Souza; GATTI JÚNIOR, Décio. *Novos Temas em História da Educação Brasileira: Instituições Escolares e Educação na Imprensa*. Campinas – SP: Autores Associados; Edufu, 2002.
- ARAÚJO, José Carlos de Souza. Um capítulo da veiculação da discussão educacional na imprensa do Triângulo Mineiro: A Revista Escola (1920 – 1921). In: ARAÚJO, José Carlos de Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (orgs). *Novos Temas em História da Educação Brasileira: Instituições Escolares e Educação na Imprensa*. Campinas – SP: Autores Associados; Edufu, 2002.
- ARAÚJO, Rose Mary da Silva. *Escola Normal na Paraíba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX*. Tese de Doutorado. UFPB. 2010.
- BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (org). *Pequeno dicionário dos escritores / jornalistas da Paraíba do século XIX*: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand. João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaiseifolhetins/>.
- _____. *Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.
- BARROSO, José Liberato. *Instrução Pública no Brasil*. Rio de Janeiro, B. L. Garnier Edictor. 1867.
- BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831 - 1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricador. *O Brasil imperial volume II – 1831 – 1870*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

BASTOS, Aureliano Cândido de Tavares. *A Província*. Edição Facsimilar. Brasília: Senado Federal, 1996 [1870].

BASTOS, Maria Helena Camara. *O novo e o nacional em revista: A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939 – 1942)*. Tese de doutoramento. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo – SP. 1994.

_____. Espelho de Papel: A imprensa e a história da educação. In: ARAUJO, José Carlos de Souza; GATTI JÚNIOR, Décio. *Novos Temas em História da Educação Brasileira: Instituições Escolares e Educação na Imprensa*. Campinas – SP: Autores Associados; Edufu, 2002.

BUFFA, Ester. Os conflitos ideológicos ocorridos durante a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases e a participação da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, vol. 65, n.150, pp. 301 – 313. 1984.

CARDOSO, Fernando Henrique et al. *História Geral de Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico*, vol.4. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 8º ed. 2004.

CASTRO, Amélia Domingues de. A didática na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: Um percurso de quatro décadas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, vol. 65, n.150, pp.. 291-300. 1984.

CATANI, Denice Barbara. *Educadores à meia-luz; um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902 c 1919)*. Tese de doutoramento. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1989.

_____. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, vol.10, n. 20, pp. 115-130. 1996.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2008.

CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 3ª ed. 1998.

CHIZZOTTI, Antonio. Avaliação & perspectiva da pesquisa através das publicações em periódicos. *Avaliações e perspectivas na área de educação: 1982 – 1991*. Porto Alegre, Anped, pp. 217 – 227. 1993.

CUNHA, Marcus Vinicius da. *A escola renovada e a desqualificação da família (1944 – 1960)*. Comunicação apresentada na 20ª Reunião Anual da Anped (mimeo.). 1997.

DOLHNIKOFF, Miriam *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana Gonçalves. História da Educação no Brasil: A constituição histórica do campo (1880 – 1970). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH / Humanitas Publicações, vol.23, nº 45, 2003.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX: uma introdução. In: *Novos temas em história da educação brasileira*. ARAUJO, José Carlos de Souza; JÚNIOR, Décio Gatti. Campinas: Autores Associados. EDUFU, 2002. pp. 133-150.

_____. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez. 2007.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. *Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884)*. Tese de Doutorado. UFPB. 2012.

GANDINI, Raquel. *Intelectuais, Estado e educação*: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1944 – 1952, Campinas, Ed. da Unicamp. 1995.

GOMES, Jandynéa de Paula Carvalho. “A profissionalização dos professores na Parahyba do Norte (1834-1889)”. In: FERRONATO, Cristiano & PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira (orgs). *Temas sobre a instrução no Brasil imperial*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008.

GONDRA, José Gonçalves. *Ecossistema da República: ciclo de vida e doutrina médica da* Revista Pedagógica. Comunicação apresentada na 20ª Reunião Anual da Anped (mimeo.). 1997.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro – Editora da UFRJ. 1997.

LEAL, José. A imprensa na Paraíba. João Pessoa: A União. 1962.

LEMBRUGER, Márcio Silveira. *A educação na* Revista do Clube Militar de 1946 a 1964. Comunicação apresentada na 19ª Reunião Anual da Anped (mimeo.). 1996.

LIMA, Guaraciane Mendonça de. *O Collégio de Educandos Artífices (1865-1874): a infância desvalida da Parahyba do Norte*. Dissertação de Mestrado. PPGH/UFPB. 2008.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, Eduardo. *Primeiro jornal paraibano: apontamentos históricos*. João Pessoa: A União, 1976.

_____. *Tipografia do Beco da Misericórdia*. João Pessoa: A União. 1978.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São Paulo: Hucitec, 2004.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. (1997). *A experiência do CBPE nos anos de 50 e 60: um projeto de Anísio Teixeira*. Comunicação apresentada na 20ª Reunião Anual da Anped (mimeo.) 1997.

MIRANDA, Itacyara Viana. *Instrução, disciplina e civilização: uma perspectiva de leitura acerca das aulas públicas e particulares na Parahyba do Norte (1860-1889)*. Dissertação de Mestrado. UFPB. 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In. _____. *Culturas políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte, MG. Argymentvm Editora. 2009.

NERY, Ana Clara B. *A Revista Escolar e o movimento de renovação em São Paulo*. Dissertação. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 1993.

OLIVEIRA, Thais Baptista Carvalho de. *O acendrado civismo, a esmeralda ordem e a perfeita disciplina: lições da Escola Superior de Guerra (1954 – 1960)*. Comunicação apresentada na 19ª Reunião Anual da Anped (mimeo.). 1996.

OLIVEIRA, Antônio de Almeida. *O Ensino Público*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação para adultos*. 2d. São Paulo-SP, Loyola, 1983.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Da era das cadeiras isoladas à era dos Grupos Escolares na Paraíba*. Campinas – SP. Autores Associados. 2002.

_____. Instrução e cultura escolar: considerações sobre cultura educacional no oitocentos. In. CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja. *Múltiplas visões: cultura histórica no oitocentos*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB. 2009.

_____. *A discussão sobre a obrigatoriedade do ensino no século XIX e a contribuição de Manuel Tavares Cavalcanti nos anos de 1920 e 1921*. Digitado. 2012.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler. *Leis e Regulamentos da instrução da Paraíba no período Imperial*. Brasília/DF: MEC/INEP/SBHE, 2004.

ROSAS, Paulo. A psicologia na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, vol. 65, n. 150. pp. 314 – 335. 1984.

SAVIANI, Demerval. A filosofia da educação no Brasil e sua veiculação pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, vol. 65, n. 150. pp. 273 - 290. 1984.

SENA, Fabiana. As cartas sobre a instrução pública nos jornais paraibanos do império. In. CURY, Cláudia Engler; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Histórias da Educação da Paraíba: Rememorar e Comemorar*. João Pessoa – PB. Editora Universitária UFPB. 2012.

SILVA, Adriana P. da. *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*. Brasília: Plano, 2000.

SOUZA, Josefa Elina. *A instrução pública brasileira nos panfletos de Tavares Bastos (1861-1873)*. Revista HistedBr On-line. nº 37. 2010. a.

SOUZA, Thiago Oliveira de. *A Instrução paraibana contada através dos impressos jornalísticos do século XIX (1858-1889)*. Monografia. UFPB: 2010. b.

TEIXEIRA, Mariana Marques. *Um olhar sobre a configuração da profissão docente na Parahyba oitocentista (1822-1864)*. Monografia. João Pessoa:DH/ UFPB. 2009.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A Casa e os Seus Mestres: A Educação Doméstica como uma prática de Elites no Brasil do Oitocentos*. Tese em Educação. Puc-Rio. Rio de Janeiro, 2004.

VIDAL, Diana Gonçalves & CAMARGO, Marilena Jorge Guedes de. A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, vol. 73, n. 175. pp. 407 - 430. 1992.

Anexos

Anexo I

Jornais paraibanos consultados (1826-1889)⁷¹

Nº	Jornal	Nome e/ou localização da Tipografia	Descrição do Jornal ou filiação partidária	Periodicidade	Ano/Década
1	Gazeta do Governo da Parahyba do Norte	X	X	X	1826
2	O Republico	Tipografia Municipal	X	X	1832
3	O Raio da Verdade	Typografia Parahybana	X	X	1833
4	O Reformista	Rua. Nova nº 70 / Rua. da Areia 15 (Typografia F. T. de Brito e Companhia)	Jornal Politico, Literario e Commercial	Sairá quando for possível	1849/1850
5	Alva	Rua. Direita nº 8	Jornal Litterario	X	1850
6	O Governista Parahybano	X	Follha Official, Politica e Litteraria	Todos os Sábados	1850/1851
7	A Imprensa	Rua. da Baixa nº 44 (Typographia	Jornal Político, Litterario, e Noticioso.	Publicado aos sábados	1858/59

⁷¹ Quadro construído com informações coletadas do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, Fundação Casa de José Américo, Biblioteca Nacional, Fundaj e do Projeto Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19. Este quadro contém apenas os jornais que foram consultados. O “x” no quadro significa ausência de informações.

		Parahybana)			
8	O Imparcial	Rua. Direita nº 6	Jornal Político, Litterario e Noticioso.	Publicado duas vezes na semana	1861
9	A Regeneração	Rua. da Baixa nº 44 (Typographia Parahybana)	Jornal Político, Litterario, Noticioso e Commercial	Publica-se nas quartas-feiras e sábados	1861/1862
10	Diario da Parahyba	X	X	X	1862
11	O Tempo	X	X	Publica-se nas segundas e quintas	1865
12	O Despertador	Rua. Nova nº 7 / Typografia José. J. Lopes Junior	Jornal Político, Litterario e Noticiador	Publicado duas vezes na semana	1860/70/80
13	Jornal da Parahyba	Rua. Visconde de Pelotas nº 10 (Typographia Parahybana)	Orgao do Partido Conservador	Publicado duas vezes na semana	1860/70/80
14	O Publicador	Rua da Misericordia de 9A	Jornal Liberal	Inicialmente diário.	1860/70/80
15	A Esperança	Rua. da Matriz nº 16 / Rua. da Alagoa nº 18	Jornal Noticioso. Recreativo e Joceseiro / Jornal Litterario,	Publica-se aos domingos na	1860/70/80

			Recreativo e Noticioso / Periodico Litterario e Noticioso	década de 1860 e duas vezes ao mês na década de 1880.	
16	Echo Escolastico	Rua. Duque de Caxias, nº 45	Periodico Scientifico, Litterario e Noticioso	Duas ou mais vezes por mês.	1877
17	A Opinião	Rua. Marquez do Herval nº 32	Orgao do Partido Liberal: Dirigido pelo Directorio	Publicado duas vezes na semana	1877
18	A União Liberal	Rua Duque de Caxias nº 85 (Typ. Liberal Parahybana)	Jornal Liberal	Três vezes por semana	1879
19	O Norte	Rua. Barão da Passagem nº 120	Periodico Litterario, Recreativo, Commercial e Noticioso. Orgao do Clube Litterario Recreativo.	X	1882
20	A Parahyba	Rua Duque de Caxias nº 85	Orgao do Partido Liberal: Sob a dircção do centro liberal.	X	1880-1883
21	O Liberal Parahybano	Rua. Duque de Caxias nº 68	Orgao do Partido Liberal / Orgao do Partido Liberal: Sob a direcção da commissão central.	Três vezes por semana / Semanal	1879/83/84/89
22	O Porvir	Rua. do Carmo nº 30	Periodico Litterario e Noticioso	Duas vezes ao mês	1883

23	Diario da Parahyba	Rua. da Viração n.º 11	Orgao de todas as classes	X	1884-1888
24	O Sorriso	Rua. Duque de Caxias n.º 68	Jornal Litterario e Noticioso	Semanal	1886-1887
25	Arauto Parahybano	Rua. Duque de Caxias n.º 68	Periodico Litterario, Noticioso e Abolicionista. / Evolucionista, Literário e Noticioso.	Semanal	1880
26	Gazeta da Parahyba	Rua da Misericordia de 9ª	Jornal Liberal	Diário	1888-1889
27	Gazeta do Sertão	Praça Municipal n.º 24	Orgão Democrata	Publicação Semanal	1888-1889

Jornais que circularam na província da Parahyba do Norte no período imperial⁷²

Nº	Jornal	Nome e/ou localização da Tipografia	Descrição do Jornal ou filiação partidária	Periodicidade	Ano/Década
1	Gazeta do Governo da Parahyba do Norte	X	X	X	1826
2	Gazeta Paraibana	X	X	X	1828
3	O Republico	Tipografia Municipal	X	X	1832
4	O Raio da Verdade	Typografia Parahybana	X	X	1833
5	O Publicador Parahybano	X	X	X	1833
6	O Parahybano	X	X	X	1835
7	O Constitucional Parahybano	X	X	X	1838-1841
8	O Tapuya	X	X	X	Década de 1840/1850
9	O Investigador	X	X	X	Década de 1840/1850
10	O Espreitor	X	X	X	Década de 1840/1850
11	O Verdadeiro Monarchista	Rua. das Trincheiras, nº	X	X	1841

⁷² Quadro com os jornais que circularam na província da Parahyba do Norte no período imperial. As informações são provenientes dos acervos citados anteriormente, de bibliografia de apoio ou foram referidos em matérias dos próprios jornais.

		47			
12	Correio Oficial Parahybano	X	X	X	1849
13	O Reformista	Rua. Nova nº 70 / Rua. da Areia 15 (Typografia F. T. de Brito e Companhia)	Jornal Politico, Literario e Commercial	Sairá quando for possível	1849/1850
14	Alva	Rua. Direita nº 8	Jornal Litterario	X	1850
15	O Governista Parahybano	X	Follha Official, Politica e Litteraria	Todos os Sábados	1850/1851
16	A Ordem	X	Jornal Politico, Litterario e Critico	Uma vez por semana	1851
17	Argos Parahybano	Rua. da Areia 15 (Typografia F. T. de Brito e Companhia)	Jorna Politico, Litterario e Commercial	Sairá quando for possível	1853/54
18	A Matraca	X	X	X	1854
19	O Parahybano	X	Periódico Litterario, Noticiador e Per Accidens Politico	Sairá quando for possível	1855
20	A EPOCH	Rua. Direita nº 20	Jornal Noticioso e Litterario	Duas vezes por semana	1856
21	O Prometheu	X	X	X	1856
22	A Imprensa	Rua. da Baixa nº 44 (Typographia Parahybana)	Jornal Político, Litterario, e Noticioso.	Publicado aos sábados	1858/59

23	A Borboleta	Rua. Direita nº 102	Jornal Recreativo, Jovial e Poético	Todos os domingos	1860
24	A Estrella	X	Periodico Recreativo e Critico	X	1860
25	O Foguete	Typografia Litteraria Parahybana	Periódico Critico, Litterario e Noticioso.	Sairá quando for possível	1860
26	O Heliotropio	Rua. Direita nº 102	Periodico Recreativo	Semanal	1861
27	O Imparcial	Rua. Direita nº 6	Jornal Político, Litterario e Noticioso.	Publicado duas vezes na semana	1861
28	A Regeneração	Rua. da Baixa nº 44 (Typographia Parahybana)	Jornal Político, Litterario, Noticioso e Commercial	Publica-se nas quartas-feiras e sábados	1861/1862
29	A Giromancia	X	X	X	1862
30	Diario da Parahyba	X	X	X	1862
31	Echo Parahybano	X	X	X	1862/1863
32	O Conservador Parahybano	X	X	X	1862
33	O Amor Perfeito	X	X	X	1862
34	O Commercial	X	X	X	1862/1863
35	O Tempo	X	X	Publica-se nas segundas e quintas	1865
36	A Fraternidade Artistica	X	X	X	1866

37	O Yetim	X	X	X	1866/1872
38	Academico Parahybano	Rua. do Crespo nº 20	X	Duas vezes por semana	1866
39	O Solicito		X		1867
40	O Voluntário da Pátria		X		1869
41	O Despertador	Rua. Nova nº 7 / Typografia José. J. Lopes Junior	Jornal Político, Litterario e Noticiador	Publicado duas vezes na semana	1860/70/80
42	Jornal da Parahyba	Rua. Visconde de Pelotas nº 10 (Typographia Parahybana)	Orgao do Partido Conservador	Publicado duas vezes na semana	1860/70/80
43	O Publicador	Rua da Misericordia de 9A	Jornal Liberal	Inicialmente diário.	1860/70/80
44	A Esperança	Rua. da Matriz nº 16 / Rua. da Alagoa nº 18	Jornal Noticioso. Recreativo e Jocoseiro / Jornal Litterario, Recreativo e Noticioso / Periodico Litterario e Noticioso	Publica-se aos domingos na década de 1860 e duas vezes ao mês na década de 1880.	1860/70/80
45	O Observador	X	X	X	Década de

					1870
46	O Oitibó	X	X	X	1871
47	O Bossuet da Jococa	X	X	X	1875
48	O Preludio	X	X	X	1875
49	Correio Noticioso	Rua. Conde D'Eu nº 150 / Rua. Conde D'Eu nº 146 (Typografia de J.J. da S. Braga)	X	X	1872-1877
50	O Conservador	Rua. Visconde de Pelotas nº 7	Orgão Constitucional e Catholico / Redator em chefe: Dr. Caetano Filgueiras.	Publicado aos sábados / Semanal	1875/77/1881
51	O Typographo	X	Periodico Critico e Noticiador	X	1876
52	Echo Escolastico	Rua. Duque de Caxias, nº 45	Periodico Scientifico, Litterario e Noticioso	Duas ou mais vezes por mês.	1877
53	O Liberal	X	X	X	1877
54	A Opinião	Rua. Marquez do Herval nº 32	Orgao do Partido Liberal: Dirigido pelo Directorio	Publicado duas vezes na semana	1877
55	A União Liberal	Rua Duque de Caxias nº 85 (Typ. Liberal Parahybana)	Jornal Liberal	Três vezes por semana	1879
56	O Norte	Rua. Barão da Passagem	Periodico Litterario, Recreativo,	X	1882

		nº 120	Commercial e Noticioso. Orgao do Clube Litterario Recreativo.		
57	O Artista	X	X	X	1880
58	O Ensaio Liteario	Rua. Duque de Caxias, nº 45 e nº 48	Periodico Scientifico, Litterario e Chronico	Três ou mais vezes por mês	1880
59	A Parahyba	Rua Duque de Caxias nº 85	Orgao do Partido Liberal: Sob a direcção do centro liberal.	X	1880-1883
60	O Liberal Parahybano	Rua. Duque de Caxias nº 68	Orgao do Partido Liberal / Orgao do Partido Liberal: Sob a direcção da comissão central.	Três vezes por semana / Semanal	1879/83/84/89
61	O Commercio	X	X	X	1882
62	O Brado Artistico	X	Critico e Noticioso	X	1883
63	O Século	X	X	X	1883
64	Echo Juvenil	X	X	X	1883
65	O Censor	X	Orgaos dos interesses públicos	X	1883
66	O Emancipador	X	Orgao da Emancipadora Parahybana	X	1883
67	O Mercantil	X	Orgao Especial do Commercio e Dedicado aos Interesses da Agricultura	X	1883
68	O Popular	X	Hebdomadario Critico, Litterario e Noticioso – Orgão do Povo /	X	1883/1884

			Periodico Critico, Litterario e Noticioso – Orgão do Povo		
69	O Porvir	Rua. do Carmo nº 30	Periodico Litterario e Noticioso	Duas vezes ao mês	1883
70	Diario da Parahyba	Rua. da Viração n.º 11	Orgao de todas as classes	X	1884-1888
71	A Verdade	X	Periodico Critico, Noticioso e Positivo.	X	1884
72	O Estudante	X	Periodico Litterario, Noticioso e Critico	X	1885
73	A Transcrição	X	X	X	1885
74	O Pelicano	X	X	X	1885
75	O Sorriso	Rua. Duque de Caxias nº 68	Jornal Litterario e Noticioso	Semanal	1886-1887
76	Educação	X	Orgao Escholastico	X	1887
77	O Independente	X	X	X	1887
78	O Monitor	Rua. Duque de Caxias nº 73	Orgao Conservador	Semanal (Quintas-feiras)	1887
79	Areiense	X	Orgão Evolucionista	Publica-se aos sábados	1888
80	Arauto Parahybano	Rua. Duque de Caxias nº 68	Periodico Litterario, Noticioso e Abolicionista. / Evolucionista,	Semanal	1880

			Literário e Noticioso.		
81	Verdade	X	Orgao Abolicionista e Noticioso	X	1888
82	O Cysne	X	Jornal Litterario e Noticioso	X	1889
83	Gazetinha	Praça Municipal nº 24	Periodico Recreativo	Publica-se aos domingos	1889
84	Gazeta da Parahyba	Rua da Misericordia de 9ª	Jornal Liberal	Diário	1888-1889
85	Gazeta do Sertão	Praça Municipal nº 24	Orgão Democrata	Publicação Semanal	1888-1889

Anexo II

Jornal da Parahyba — Editorial

Jornal da Parahyba.

27

posta do administrador dos correios, resolve exonerar, á pedido, Manoel Theotônio de Albuquerque, do cargo de agente do correio da villa de Pedras de Fogo.

— Igual nomeando para substituí-lo, D. Amélia Florinda Theotônia de Albuquerque.

Foram remetidas ao mesmo Sr. administrador, para os seus devidos.

Offício:

— Ao Sr. Dr. inspector do thesouro provincial.—Declaro a Vmc., em resposta ao seu offício de 12 do corrente mez, sob n. 439, que o autorizo a augmentar sob minha responsabilidade, com a quantia de 315280 reis, o credito consignado no § 1.º da verba—Instrução publica—da lei do orçamento vigente, sendo 226180 para ocorrer ao pagamento da despesa feita em mez de outubro ultimo, com a compra de objectos de expediente para o lyceu parahybano e 96100 reis para igual despesa em mez de novembro p. findo, visto achar-se esgotado o referido credito, conforme declara em o mencionado offício.

2.ª Secção.

PRESIDENCIA DA PROVINCIA

Offícios:

— Ao Sr. Dr. inspector do thesouro provincial.—Declaro a Vmc., em resposta ao seu offício de 5 do mez corrente, sob n. 431, que o autorizo a mandar augmentar, sob minha responsabilidade, nos termos de reg. n. 28 de 22 de dezembro de 1888, o credito do § 3.º da verba «presos e caducos» da lei do orçamento vigente, com a quantia de 3558400 reis, precisa para ocorrer ao pagamento dos vencimentos dos empregados da enfermaria da cadeia desta capital, relativos aos mezes de outubro e novembro ultimos, e ao fornecimento de medicamentos para a respectiva enfermaria, visto achar-se esgotado o mencionado credito, conforme demonstrar a contaria desta repartição.

— Deste modo fica satisfeita a solicitação contida em seu alludido offício.

— Ao mesmo.—Na conformidade da solicitação contida em seu offício de 14 do corrente, sob n. 437, e em vista da demonstração organizada pela contadoria desta repartição, autorizo Vmc. a mandar augmentar, sob minha responsabilidade, nos termos do reg. n. 28 de 22 de dezembro de 1888, o credito consignado no § 3.º da lei do orçamento vigente, com a quantia de 5542240 reis, para ocorrer as despesas demonstradas da rubrica «Quartéis» da verba força policial do corrente exercicio, visto achar-se esgotado o mencionado credito.

— Deste modo fica respondido o seu mencionado offício.

Dia 15

PRESIDENCIA DA PROVINCIA

Portaria:

— O presidente da provincia, usando da faculdade que lhe confere o art. 21 § 2.º do acto adicional á Constituição Política do Imperio, resolve prorogar a presente sessão extraordinaria da assembléa legislativa desta mesma provincia até 2.ª feira, 17 do corrente mez, inclusive.

Remetteu-se copia ao respectivo secretario, para ser presente a mesma assembléa.

Offícios:

— Ao Sr. inspector do thesouro provincial.—Declaro a Vmc., em resposta ao seu offício n. 445 de hoje datado, que o autorizo, conforme solicitação, a augmentar, sob minha responsabilidade, com a quantia de 1565800 reis, os creditos consignados nos §§ 4.º e 5.º do art. 3.º da lei do orçamento vigente, sendo para este 885700 e para aquelle 685100 reis, a fim de ocorrer ao pagamento da despesa feita em mez de novembro p. findo, em o expediente e assento da secretaria e sala de ordens desta presidencia, visto achar-se esgotados os creditos dos mencionados §§, como declara em o dito offício.

— Ao mesmo.—Em resposta ao seu offício de

14 do corrente mez, sob n. 442, declaro a Vmc., que aprovo, para os seus devidos, a arrecadação a que procedem nessa repartição em data de hontem, do imposto sobre razes abatidas para o consumo do municipio do Pilar, referente ao exercicio de 1889, pela quantia de 44105000 reis, devendo o dos de Mamanguá, pe, Conde, Pombal e os dos §§ 9.º, 10.º e 11.º do art. 17 da lei do orçamento vigente, em relação ao dito exercicio, ir novamento a praca no dia 21 (sexta feira), visto não terem apparecido licitantes para elles.

— Ao mesmo.—De posse de seu offício n. 435 de 10 do corrente mez, declaro a Vmc., em resposta, que o autorizo, sob minha responsabilidade, a augmentar com a quantia de 2445280 reis, o credito consignado no § 4.º do art. 2.º da lei provincial n. 845 de 6 de dezembro de 1887, para realizar o pagamento das despesas effectuadas em os mezes de outubro e novembro finaes, por conta da rubrica—Expediente e Movelas—da verba assembléa provincial, visto achar-se esgotado o referido credito, conforme declara em o mencionado offício.

— Ao mesmo.—Em resposta ao seu offício de 13 do corrente mez, sob n. 441, declaro a Vmc., que o autorizo a augmentar sob minha responsabilidade, com a quantia de 75140 r\$, o credito consignado no 2.º da verba—Instrução Publica—da lei n. 845 de 6 de dezembro de anno passado, a fim de poder ocorrer ao pagamento das despesas feitas com o expediente e assento do escriptorio normal, em o mez de novembro p. findo, visto ser insufficiente o referido credito, como declara em o mencionado offício.

2.ª Secção

PRESIDENCIA DA PROVINCIA

Portarias:

— O presidente da provincia resolve, na conformidade do art. 1.º § 1.º do dec. n. 3322 de 14 de julho de anno passado, nomear o cidadão Theodomiro Cordeiro da Cunha, habilitado em concurso, para servir vitaliciamente os officios de tabelião do publico, judicial e notas, e de escrivão do civil, crime, offício e annos do termo de S. João, crendos por Alvará de 2 de dezembro de 1780 e servidos por distribuição, em virtude do art. 2.º da lei provincial n. 660 de 5 de fevereiro de 1879. O nomeado deverá solicitar titulo de secretario do governo.

— O presidente da provincia, sobre proposta do Dr. chefe de policia, resolve exonerar o alferes do corpo policial Eneas Nomeriano da Rocha de cargo de delegado do termo do Teixeira.

— Igual exonerando o tenente do mesmo corpo, Daniel Raphael de Freitas do de delegado do termo de Patos.

— Igual nomeando o mesmo tenente para o de delegado daquelle termo.

— Igual exonerando, á pedido, Joaquim Guedes Gondim, de cargo de subdelegado de districto do Taipá.

— Igual nomeando para substituí-lo, o cidadão José Braz Pereira.

Foram remetidas ao Sr. Dr. chefe de policia, para os seus devidos.

Offícios:

— Ao Sr. inspector da thesauraria de fazenda.—O bacharel Olivio Marcelino Dias Tavares, promotor publico da comarca de Baruerama, entrou em data de hontem no gozo da licença que ultimamente obteve desta presidencia.

— O que fica constar a V. S., para os seus devidos.

— Ao Sr. commandante da escola de aprendizes marinhaes.—Declaro a Vmc., em resposta ao seu offício de 13 do corrente, sob n. 83, que fica designado o dia 17 do referido mez, as 11 horas do dia, a fim de se realizarem os exames dos alumnos dessa escola e o encerramento das respectivas aulas, conforme solicitação Vmc. em o mencionado offício.

— Ao Sr. commandante do corpo policial.—Espeço Vmc. suas ordens ao sentido de seguir para a cidade de Bananeiras, a fim de commandar o destacamento ali estacionado, e alferes Eneas Nomeriano da Rocha, que se acha na villa de Teixeira, conforme solicitação do Dr. chefe de policia em offício de hontem sob n. 491. Dada-se sciencia ao mesmo Sr. Dr. chefe de policia.

EXPEDIENTE DO SECRETARIO

2.ª Secção.

Offícios:

— Ao Sr. coronel commandante superior da guarda nacional da comarca de Arára.—O Esm. V. S., para seu conhecimento e fim devidos, que, attendendo ao que requereram José Gabriel de Vasconcellos Neto, Sinaldo Patricio da Costa e José Francisco Borges, nomeados por acto de 15 de setembro ultimo, o primeiro para o posto de tenente da 3.ª companhia, o segundo para o de capitão da 5.ª companhia e o terceiro para o de tenente da 7.ª, todos do 18.º batalhão de infantaria da guarda nacional dessa comarca, concedeu-lhes por despacho de 13 do corrente, prorrogação por 60 dias, do prazo marcado na lei, para solicitarem suas patentes e prestarem o devido juramento.

— Igual ao mesmo commandante superior com relação a Antonio Peregrino de Albuquerque Montenegro, nomeado na mesma data capitão da 1.ª companhia do 1.º esquadron de cavallaria do referido commendo, concedendo igual prorrogação.

EDITAL

De ordem de S. E. o Sr. presidente da provincia em faz publico para conhecimento das interessadas que, por av. de 2 do corrente mez, S. E. o Sr. Conde de Albuquerque e S. E. o Sr. Conde de Albuquerque e S. E. o Sr. Conde de Albuquerque, comunicam que Sua Magestade o Imperador, Concedendo-se por sua Imperial Resolução de 22 de dezembro proximo findo, com o parecer de consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado, houve por bem negar provimento ao recurso transmittido pelo Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, com aviso de 20 de novembro de 1886, interposto pela companhia da estrada de ferro—Cande d'Eu—do despacho do mesmo Esm. V. S., presidente, concedendo por alvará a Henrique Meili da Silva, uma parte de terreno de marinha (fronteiro ao armazem de carga do mesmo estrada de ferro) visto ter sido apresentado o referido recurso fora do prazo legal e achar-se o despacho recorrido no caso de ser confirmado.

Secretaria do governo da Parahyba, em 25 de janeiro de 1889.

O secretario.

Honorio Horacio de Figueiredo.

EDITAL

Por esta secretaria se faz publico de ordem de S. E. o Sr. presidente da provincia, e para conhecimento de quem interessar, o que fica prorrogado por sessenta (60) dias o prazo marcado no edital de 26 de novembro do anno proximo passado, no qual se declara que accepta-se a esta repartição propostas para ser contratada o abastecimento d'agua a esta capital, na conformidade da lei provincial n. 827 de 6 de outubro de 1886, visto não terem sido acceptes por deficientes as apresentadas ao prazo fixado no edital de 8 de junho de 1887.

Secretaria do governo da Parahyba, em 4 de janeiro de 1889.

O secretario.

Honorio Horacio de Figueiredo.

JORNAL DA PARAHYBA.

Parahyba, 30 de Janeiro.

Por affluencia de materia fomos forçados a interromper em nosso numero anterior a transcrição do importante discurso, que em defesa ao orçamento do ministério da guerra foi proferido na ultima sessão da camara temporaria pelo illustre representante deste 1.º districto, Exmt. Sr. Dr. Anyasio da Cunha.

Foi, pois, involuntariamente, que privamos os leitores do prazer de apreciar-nos em o aquella edição, sentindo não podermos na presente dar á estampa a parte restante, o que esperamos consignar no proximo numero.

Obelos da maior satisfação e justo desvanecimento por mais este triumpho parlamentar de nosso illustre conterraneo e prestimoso amigo, chamamos a attenção dos nossos correligionarios para a parte, que hoje publicamos.

DISCURSO PROFERIDO NA SESSÃO DE 27 DE JULHO DE 1888.

SEGUNDA DISCUSSÃO DO ORÇAMENTO DO MINISTERIO DA GUERRA.

— O Sr. CARNEIRO DA CUNHA:—Não receio o nobre deputado competencia da minha parte com o illustre general, nosso distincto collega e deputado pelo 4.º districto da provincia do Rio de Janeiro.

— O Sr. CASTRISTO:—Eu só quero ver a applicação.

— O Sr. CARNEIRO DA CUNHA:—Mais adiante virá a applicação; por ora consista em continuar a luctar. Os Astropes, em paz, serão formadas em brigada, em divisões e em corpos de exercito, pois que ellas o são assim na guerra, e é a unica maneira de obter-se uma boa instrução, uma mobilisação rapida, uma grande cohesão, um boa emprego das diversas aptidões, uma intelligente direcção das operações, muita ordem nos movimentos, e uma satisfação com pleia das necessidades.

— Sr. presidente, foi inspirado nestes principios, firmados por autoridades tão competentes, que acabo de citar, que o nobre ministro da guerra organizou as duas brigadas; no entanto o nobre deputado sustenta que as brigadas só devem servir para formaturas, paradas e procissões.

— O Sr. CASTRISTO:—Não disse proci

disse que para todos os movimentos de tropa.

— O Sr. CARNEIRO DA CUNHA:—Excluidas as procissões, ficam as formaturas, que o nobre deputado traduziu livremente a formação em tempo de paz, a que se refere Beaugé na parte citada.

— O Sr. CASTRISTO:—Isto é cousa muito differente. O que eu disse foi que a criação das brigadas era illegal, além de não ser conveniente.

— O Sr. CARNEIRO DA CUNHA:—Já demonstrei a legalidade e conveniencia da criação destas brigadas, cuja authorização se acha nas tabelas do orçamento vigente.

— O Sr. CASTRISTO:—A brigada para movimento de tropa.

— O Sr. CARNEIRO DA CUNHA:—Assim como para melhor disciplina, instrução e administração dos corpos.

— O Sr. CASTRISTO:—Mas não para estar fazendo guarda, dividida, sem unidade de acção.

— O Sr. THOMAS COELHO (ministro da guerra) dá um aparte.

— O Sr. CARNEIRO DA CUNHA:—O nobre deputado a quem respondo, ainda contou-me quando eu disse que o exercito francez era dividido em brigadas.

— O Sr. CASTRISTO:—Eu não podia contar tal cousa.

— O Sr. CARNEIRO DA CUNHA:—Pois bem; já que estamos de accordo neste ponto essencialissimo da questão, me permitto agora o nobre deputado que eu faça a applicação das citações referidas.

— Sr. presidente, diante de opiniões tão autorizadas na materia só teríamos de lamentar que esta medida não se estendesse a todos os corpos do exercito, porque desta forma ficaria melhor constituição e grupada a nossa força militar.

A instrução e a disciplina das tropas a sua administração ganhariam consideravelmento, a mobilisação far-se-hia com mais facilidade e rapidez. O soldado teria a vantagem de conhecer de mais perto os seus chefes, e assim manter-se a subordinação pelo respeito e hierarchia superior o pelo ascendente moral para poder convencer os seus subordinados a obter delles uma obediencia inteira e uma submissão de todos instantes.

Como relator Sr. presidente, na commissão de orçamento, lembrei a commissão da criação de tres divisões regionaes sob grandes commandos militares: sendo uma na fronteira do Rio Grande do Sul, outra nesta Orla e a terceira em Pernambuco, destacando-se a primeira em brigadas, batalhões ou companhias.

Anexo III

Aviso do ministro interino dos negócios do império

Eis o aviso, á que nos referimos. O publico e os homens illustrados, que lhe prestem a devida attenção.

« Illm. e Exm. Sr. — Sendo uma verdade reconhecida que só por meio de escolas-normaes se pôde conseguir um pessoal com a precisa idoneidade para desempenhar de modo condigno as importantes funcções do magisterio, motivo pelo qual todas as nações cultas teem procurado multiplicar e desenvolver os estabelecimentos d'este genero, convém que V. Exc. promova n'essa provincia, se á isso se não oppuzerem circumstancias especiaes, e segundo as respectivas condições financiaes, a criação de uma escola-normal, que, á bem da unidade da organização do ensino em todo o imperio, deverá cingir-se quanto possivel ao plano estabelecido no art. 9.º do decreto n. 7247 de 19 de abril de 1879.

« Empenhado em vêr dotadas com uma instituição de tão subido alcance as provincias que ainda não gosam dos seus beneficios, o governo, de accordo com o pensamento manifestado no art. 8.º § 5.º do citado decreto, prestará o indispensavel auxilio áquellas, que com os seus proprios recursos a não puderem fundar, se para este fim lhe forem concedidos pelo poder legislativo os meios necessarios, que solicitará.

« A alludida criação assegurará á essa provincia as vantagens das mesas de exames geraes de preparatorios, visto que, quando o governo julgar opportuno dar execução ao art. 12 do referido decreto, só poderão gosar de taes vantagens aquellas em que, não existindo ainda estabelecimentos em condições de obter a prerogativa do art. 8.º n. 7, do mesmo decreto, houver alguma escola-normal organizada de conformidade com as disposições do mencionado art. 9.º

« Do zelo de V. Exc. confia o governo que envidará os seus esforços no sentido indicado. »

Aos presidentes das outras provincias, — diz o mesmo Jornal d'onde extrahimos esse aviso —, onde já existem escolas-normaes, ordenou o ministerio do imperio que promovessem a alteração do plano de estudos d'aquelles estabelecimentos, de accordo com o art. 9.º do decreto n. 7247 de 19 de abril de 1879. A' todos elles ordenou igualmente que promovessem a fundação de uma bibliotheca e museu pedagogicos nas mesmas escolas-normaes.

Não sendo possivel no espaço d'este artigo emittirmos todas as nossas opiniões á respeito da importancia, que ligamos á materia deste aviso, aguardamo-nos para o seguinte.

Anexo IV

Projecto n. 9

A Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte

Decreta:

Art. 1º Fica o Presidente da Provincia autorizado a despende a quantia de quinze contos de réis (15:000\$000) com a aquisição e impressão da – Historia da Provincia da Parahyba – escripta pelo Dr. Maximiano Lopes Machado.

Art. 2º No contracto que a respeito fôr celebrado com o autor fará elle cessão á Provincia da propriedade da dita obra, ficando com tudo obrigado a fiscalizar as provas de sua impressão.

Art. 3º Revogão-se as disposições em contrario.

Paço d'Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, em 4 de Novembro de 1887 – *Amaro Gomes Carneiro Beltrão*, presidente. – *José Campello d'Albuquerque Galvão*. 1º secretario. – *Graciliano Fontino Lordão*, 2º Secretario.

- Volte á Assembléa Provincial

O presente projecto, autorizando o dispendio de quinze contos de réis com a aquisição e impressão da Historia da Provincia da Parahyba, escripta pelo Dr. Maximiano Lopes Machado, não pode ter a sancção presidencial.

Quando a Assembléa Provincial, attendendo o estado excessivamente precário das finanças provinciais, autorizou a Presidencia da Provincia a entrar em accordo com os possuidores das apólices sobre o pagamento dos juros vencidos; quando a mesma Assembléa com intuito de levantar o credito da Provincia supprime empregos e diminue despesas, não é justo por ora autorisar novos encargos que retardão o pagamento dos juros vencidos e nullificam as economias projectadas.

Palacio da Presidencia da Provincia da Parahyba, em 12 de Novembro de 1887.

Francisco de Paulo Oliveira Borges

Fonte: Jornal da Parahyba, 25 de novembro de 1887.